



Escola Nacional de Administração Pública

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO E
MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

MODELIZAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO
E AVALIAÇÃO

PROGRAMAS PDDE ÁGUA E PDDE CAMPO, NO ÂMBITO
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Aluno: Rodrigo Siqueira de Oliveira

Orientadora: Profa. Dra. Regina Luna Santos de Souza

Brasília – DF

2023

**MODELIZAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO**

**PROGRAMAS PDDE ÁGUA E PDDE CAMPO, NO ÂMBITO DO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Mestrado em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas.

Aluno: Rodrigo Siqueira de Oliveira

Orientadora: Prof. Dra. Regina Luna Santos de Souza

Brasília – DF

2023

- O482m Oliveira, Rodrigo Siqueira de
Modelização de sistema de monitoramento e avaliação:
programas PDDE Água e PDDE Campo, no âmbito do Ministério da
Educação/ Rodrigo Siqueira de Oliveira. -- Brasília: Enap, 2023.
186 f. : il.
- Dissertação (Mestrado -- Programa de Mestrado em Avaliação e
Monitoramento de Políticas Públicas) -- Escola Nacional de
Administração Pública, 2023.
- Orientação: Profa. Dra. Regina Luna Santos de Souza
1. Políticas Públicas. 2. Educação. 3. Sistema de Monitoramento
e Avaliação. 4. Programa Dinheiro Direto na Escola. 5. Programa
Social. I. Título. II. Souza, Regina Luna Santos de orient.

CDD 320.6071

RODRIGO SIQUEIRA DE OLIVEIRA

**MODELIZAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO
E AVALIAÇÃO**

**PROGRAMAS PDDE ÁGUA E PDDE CAMPO, NO ÂMBITO
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentado ao Programa de Mestrado em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP como requisito para obtenção do título de Mestre em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas.

Defendida em 5 de abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Regina Luna Santos de Souza, Orientador - ENAP

Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi - ENAP

Prof. Dr. Maurício Ernica – Unicamp

Brasília - DF
2023

“Longe das massas populares, em interação
apenas com seus livros, o intelectual corre o
risco de ganhar uma racionalidade
desencarnada, uma compreensão do mundo
sem carne.”

Paulo Freire

Ao Eduardo, à Leila e à Evaristiane

RESUMO

Este trabalho traz alguns elementos conceituais e metodológicos sobre a elaboração de Sistemas de Monitoramento e Avaliação (SM&A) de políticas e programas públicos, com o objetivo de levantar um conjunto de evidências e orientações teóricas suficientemente robusto para propor, em formato de Nota Técnica, um Sistema de Monitoramento e Avaliação para duas ações integradas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): o PDDE Água e Esgotamento Sanitário e o PDDE Escola do Campo, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (Secadi/MEC). O trabalho levantou importantes pontos críticos do programa, relacionados ao público-alvo e aos processos que justificaram a elaboração de uma série de indicadores de monitoramento, além da proposição de realização imediata de uma avaliação de implementação do programa, para compreender melhor os problemas relacionados e criar soluções de melhoria.

Palavras-chave: Sistema de Monitoramento e Avaliação (SM&A), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), PDDE Água, PDDE Campo

ABSTRACT

This work brings some conceptual and methodological elements about Monitoring and Evaluation Systems (SM&A) of public policies and programs elaboration, with the objective of raising a set of evidence and theoretical guidelines sufficiently robust to propose, in the format of a official document, a Monitoring and Evaluation System for two actions of the Direct Money at School Program (PDDE): the PDDE Water and Sanitary Sewage and the PDDE countryside school, of the National Fund for Education Development (FNDE), in partnership with the Secretary of Education Continuing, Youth and Adult Literacy, Diversity and Inclusion, from the Ministry of Education (Secadi/MEC). The work raised important critical points of the program, related to the target public and the processes that justified the elaboration of a series of monitoring indicators, in addition to the proposal of immediately carrying out an evaluation of the program's implementation, to better understand the related problems and create improvement solutions.

Keywords: Monitoring and Evaluation System (SM&A), Direct Money at School Program (PDDE), PDDE Water, PDDE Field

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Síntese do modelo conceitual para avaliar a infraestrutura.	24
Tabela 2. Interpretação da escala de infraestrutura geral, respectivos indicadores e perfil típico da escola.	25
Tabela 3. Local de funcionamento das escolas públicas do campo, indígenas e quilombolas versus escolas públicas urbanas, 2021, Brasil.	27
Tabela 4. Condições básicas das escolas públicas do campo, indígenas e quilombolas versus escolas públicas urbanas, 2021, Brasil.	27
Tabela 5. Condições pedagógicas e condições de bem-estar das escolas públicas do campo, indígenas e quilombolas versus escolas públicas urbanas, 2021, Brasil.	28
Tabela 6. Condições para a equidade das escolas públicas do campo, indígenas e quilombolas versus escolas públicas urbanas, 2021, Brasil.	31
Tabela 7. Percentual de escolas públicas do campo com acesso aos itens (abastecimento de água, energia elétrica, esgoto e internet) – Regiões – 2021.	32
Tabela 8. Percentual de escolas públicas indígenas com acesso aos itens (abastecimento de água, energia elétrica, esgoto e internet) – Regiões – 2021.	32
Tabela 9. Percentual de escolas públicas quilombolas com acesso aos itens (abastecimento de água, energia elétrica, esgoto e internet) – Regiões – 2021.	33
Tabela 10. Distribuição das escolas públicas municipais e estaduais do campo por faixa de matrícula com acesso aos itens: prédio, abastecimento adequado de água, esgotamento sanitário adequado, energia elétrica (rede pública ou fonte renovável) e internet, 2021, Brasil.	34
Tabela 11. Distribuição das escolas públicas municipais e estaduais indígenas por faixa de matrícula com acesso aos itens: prédio, abastecimento adequado de água, esgotamento sanitário adequado, energia elétrica (rede pública ou fonte renovável) e internet, 2021, Brasil.	34
Tabela 12. Distribuição das escolas públicas municipais e estaduais quilombolas por faixa de matrícula com acesso aos itens: prédio, abastecimento adequado de água, esgotamento sanitário adequado, energia elétrica – rede pública ou fonte renovável – e internet, 2021, Brasil.	34
Tabela 13. Taxa de infraestrutura mínima das escolas indígenas, do campo e quilombolas, 2016 a 2022, Brasil.	37
Tabela 14. Perfis das escolas indígenas, do campo e quilombolas (ICQ), 2022, Brasil.	38
Tabela 15. Nível de infraestrutura das escolas indígenas, do campo e quilombolas (ICQ), 2022, Brasil, para balizar a política de construção, ampliação e reforma das escolas.	39
Tabela 16. Valores de repasse – PDDE Campo.	43
Tabela 17. Valores de repasse – PDDE Água.	44
Tabela 18. Critérios do processo de seleção.	47
Tabela 19. Percentual dos recursos financeiros pagos de 2019 a 2022 dos recursos empenhados em 2019 do PDDE Campo, por região.	56

Tabela 20. Percentual dos recursos financeiros pagos de 2019 a 2022 dos recursos empenhados em 2019 do PDDE Campo, por esfera administrativa.....	56
Tabela 21. Percentual dos recursos financeiros pagos de 2019 a 2022 dos recursos empenhados em 2019 do PDDE Campo, por faixa de matrícula.	56
Tabela 22. Percentual dos recursos financeiros pagos de 2019 a 2022 dos recursos empenhados em 2019 do PDDE Água, por região.....	57
Tabela 23. Percentual dos recursos financeiros pagos de 2019 a 2022 dos recursos empenhados em 2019 do PDDE Água, por esfera administrativa.	57
Tabela 24. Percentual dos recursos financeiros pagos de 2019 a 2022 dos recursos empenhados em 2019 do PDDE Água, por faixa de matrícula.	57
Tabela 25. Valor dos recursos financeiros pagos de 2019 a 2022 dos recursos empenhados em 2019 do PDDE Campo, por motivo do não pagamento.	59
Tabela 26. Saldo máximo, acumulado e do decil das escolas, PDDE Estrutura, 02/2023, Brasil.....	61
Tabela 27. Diagrama de Mapas de Processos e Resultados dos Programas PDDE Campo e PDDE Água.	68
Tabela 28. Diagrama de indicadores-chave.....	70
Tabela 29. Matriz de detalhamento dos indicadores-chave.....	72
Tabela 30. Modelo de Matriz de Metas e Resultados.....	79
Tabela 31. Etapas de uma pesquisa de avaliação.	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Total de escolas rurais por faixa de matrículas, 2011 a 2022, Brasil.	35
Gráfico 2. Recursos financeiros pagos no PDDE Campo, 2009 a 2022, Brasil.	52
Gráfico 3. Total de escolas pagas no PDDE Campo, 2009 a 2022, Brasil.	52
Gráfico 4. Recursos financeiros pagos no PDDE Água, 2010 a 2022, Brasil.	53
Gráfico 5. Total de escolas pagas no PDDE Água, 2010 a 2022, Brasil.	53
Gráfico 6. Recursos financeiros empenhados no PDDE Campo, 2019 a 2022, Brasil.	54
Gráfico 7. Total de escolas empenhadas no PDDE Campo, 2019 a 2022, Brasil.	54
Gráfico 8. Recursos financeiros empenhados no PDDE Água, 2019 a 2022, Brasil.	55
Gráfico 9. Total de escolas empenhadas no PDDE Água, 2019 a 2022, Brasil.	55
Gráfico 10. Diagrama de caixa do saldo das escolas, PDDE Estrutura, 02/2023, Brasil.	60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Diagrama de processos “as is”.....	45
Figura 2. Etapas de elaboração da relação das escolas beneficiárias.	47
Figura 3. Diagrama de causas principais e secundárias e consequências da implementação do PDDE Campo e PDDE Água.	65
Figura 4. Resumo dos Programas PDDE Campo e PDDE Água por meio do modelo “espiral” do MaPR.....	67

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	CONTEXTO INSTITUCIONAL, POLÍTICO E IDEACIONAL	15
3.	DIAGNÓSTICO	19
3.1.	Análise do público-alvo: Escolas do campo, indígenas e quilombolas	19
3.1.1.	Identificação das escolas do campo, indígenas e quilombolas	19
3.1.2.	Caracterização da infraestrutura física e pedagógica das escolas	22
3.1.3.	Indicador de infraestrutura mínima das escolas indígenas, do campo e quilombolas (ICQ)	37
3.2.	Análise das normativas legais	39
3.2.1.	Programa Dinheiro Direto na Escola	39
3.2.2.	PDDE Campo: Resolução CD/FNDE nº 5, de 20 de abril de 2021 e PDDE Água: Resolução CD/FNDE nº 2, de 20 de abril de 2021	40
3.3.	Análise dos processos “as is”	44
3.3.1.	Processo de Seleção	45
3.3.2.	Processo de Adesão	48
3.3.3.	Processo de Análise	50
3.3.4.	Processos de Pagamento	50
3.3.5.	Processo de Prestação de Contas	51
3.4.	Análise dos recursos financeiros	51
3.5.	Reuniões técnicas	61
3.6.	Diagrama de causas e consequências	62
4.	MODELIZAÇÃO	66
4.1.	Mapa de Processos e Resultados (MaPR)	66
4.2.	Conjunto de indicadores dos processos-chave e dos produtos	69
4.3.	Bases de dados	81
4.4.	Plano de Avaliação	81
5.	CONCLUSÃO	85
6.	REFERÊNCIAS	87
7.	ANEXOS	
	ANEXO I: DICIONÁRIO DE VARIÁVEIS UTILIZADAS DO CENSO ESCOLAR (INEP)	92
	ANEXO II – TABELA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS	97
	ANEXO III – ATA DAS REUNIÕES TÉCNICAS	103
	ANEXO III – ATA DAS REUNIÕES TÉCNICAS	111
	ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO DE ADESÃO	112

1. INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios da gestão pública no Brasil é saber gerenciar adequadamente suas políticas devido à alta complexidade dos temas tratados em detrimento do volume de recursos, dos processos administrativos burocráticos, das diversas relações federativas e intersetoriais, das condições legais interpostas e da profissionalização do serviço público, conforme afirma Jannuzzi (2016):

Nesse contexto, de amplo escopo e cobertura das políticas sociais, é fundamental que se disponha de sistemáticas estruturadas na Administração Pública a fim de produzir informação e conhecimento específico **para** programas – e não apenas **sobre** programas –, assim como ter estratégias adequadas de disseminar e fazer chegar o insumo necessário – e customizado – ao gestor estratégico e ao operador do programa na ponta. (Jannuzzi, 2016, p. 130)

Na área educacional não é diferente. Além disso, esse desafio torna-se ainda maior para os municípios de pequeno porte com baixa capacidade técnico-administrativa de recursos humanos, de recursos financeiros, de instrumentos de planejamento e gestão e de estruturas de gestão. Por isso, cabe ao Governo Federal prestar assistência técnica e financeira – de modo redistributivo e supletivo – para o desenvolvimento dos sistemas de ensino municipais e estaduais e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória. (BRASIL, 1988. Art. 9º).

Do ponto de vista das desigualdades municipais, as competências distributiva e supletiva da União induzem a alocação dos recursos técnicos e financeiros de forma a garantir a equidade de acesso à educação de qualidade para todos os brasileiros.

A operacionalização dessa Política precisa andar *pari passu* a um acompanhamento sistemático que produza informações tempestivas para corrigir rumos e garantir a materialidade dos direitos educacionais. Desse modo, são formalizados Sistemas de Monitoramento e Avaliação (SM&A) que produzem informações relevantes usadas nas mais diversas finalidades. Um exemplo dessa importância são os portais de transparência que evidenciam como os recursos estão sendo executados, painéis de indicadores de monitoramento que identificam pontos de correção, avaliações usadas para tomada de decisão do gestor ou para a melhoria da política ou do programa e, até mesmo, para blindá-los de ataques políticos.

Para Jannuzzi (2013), em sentido lato, SM&A conceitua-se como um conjunto de atividades que subsidiarão a tomada de decisão de técnicos e gestores:

Conjunto de atividades – articuladas, sistemáticas e tecnicamente orientadas – de registro, produção, organização, acompanhamento e análise crítica de informações resultantes da Gestão de Políticas Públicas, para identificação de demandas sociais, desenho, seleção, implementação e avaliação de soluções para essas, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão de técnicos e gestores envolvidos nas diferentes etapas do ciclo de vida ou maturação das Políticas e de seus Programas. (JANNUZZI, 2013, p. 8)

Jannuzzi (2013) destaca que um SM&A vai além de produzir pesquisas e recomendações. Ele trabalha na ótica de produzir informação e conhecimento de forma estruturada e disseminada para interferir cotidianamente na ação do gestor estratégico e do técnico na ponta. (JANNUZZI, 2013, p. 24-25). Políticas e programas públicos, como intervenções na sociedade que são, precisam ter seus resultados constantemente aferidos, seja para correção de rumos, seja para detecção precoce de eventual efeito adverso.

Rodrigues e Boullosa (2012) apontam o monitoramento como um processo de aprendizagem que valoriza um conjunto de verdades que modelam a compreensão do objeto:

[...] um conjunto articulado de atividades voltadas para a produção de conhecimento avaliativo específico sobre um fato social, a partir de critérios assumidos como válidos na modalização do desenvolvimento esperado para tal fato, objetivando desencadear um processo de aprendizagem situado e significativo, capaz de apontar os desvios e necessidades de ajustes na implementação de tal fato [...]. (RODRIGUES; BOULLOSA, 2012. p. 3)

De forma metodológica, o Guia Prático de Análise *Ex Ante* para Avaliação de Políticas Públicas (BRASIL, 2018) define que o monitoramento seja “[...] desenvolvido a partir do modelo lógico e dos indicadores [...]” e explica que:

O modelo lógico determina onde o programa está querendo chegar e quais objetivos pretende atingir em termos de insumos, atividades, produtos, resultados e impactos. Os indicadores correspondentes a cada fase representam as medidas a serem utilizadas para acompanhar o progresso na direção do alcance dos objetivos e metas. (BRASIL, 2018)

Como alternativa ao Modelo Lógico, Jannuzzi (2016) propõe a utilização de um Mapa de Processos e Resultados (MaPR) que represente uma narrativa mais sintética do funcionamento do Programa”. (JANNUZZI, 2016, p. 20).

É importante refletir constantemente para que esse exercício metodológico não seja encarado como um aprisionador intelectual, ao transpor fórmulas de cálculos que resultam em números frios e superficiais que nada revelam da realidade dos sujeitos afetados pela Política. É necessário que o olhar do gestor público ultrapasse as paredes lisas de seu escritório e alcance as paredes ásperas das salas de aula.

Nesse sentido, o objeto de interesse desta pesquisa foi levantar um conjunto de evidências e orientações teóricas suficientemente robusto para propor, em formato de Nota Técnica, um Sistema de Monitoramento e Avaliação (SM&A) para duas ações integradas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): o PDDE Água e o PDDE Campo, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC).

A proposta deste estudo assenta-se na ausência de um monitoramento adequado e sistematizado dos Programas PDDE Campo e PDDE Água desde sua criação em 2009 e 2010, respectivamente. Assim, sem um diagnóstico preciso, ou até mesmo sem evidências, fatos ou pistas do que acontece, o gestor pode não tomar as melhores decisões diante dos problemas existentes. A falta de dados sobre resultados fragiliza politicamente os Programas, deixando-os expostos a ataques e sujeitos a reduções financeiras ou até mesmo à extinção completa. Outro ponto relevante sobre esse aspecto é que não há como propor mudanças substanciais, já que não há diagnósticos sólidos dos problemas.

Diferentemente de um Sistema de Monitoramento e Avaliação que deve nascer junto ao programa, o PDDE Campo e o PDDE Água, por existirem há mais de dez anos, podem ser monitorados e avaliados a partir de uma modelização que considere o diagnóstico do seu contexto de funcionamento, a fim de identificar problemas e/ou pontos chaves que necessitem prioritariamente de atenção.

Assim, este trabalho levanta subsídios a partir dos diagnósticos do público-alvo, das normativas legais vigentes, dos processos atuais de funcionamento dos Programas e dos recursos financeiros para a trazer um conjunto de evidências e orientações teóricas suficientemente robusto para propor um Sistema de Monitoramento e Avaliação (SM&A) para duas ações integradas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): o PDDE Água e o PDDE Campo, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC). Todo o esforço realizado ao longo do Mestrado, para compreensão teórica do processo de Monitoramento e Avaliação, além das contribuições apresentadas pelos membros da Banca de Defesa, compõem essa Proposta, aqui apresentada para conclusão do Curso.

Para identificar visualmente os pontos chave, o diagnóstico será sistematizado em forma de Diagrama de Problemas. Na sequência, será apresentada a modelização do SM&A a partir de quatro elementos: O Mapa de Processos e Resultados do PDDE Campo e PDDE Água; o conjunto de indicadores dos processos-chave e dos produtos; as bases de dados necessárias para o cálculo dos indicadores; e o plano de avaliação. Por fim, as considerações finais servirão para recomendar ações imediatas à atual gestão da Secadi/MEC no sentido de propor o desenho de um SM&A para acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos por esses programas no âmbito do MEC.

Porém, antes de iniciar o diagnóstico, faz-se necessário, mesmo que de forma breve, contextualizar o Programa a partir das instituições relacionadas, dos interesses e das ideias em jogo, a fim de referenciar o estudo avaliativo de forma mais robusta e menos ingênua, “afinal, políticas e programas não são empreendidos tão-somente técnicos, mas entendidos e construídos à luz de valores e intencionalidade política” (JANNUZZI, 2022, pg. 4).

Para Jannuzzi (2022 pg.6), “Essa contextualização também contribui para uma análise situacional do ambiente político em que a Avaliação será realizada, da sua eventual repercussão e acolhimento junto aos atores interessados.”.

2. CONTEXTO INSTITUCIONAL, POLÍTICO E IDEACIONAL

Seria leigo analisar uma política pública de maneira descontextualizada, principalmente em se tratando de um Programa como o PDDE que nasce em 1995, no auge da descentralização promovida pela reforma gerencial do Estado e perpassa por inúmeras transições de governo que modificam sua estrutura e incluem “programas anexos”, sob a nomenclatura de ações integradas, como o caso PDDE Campo e PDDE Água. Nesse sentido aponta BRASIL (2007) que:

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) guarda profundas relações com o processo de reforma do Estado iniciado nos anos 90, uma vez que a definição das políticas públicas para a educação no Brasil, desde então, ocorre em meio ao processo de contenção de recursos financeiros na área social, sendo o PDDE parte de um conjunto de reformas no campo da educação para os países latino-americanos, articuladas com os interesses econômicos externos.

[...]

A descentralização – um dos mais importantes eixos das reivindicações populares dos anos 70 e 80 contra a hierarquização do poder no regime militar, que ocorre no bojo das reformas dos anos 90 – transcende o universo da política hegemônica, ganhando outra significação. A nova retórica da descentralização, que pretende estimular a participação da sociedade na esfera pública, tem como finalidade a aproximação entre financiamento e administração, tanto nas relações do poder público com o mercado, quanto na transferência de responsabilidades para os municípios e para a escola no caso da educação. Assim, pode-se justificar a restrição do financiamento público para a educação, alegando-se que os problemas educacionais não decorrem da falta de recursos, mas da falta de uma melhor administração desses recursos. (BRASIL, 2007. pg 51).

Assim, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) nasce o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), com seu nome alterado, em 1998, para Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), pela Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro, “[...] que se justifica pela necessidade de adotar medidas racionalizadoras, menos burocráticas, de modo que os recursos cheguem com mais agilidade e diretamente às escolas [...]”, alinhado à concepção do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (Pdrae) (BRASIL, 2007, pg. 29).

A ideia inicial era que os recursos fossem descentralizados para as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação ou para as Unidades Executoras das escolas, contudo a partir de 1997, sob a visão de que a comunidade escolar seria a mais apta a decidir as prioridades para a escola, passa-se a exigir que cada instituição escolar criasse sua unidade executora (UEx) a fim de garantir o repasse diretamente às escolas (BRASIL, 2007).

As UEx, constituídas por instituições de direito privado denominadas, em sua maioria, de Associação de Pais e Mestres, adquiriam a autonomia na gestão dos recursos financeiros. Essa era uma particularidade nova da administração educacional, com a transferência da responsabilidade a uma entidade paralela à estrutura estatal (BRASIL, 2007), ou seja, na lógica do PDDE, a União, na figura do Ministério da Educação, transferia diretamente a responsabilidade do planejamento, da execução e da prestação de contas dos recursos financeiros, partindo do pressuposto de que essa entidade teria capacidade institucional suficiente para lidar com essas questões.

Nos próximos 8 anos de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu continuidade a política herdada de seu antecessor, avolumando-a, financeira e estruturalmente, principalmente em seu segundo mandato, expandindo o PDDE para a educação infantil e para o ensino médio e integrando à sua estrutura outros programas, que posteriormente seriam denominados de ações integradas.

Em 2009, [...] o PDDE universal passou a ter outras destinações, tais como a creche, a escola do campo e o atendimento a escolas em situações emergenciais. Além disso, no âmbito de programas como o Ensino Médio Inovador, os recursos financeiros para adequação das unidades escolares visando a oferta do ensino médio em tempo integral são transferidos diretamente às escolas participantes do programa, por meio do PDDE. Foram inseridos, ainda, os programas PDDE para a educação integral e o PDDE para a educação especial. (MOREIRA, 2012. pg. 5-6)

Além do expressivo crescimento financeiro no governo Lula, também foram elaborados critérios para a distribuição dos recursos que consideravam fatores socioeconômicos, demográficos, geográficos e de vulnerabilidade social. (MOREIRA, 2012)

Foi nesse período que o PDDE Campo e o PDDE Água surgem na carona do avanço da pauta de democratização da educação para os trabalhadores(as) da reforma agrária, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) instituído em 1998 e incorporado, em 2001, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do avanço da política de educação do campo com a criação do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que vai desde 2010, com a publicação do Decreto n° 7.352, de 4 de novembro, até 2013, já no governo Dilma Rousseff, com a criação oficial pela Portaria n° 86, de 1° de fevereiro. (SANTOS e SILVA, 2016)

Assim, o PDDE Campo e o PDDE Água nascem a partir de uma articulação de uma série de compromissos do estado para a “ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, formação inicial e continuada de professores” (BRASIL, [2016] pg. 1) e a produção de material didático específico, a partir dos quatro eixos estruturantes do Pronacampo: Gestão e Práticas Pedagógicas, Formação de Professores, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica e Infraestrutura física e tecnológica.

No mandato da presidenta Dilma Rousseff a política de transferência de recursos via PDDE permanece e é criado, em 2014, o Sistema PDDE Interativo composto pela ações: PDE Escola, Atleta na Escola, Ensino Médio Inovador, Mais Educação, Escolas do Campo, Escolas Sustentáveis e Água na Escola; com o objetivo de facilitar a adesão e fomentar a participação da comunidade escolar (MAFASSIOLI, 2015).

A concentração das ações do PDDE num Sistema único reduzia o número de procedimentos administrativos realizados pelas escolas e estimulava um planejamento organizado dos recursos disponíveis nas contas do Programa, sendo uma solução lógica para a grandeza que a política tomou com o passar do tempo.

A interrupção político-midiática-institucional do Governo Dilma e o alinhamento a uma agenda do mercado adotada pelo presidente interino subsequente Michel Temer, coincide com um corte de recursos no âmbito dos Programas PDDE Campo e PDDE Água que voltaram a ser pagos apenas no final de 2018.

Em 2019, com a chegada do Bolsonaro na presidência, a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC) levou a fim uma série de políticas públicas com mais de uma década de existência e amadurecimento, mas que não se alinhavam ao ideal “conservador” do governo. No lugar, é criada a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação do Ministério da Educação (Semesp/MEC) com três diretorias que permaneceram apenas com as políticas públicas da educação especial, educação do campo e educação escolar indígena e quilombola.

Nos quatro anos seguintes de governo, em detrimento do esvaziamento da pauta e da interrupção do diálogo com os movimentos sociais, tão importantes para essas políticas, a Semesp/MEC centrou os esforços nos programas de transferência de recursos financeiros, que não causavam incômodo político. Dessa forma, nesse período houve uma retomada nos valores pagos pelo PDDE Campo e pelo PDDE Água, porém acompanhado de tropeços na execução do programa, como a decisão por um Sistema próprio de adesão que não foi concluído no período de quatro anos de governo, ocasionando um processo de adesão manual e moroso; além da ausência de monitoramento adequado do Programa, que levou a um volume imenso de recursos empenhados e não pagos, além de recursos pagos e não executados.

Em 2023, com o retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é recriada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC) afirmando a retomada da temática de diversidade e de inclusão na educação, com peso político manifestado na figura de representação daqueles que subiram a rampa e entregaram a faixa presidencial, justamente os sujeitos de direito da Secadi/MEC.

Nesse mesmo ano é iniciada a análise dos recursos financeiros das ações integradas do PDDE Estrutura, incluindo PDDE Campo e PDDE Água, a fim de traçar melhorias nos processos de adesão e execução e instaurar um processo de monitoramento efetivo do Programa; além de criar subsídios para o aprimoramento do PDDE. No âmbito da Secadi/MEC, é criada a Coordenação-Geral de Avaliação, Monitoramento e Fortalecimento da Política de Diversidade, trazendo à tona a necessidade de se estabelecer um Sistema de Monitoramento e Avaliação das ações integradas do PDDE.

3. DIAGNÓSTICO

Com o propósito de proporcionar confiabilidade ao Sistema de Monitoramento e Avaliação, o diagnóstico fundamentou-se na análise do público-alvo, das normativas legais, dos processos atuais dos Programas PDDE Campo e Água e dos recursos financeiros, considerando as perspectivas das modalidades envolvidas.

Este estudo utilizou dados extraídos do Censo Escolar da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), do Sistema PDDE Info (Consulta Escola) do FNDE e do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do MEC. Também foram analisados dados qualitativos extraídos de documentos da última adesão realizada em 2022, de atas das reuniões realizadas com as equipes técnicas estaduais/municipais em 2022 e as normativas legais, Resoluções CD/FNDE nº 5, de 20 de abril de 2021 e CD/FNDE nº 2, de 20 de abril de 2021.

A finalidade é elaborar uma série de recomendações que servirão como base metodológica e conceitual para a etapa de modelagem.

3.1. Análise do público-alvo: Escolas do campo, indígenas e quilombolas.

3.1.1. Identificação das escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Ao estabelecer como público-alvo as escolas públicas, municipais, estaduais e distritais do campo, indígenas e quilombolas, localizadas na área rural, os Programas PDDE Campo e PDDE Água reconhecem as desigualdades existentes nessas modalidades e a necessidade de universalizar os direitos dessas populações a uma educação de qualidade.

Frisa-se que “a constituição dessas escolas se relaciona a processos históricos múltiplos, com sociogêneses distintas, a depender do grupo considerado, mas convergentes, de reconhecimento de diferenças no campo das políticas educacionais” (LIMA; SANTOS; AZEVEDO, 2021, p. 76). Nesse sentido, a análise dessas escolas será feita de forma conjunta, mas destacando suas características e necessidades próprias.

Em relação à modalidade de Educação do Campo, suas escolas possuem formas de organização específicas que atendem as necessidades de tempos e espaços dessa população, deixando de lado o paradigma urbano (BRASIL, 2012a). Nesse sentido, uma escola do campo vai além de uma escola localizada na área rural, apesar de este ser um critério de identificação. Deve ser uma escola que reconhece e respeita as características do seu meio, que dialoga e valoriza a realidade do estudante do campo. Assim:

A educação do campo [...] tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (BRASIL. 2001. p. 3)

Por sua vez, aos indígenas é assegurada uma educação escolar diferenciada, respeitando suas especificidades, o bilinguismo e a interculturalidade, que reafirmem suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências (BRASIL, 2012b). É necessário reconhecer que esses povos possuem mecanismos de transmissão do conhecimento e de socialização próprios que antecedem a instituição escolar implantada apenas com o contato histórico com segmentos da sociedade nacional. Por isso é tão importante para eles a participação comunitária no aprendizado, objetivando a continuidade de valores e instituições consideradas fundamentais. (BRASIL, 1999. p 2)

Aos processos educativos próprios das sociedades indígenas veio somar-se a experiência escolar, com as várias formas e modalidades que assumiu ao longo da história de contato entre índios e não-índios no Brasil. Necessidade formada "pós-contato", a escola assumiu diferentes facetas ao longo da história num movimento que vai da imposição de modelos educacionais aos povos indígenas, através da dominação, da negação de identidades, da integração e da homogeneização cultural, a modelos educacionais reivindicados pelos índios, dentro de paradigmas de pluralismo cultural e de respeito e valorização de identidades étnicas. (BRASIL, 1999. p 3)

Na mesma toada, as diretrizes nacionais para a educação básica da educação escolar quilombola estabelecem que o ensino ministrado deve respeitar as memórias coletivas, as línguas reminiscentes, as práticas culturais, os acervos e repertórios rurais (BRASIL, 2012c).

Assim, a Educação Escolar Quilombola foi pensada para os povos negros, a partir de elementos de suas identidades, raízes ancestrais, recuperando e valorizando saberes tradicionais, e sua implementação é acompanhada por consulta prévia do poder público às comunidades, suas organizações e lideranças, considerando os aspectos normativos institucionais e burocráticos que sustentam as políticas públicas. A regulamentação da Educação Escolar Quilombola no sistema educacional brasileiro iniciou, de forma mais consistente, com as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica, de modo a garantir a especificidade de vivências, acúmulos patrimoniais, realidades e histórias das comunidades quilombolas do país. (BRASIL. 2020. p. 3)

É certo que as normativas dessas modalidades apontam para uma educação diferenciada que também se reflete no modelo de estrutura escolar, com necessidades próprias de cada localidade. Como não é possível que o Governo Federal conheça todas essas particularidades, reforça-se a importância da autonomia escolar na utilização dos recursos do PDDE. Apesar disso, sabe-se que alguns itens são essenciais a qualquer escola, como água potável, energia elétrica, esgoto sanitário e internet.

No que diz respeito à identificação das escolas na base oficial de dados do Censo Escolar do INEP, o estudo utilizou os seguintes critérios: para as escolas do campo a foi utilizada a variável localização¹ (rural/urbano), já que não há nenhum campo declaratório para essa modalidade, como acontece com as escolas da Educação Escolar Indígena. As escolas indígenas foram identificadas pela variável Educação Escolar Indígena² e, no caso das escolas quilombolas, utilizou-se a variável localização diferenciada³. Foram selecionadas apenas as escolas em funcionamento⁴, da rede pública municipal e estadual de educação⁵.

¹ TP_LOCALIZACAO: 2. RURAL.

² IN_EDUCACAO_INDIGENA: 1. SIM

³ TP_LOCALIZACAO_DIFERENCIADA: 3. ÁREA ONDE SE LOCALIZA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS.

⁴ TP_SITUACAO_FUNCIONAMENTO: 1. EM ATIVIDADE

⁵ TP_DEPENDENCIA: 2. ESTADUAL e 3. MUNICIPAL

3.1.2. Caracterização da infraestrutura física e pedagógica das escolas.

O aprimoramento e a manutenção da infraestrutura escolar ocupam importante lugar na política pública brasileira. Não à toa inúmeros Programas e Ações, dentro e fora do escopo do MEC, preocupam-se com essa questão.⁶

A questão da infraestrutura física aparece no Plano Nacional de Educação (PNE), para o período de 2014 a 2024, dentro da meta 7 “Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.” (BRASIL, 2014), estratégia 7.18:

7.18 assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;”. (BRASIL, 2014)

A literatura evidencia que infraestrutura escolar está intimamente relacionada à ideia de qualidade da educação, apesar de não haver uma definição unívoca no conceito. Nesse sentido, “a ideia de que a distinção entre a melhor e a pior infraestrutura decorre da existência dos itens básicos (ou suficiência) para o funcionamento do prédio escolar [...], os espaços educacionais [...] e de apoio [...], a existência de recursos pedagógicos [...]”, mensurados a partir dos dados disponíveis no Censo Escolas da Educação Básica. (UNESCO, 2019. p. 26)

A correlação entre infraestrutura e resultado escolar é estudada, pelo menos, desde o relatório Coleman, em 1966 (SALEJ H., 2005). De um lado, há estudos que se posicionam quanto à não significância na correlação entre esses dois aspectos, já que o desempenho do aluno é reflexo primordialmente de sua origem socioeconômica e de seu capital social.

Por outro lado, defende-se que investimentos em equipamentos geram retornos positivos e significativos para a melhoria da educação, inclusive para ajudar a superar eventual desigualdade socioeconômica existente na área atendida pela escola. Neste sentido, o trabalho realizado pelos professores Soares e Sátyro (2008), conclui que a melhoria das condições de infraestrutura produz impacto **muito relevante** nos resultados educacionais, inclusive com mais significância para as escolas que estão em **piores condições**, que é o caso apresentado aqui.

⁶ São exemplos: o Plano de Ações Articuladas (PAR), no Eixo “Infraestrutura física e recursos pedagógicos”, do Ministério da Educação; o Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia; o Programa Nacional de Apoio à Captação de Águas de Chuva e outras Tecnologias (Programa Cisternas), do Ministério da Cidadania; o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), objeto desse estudo.

Em estudo, também já foi constatada a relação dos indicadores de infraestrutura escolar com indicadores de nível socioeconômico (INSE) e de resultado escolar (Ideb), assim, “quanto mais alto o INSE mais elevados são os valores dos indicadores de infraestrutura [...]” e “os valores mais altos dos indicadores de infraestrutura estão mais concentrados em escolas que apresentam melhores resultados do Ideb.” (UNESCRO, 2019, p. 8)

Em decorrência das diferenças e peculiaridades entre as escolas, a depender de sua localização geográfica, público atendido, tamanho da escola, faz sentido medir a infraestrutura de forma diferente, a fim de compará-las em termos de acesso a condições diversas. Por exemplo:

[...] uma escola de ensino fundamental tem uma **área** delimitada e seu prédio pode ter **condições de atendimento** muito variadas, dependendo da sua localização, tendo em vista o tamanho do território brasileiro, as especificidades dos inúmeros sistemas de ensino e as diferentes etapas de ensino compreendidas no estabelecimento. (UNESCO, 2019. p. 26)

Apesar disso, em qualquer situação, há **condições básicas** que uma escola deve atender, independente de uma condição contextual.

Como o prédio escolar oferece um serviço, esse espaço precisa ter **condições básicas** de funcionamento, algo que se espera de qualquer espaço que pessoas frequentem, sejam elas alunos, professores, demais profissionais da escola, além dos pais, gestores e a comunidade em geral. Contudo, esse serviço é a educação, que exige **condições pedagógicas**, propriamente escolares, essenciais para o trabalho pedagógico (por exemplo, salas de aula, biblioteca, laboratórios de ciência e de informática). (UNESCO, 2019. p. 26)

Nesse sentido, a proposta da Unesco (2019) é avaliar a infraestrutura escolar por meio de seis dimensões e de 17 indicadores, conforme tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Síntese do modelo conceitual para avaliar a infraestrutura.

Dimensão	Indicador
Área	Localização da escola (urbana/rural, capital/interior) Local de funcionamento (se em prédio, galpão etc.) Regiões do país, estados e municípios
Condições de atendimento	Atendimento de modalidades e etapas Tamanho da escola/turma Acesso a serviços públicos
Condições básicas	Instalações mínimas (banheiro, cozinha etc.) Prevenção de danos ao patrimônio e às pessoas
Condições pedagógicas	Instalações tipicamente escolares Equipamentos na escola Recursos pedagógicos
Condições para bem-estar	Conforto e bem-estar físico Conservação e cuidado (limpeza) Ambiente prazeroso (estética, área verde)
Condições para a equidade	Acessibilidade Gênero/etnia/cultura etc. Pessoa com deficiência

Fonte: UNESCO (2019) p. 27

A proposta da Unesco (2019) era de sistematizar os dados obtidos pelo Censo Escolar da Educação Básica e os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a fim de caracterizar aspectos e categorizar a infraestrutura das escolas públicas de ensino fundamental, a partir do modelo da Teoria da Resposta ao Item (TRI). O indicador considerou desagregações por localização (urbano, rural), por tamanho da escola, por nível socioeconômico e outros; classificando as escolas desde o nível mais básico: I até o nível mais avançado: VII, com resumo (abaixo) do resultado dos perfis típicos das escolas por nível. (UNESCO, 2019)

Tabela 2. Interpretação da escala de infraestrutura geral, respectivos indicadores e perfil típico da escola.

Nível	Interpretação	Indicadores relacionados	Perfil típico*
I	Não tem banheiro ou, quando tem, é fora do prédio; não tem água ou, quando tem, é de rio, cacimba ou fonte; não tem energia ou usa gerador ou algum tipo alternativo; não tem esgoto, mas há nesse grupo escolas com fossa; pode ter cozinha e água filtrada.	Não atende	Região Norte; rural; rede municipal; até 50 alunos; oferta só ensino fundamental ou fundamental e infantil (-); INSE muito baixo
II	Tem água de poço e banheiro dentro da escola, tem energia elétrica; 1 TV e 1 DVD; há poucos sinais de depredação.	Acesso a serviços (-)	Região Norte e Nordeste; rural; rede municipal; até 50 ou mais de 50 a 150 alunos; oferta ensino fundamental e infantil ou só fundamental; INSE muito baixo e baixo
III	Tem água de rede pública e coleta de lixo; sala de direção e secretaria; sala de professores; pátio; tem 1 aparelho de som, 1 máquina fotográfica; 1 impressora, 1 computador administrativo; 1 a 5 computadores para alunos; internet (mas não é banda larga); tem segurança física e dos equipamentos; salas, cozinha, corredores, telhados, pisos, salas, portas etc. têm conservação regulares, exceto janelas que estão em mal estado; iluminação externa ruim, mas as salas são iluminadas.	Acesso a serviços; instalações do prédio (-); conservação (-); conforto (-)	Região Nordeste; rural; rede municipal; mais de 50 a 150 alunos ou até 50 alunos; oferta ensino fundamental e infantil; INSE muito baixo a médiobaixo.
IV	Tem laboratório de informática; 6 a 10 computadores para alunos e 2 a 3 administrativos; internet banda larga; 2 impressoras, 2 TVs e 2 aparelhos de som; 1 copiadora; 1 equipamento multimídia; biblioteca ou sala de leitura; quadra descoberta; despensa; instalações hidráulicas e elétricas regulares; iluminação externa regular; não tem sinais de depredação, conservação em geral é regular ou boa; todas as salas são iluminadas e mais da metade arejadas; biblioteca arejada e iluminada; proteção contra incêndios ruins; infraestrutura para deficientes pouco adequada.	Acesso a serviços; instalações do prédio; prevenção de danos; conservação; conforto; espaços pedagógicos (-); equipamentos para apoio administrativo; equipamentos para apoio pedagógico (-)	Região Nordeste e Centro-Oeste; urbana; rede estadual (+) e municipal; mais de 50 a 400 alunos; oferta todas etapas da educação básica; INSE muito baixo a médio
V	Tem laboratório de ciências; 4 a 20 computadores para alunos; 3 impressoras; 1 multifuncional; pelo menos 3 TVs, aparelhos de som, DVDs;	Acesso a serviços; instalações do prédio; prevenção de danos; conservação; conforto;	Região Centro-Oeste, Sudeste e Sul; urbana; rede estadual, particular e municipal;

	2 máquinas fotográficas; 2 equipamentos multimídia; 2 copiadoras; banheiro em bom estado, com chuveiro; quadra coberta; área verde; parque infantil; refeitório; dependências e banheiro PNE; almoxarifado; proteção contra incêndio regular ou bom; iluminação externa boa; instalações hidráulicas e elétricas boas; conservação em geral boa.	espaços pedagógicos; equipamentos para apoio administrativo; equipamentos para apoio pedagógico; acessibilidade (-); ambiente prazeroso	de 150 a 400 ou mais de 400 alunos; oferta todas as etapas da educação básica; INSE médio baixo a médio alto
VI	Tem sala de leitura e biblioteca; auditório; quadra coberta e descoberta; pátio coberto e descoberto; 20 ou mais computadores para alunos; 7 ou mais computadores administrativos; 3 ou mais equipamentos multimídia, copiadoras e máquinas fotográficas; 2 impressoras multifuncionais; infraestrutura para pessoas com deficiência é adequada.	Acesso a serviços; instalações do prédio; prevenção de danos; conservação; conforto; espaços pedagógicos (+); equipamentos para apoio administrativo; equipamentos para apoio pedagógico; acessibilidade; ambiente prazeroso	Região Sudeste, Sul e Centro-Oeste (-); urbana; rede federal, particular e estadual; mais de 400 alunos; oferta todas as etapas da educação básica/oferta do fundamental e médio; INSE médio alto a muito alto
VII	Além de todos os itens anteriores, tem 3 ou mais impressoras multifuncionais; informática acessível; recursos para inclusão adequada (comunicação alternativa, aumentativa, soroban e Braille)	Acesso a serviços; instalações do prédio; prevenção de danos; conservação; conforto; espaços pedagógicos (+); equipamentos para apoio administrativo; equipamentos para apoio pedagógico; acessibilidade; ambiente prazeroso; AEE	Região Sul e Sudeste; urbana; rede Federal; mais de 400 alunos; oferta todas as etapas da educação básica; INSE alto a muito alto

Fonte: Unesco (2019) p. 57. Grifo do autor

Percebe-se que as escolas rurais estão presentes, em sua maioria, nos três primeiros níveis do indicador. No nível mais elementar, onde não há água, ou quando tem, é de rio, cacimba ou fonte, não tem energia ou usa gerador ou algum tipo alternativo, não tem esgoto, há um cruzamento entre as escolas rurais, região norte, pequenas escolas (até 50 matrículas) e nível socioeconômico baixo.

Na mesma lógica das dimensões e dos indicadores utilizados pelo estudo da Unesco (2019) foi possível aprofundar o diagnóstico das escolas públicas do campo, indígenas e quilombolas, comparadas entre si pelo seu tamanho, localização geográfica, assim como com as escolas públicas urbanas.

A literatura reconhece que, apesar de ter havido uma melhoria significativa nos últimos anos dos indicadores de infraestrutura física e pedagógica das escolas urbanas, o mesmo

não aconteceu com as escolas do campo, que ainda sofrem com a falta de itens básicos como acesso à água, à energia elétrica ou ao esgotamento sanitário (SÁTYRO; SOARES, 2007), como pode ser verificado também nas Tabelas 2 e 3, abaixo.

Tabela 3. Local de funcionamento das escolas públicas do campo, indígenas e quilombolas versus escolas públicas urbanas, 2021, Brasil.

	Total de Escolas	Não possui prédio escolar	%	Possui prédio escolar, mas é inadequado ¹	%
Escolas Urbanas	84.311	766	0,9%	120	0,1%
Escolas do campo	52.821	2.556	4,8%	984	1,9%
Escolas indígenas	3.440	878	25,5%	283	8,2%
Escolas quilombolas	2.530	81	3,2%	33	1,3%

Fonte: INEP, MEC. Censo Escolar da Educação Básica. 2021. Elaboração própria.

¹ Local de funcionamento inadequado: galpão, rancho, barracão ou paiol.

Em relação ao local de funcionamento da escola, as escolas rurais apresentam os piores números absolutos, com 3.540 escolas funcionando em estruturas inexistentes ou inadequadas. Também chama atenção o percentual de escolas indígenas nessa situação (33,7%), ou seja, uma em cada três escolas indígenas funcionam sem prédio ou em local inadequado. Apesar de a estrutura predial não ser um item financiável pelo PDDE, é um indicador da qualidade do ensino dessas modalidades e evidencia o nível de precariedade das escolas dessas modalidades.

As tabelas 3, 4 e 5, a seguir, apontam algumas dessas discrepâncias em relação aos indicadores das dimensões apresentadas.

Tabela 4. Condições básicas das escolas públicas do campo, indígenas e quilombolas versus escolas públicas urbanas, 2021, Brasil.

Item	Escolas Urbanas (%)	Escolas do Campo (%)	Escolas Indígenas (%)	Escolas Quilombolas (%)
Água potável	98,1%	87,7%	63,6%	88,4%
Abastecimento adequado de água ¹	99,6%	81,8%	54,4%	82,8%
Energia elétrica (rede pública ou fonte renovável de energia)	100,0%	90,4%	57,9%	96,4%
Esgotamento sanitário adequado ¹	89,1%	46,0%	23,5%	48,7%
Cozinha	98,2%	93,0%	62,1%	96,2%
Refeitório	62,1%	22,2%	14,3%	17,8%

Fonte: INEP, MEC. Censo Escolar da Educação Básica. 2021. Elaboração própria.

¹Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), 2013.

Em relação à dimensão de condições básicas, 9 mil escolas públicas rurais (o que inclui a maior parte das escolas indígenas e quilombolas) não possuem abastecimento adequado de água e 28 mil não possuem esgotamento sanitário adequado, itens essenciais para a segurança sanitária e para a saúde dos estudantes.

A importância da água para a manutenção da vida do ser humano é inquestionável, tanto que se materializou no objetivo número seis da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (ODS 6): “Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável de água e saneamento para todos”⁷. Essa importância não é diferente nos ambientes escolares. A água é essencial para a higiene dos alunos e para o preparo das refeições e o não atendimento aos padrões microbiológicos da água nas escolas sinaliza para riscos de contaminação dos alimentos, utensílios e equipamentos por meio da água utilizada (CARDOSO *et al.*, 2007).

Para além do abastecimento adequado de água e do esgotamento sanitário, o Censo Escolar também aponta precariedade em outros itens básicos de acesso a serviço público, como o acesso à energia elétrica, principalmente a proveniente de rede pública ou fonte renovável de energia. Há maior fragilidade nas escolas indígenas: abastecimento adequado de água (apenas 54,4% possuem), energia elétrica adequada (apenas 57,9% possuem) e esgoto adequado (apenas 23,5% possuem).

Tabela 5. Condições pedagógicas e condições de bem-estar das escolas públicas do campo, indígenas e quilombolas versus escolas públicas urbanas, 2021, Brasil.

Item	Escolas Urbanas (%)	Escolas do Campo (%)	Escolas Indígenas (%)	Escolas Quilombolas (%)
Área verde	37,0%	25,0%	28,1%	23,9%
Auditório	13,1%	2,5%	0,8%	2,1%
Biblioteca e/ou sala de leitura	62,5%	23,9%	12,6%	20,9%
Laboratório de ciências	14,2%	1,7%	0,8%	0,8%
Laboratório de informática	44,9%	13,9%	7,0%	12,1%
Quadra de esportes	47,2%	15,4%	4,5%	12,3%
Sala de artes	4,2%	0,4%	0,1%	0,5%
Sala de música	1,5%	0,2%	0,0%	0,2%
Sala de diretoria	84,8%	37,8%	18,8%	40,7%
Sala do professor	79,2%	29,2%	16,3%	26,9%
Computador	94,7%	50,7%	28,7%	46,4%
Copiadora	45,1%	16,3%	6,2%	15,7%
Impressora	72,8%	40,6%	19,8%	39,2%
Aparelho de som	84,1%	46,9%	15,8%	45,5%

⁷ Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/home/>>. Acesso em: 23 fev. 2023.

Aparelho de televisão	88,2%	53,7%	22,6%	50,8%
Internet	95,2%	51,1%	26,8%	47,2%
Internet banda larga	81,6%	36,2%	16,6%	34,2%
Acervo multimídia	40,8%	13,9%	5,1%	11,0%
Material educação infantil (Somente escolas com oferta de educação infantil)	83,2%	38,3%	21,4%	31,3%
Materiais científicos	15,8%	4,8%	1,5%	3,6%
Instrumentos musicais	27,5%	9,7%	2,8%	10,8%
Jogos educativos	79,2%	67,1%	32,9%	63,0%
Materiais para atividades culturais e artísticas	42,0%	14,8%	17,2%	13,1%
Materiais para práticas desportivas e recreação	69,0%	36,1%	22,5%	30,2%
Qualquer material pedagógico	92,0%	79,6%	62,9%	74,9%
Algum órgão colegiado em funcionamento	91,4%	66,4%	38,5%	61,1%
Projeto político pedagógico ou proposta pedagógica da escola (conforme art.12 da LDB) atualizado nos últimos 12 meses até a data de referência	69,6%	53,8%	33,3%	50,1%

Fonte: INEP, MEC. Censo Escolar da Educação Básica. 2021. Elaboração própria.

¹Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), 2013.

Quanto às condições pedagógicas e condições para o bem-estar das pessoas, chama atenção a diferença de acesso a alguns itens de instalações tipicamente escolares entre as escolas urbanas e as rurais/indígenas/quilombolas. Enquanto mais da metade das escolas urbanas possuem biblioteca e/ou sala de leitura, apenas uma em cada dez escolas indígenas possuem e duas em cada dez escolas do campo e quilombolas. A proporção não é melhor em relação aos itens sala de diretoria e sala de professor, em torno de 80% das escolas urbanas possuem esses itens, em torno, de 30% para as escolas do campo e quilombolas e um pouco abaixo dos 20% para as escolas indígenas.

Itens de instalações mais avançados, como auditório, laboratório de ciências, sala de artes e sala de música, são pouco presentes nas escolas urbanas (respectivamente, 13%, 14%, 4% e 1%) e praticamente inexistentes nas escolas do campo (respectivamente, 2%, 2%, 0% e 0%), indígenas (respectivamente, 1%, 1%, 0% e 0%) e quilombolas (respectivamente, 2%, 1%, 0% e 0%). Já, laboratório de informática e quadra de esportes estão presentes em quase metade das escolas urbanas, um pouco acima dos 10% nas escolas do campo e quilombolas e abaixo dos 10% nas escolas indígenas.

Um percentual que chama atenção é relativo ao item de bem-estar “área verde”. Apesar do valor desse item para o meio rural, os alunos, em suas escolas (25%), têm menos acesso que os alunos de escolas urbanas (37%).

Em relação aos itens de informática e de acesso à internet, essenciais atualmente no processo de ensino/aprendizagem, apenas metade das escolas do campo e quilombolas e 28,7% das escolas indígenas possuem computador. Em torno de 15% das escolas do campo e quilombolas e 6% das escolas indígenas possuem copiadora. Em torno de 40% das escolas do campo e quilombolas e 20% das escolas indígenas possuem impressora. Acesso à internet banda larga está presente em aproximadamente 35% das escolas do campo e quilombolas e apenas em 16,6% das escolas indígenas. Apenas 22% das escolas indígenas possuem aparelho de televisão e 15%, aparelho de som. O percentual é ainda pior ao se tratar de acervo multimídia, um pouco mais de 10% das escolas do campo e quilombolas e 5% das escolas indígenas possuem.

Percebe-se que em termos de recursos tecnológicos, as escolas do campo, quilombolas e, principalmente, as indígenas estão muito atrasadas em relação as escolas urbanas.

Também é possível ver uma certa carência em termos de materiais pedagógicos nas modalidades do público-alvo. Enquanto 83% das escolas urbanas possuem material específico para educação infantil, apenas 38% das escolas do campo, 31% das escolas quilombolas e 21% das escolas indígenas possuem. Materiais científicos estão presentes em apenas 5% das escolas do campo, 4% das escolas quilombolas e 1% das escolas indígenas. Instrumentos musicais: 10% das escolas do campo e quilombolas e 3% das escolas indígenas. O item jogos educativos já se apresenta em melhor índice, 67% das escolas do campo, 63% das escolas quilombolas, contudo apenas em 33% das escolas indígenas (apesar de não saber se esse é um item adotado culturalmente nesta modalidade). Em suma, 92% das escolas urbanas, 80% das escolas do campo, 75% das escolas quilombolas e 63% das escolas indígenas possuem algum tipo de material pedagógico.

O Colegiado Escolar, órgão de apoio à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, com papel muito importante no desenvolvimento das ações do PDDE, está presente em 66% das escolas do campo, 61% das escolas quilombolas e apenas 38% das escolas indígenas.

Em relação ao projeto político pedagógico ou proposta pedagógica da escola, 70% das escolas urbanas, 54% das escolas do campo, 50% das escolas quilombolas e 33% das escolas indígenas possuem.

O fato é que as escolas do campo, indígenas e quilombolas ainda carecem de recursos elementares para um funcionamento adequado, que proporcione conforto e segurança aos alunos. Diversos materiais pedagógicos são escassos nas escolas das três modalidades, assim como a formalização de um projeto político pedagógico, extremamente importante para identificar o contexto da escola dentro da sua comunidade, na perspectiva de traçar estratégias para superar os desafios identificados.

Tabela 6. Condições para a equidade das escolas públicas do campo, indígenas e quilombolas versus escolas públicas urbanas, 2021, Brasil.

Item	Escolas Urbanas (%)	Escolas do Campo (%)	Escolas Indígenas (%)	Escolas Quilombolas (%)
Qualquer recurso de acessibilidade	72,7%	42,3%	14,2%	41,8%
Instrumentos pedagógicos para a Educação do Campo		14,4%		
Instrumentos pedagógicos para a Educação Escolar Indígena			38,6%	
Instrumentos pedagógicos para as relações étnicos raciais				14,6%

Fonte: INEP, MEC. Censo Escolar da Educação Básica. 2021. Elaboração própria.

¹Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), 2013.

Por último, foram analisados os itens relacionados à dimensão de condições para equidade das escolas. Nesse caso, um achado importante é que menos da metade das escolas do campo e quilombolas e apenas 14,2% das escolas indígenas possuem qualquer recurso de acessibilidade, como rampas, pisos táteis, corrimãos.

Em relação aos instrumentos pedagógicos próprios da modalidade que dialogam com as práticas culturais específicas, 14% das escolas do campo e quilombolas e 40% das escolas indígenas possuem. Esse foi o único item analisado o qual as escolas indígenas superaram as das demais modalidades.

As tabelas 6,7 e 8, a seguir, apresentam os dados por localização geográfica da dimensão área escolar e por modalidade educacional da dimensão de condições de atendimento, sob a perspectiva de acesso a condições básicas de serviços públicos (abastecimento de água,

esgotamento sanitário e acesso à energia elétrica, adequados) e de acesso a condições pedagógicas, no caso, internet.

Tabela 7. Percentual de escolas públicas do campo com acesso aos itens (abastecimento de água, energia elétrica, esgoto e internet) – Regiões – 2021.

Região	Abastecimento adequado de água ¹	Energia elétrica (rede pública ou fonte renovável de energia)	Esgotamento sanitário adequado ¹	Internet
Centro-Oeste	94,8%	99,5%	53,7%	92,2%
Nordeste	90,1%	98,7%	47,3%	53,2%
Norte	63,2%	70,6%	29,6%	27,1%
Sudeste	86,3%	99,8%	71,3%	69,1%
Sul	93,0%	99,9%	62,9%	90,2%
Total Geral	83,8%	92,5%	47,7%	53,2%

Fonte: INEP, MEC. Censo Escolar da Educação Básica. 2021. Elaboração própria.

¹Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), 2013.

Tabela 8. Percentual de escolas públicas indígenas com acesso aos itens (abastecimento de água, energia elétrica, esgoto e internet) – Regiões – 2021.

Região	Abastecimento adequado de água ¹	Energia elétrica (rede pública ou fonte renovável de energia)	Esgotamento sanitário adequado ¹	Internet
Centro-Oeste	85,4%	85,4%	31,4%	73,2%
Nordeste	77,3%	94,7%	29,8%	33,1%
Norte	39,7%	38,7%	17,5%	13,2%
Sudeste	82,4%	98,6%	77,0%	64,9%
Sul	90,0%	98,9%	40,6%	83,9%
Total Geral	54,4%	57,9%	23,5%	26,8%

Fonte: INEP, MEC. Censo Escolar da Educação Básica. 2021. Elaboração própria.

¹Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), 2013.

Tabela 9. Percentual de escolas públicas quilombolas com acesso aos itens (abastecimento de água, energia elétrica, esgoto e internet) – Regiões – 2021.

Região	Abastecimento adequado de água ¹	Energia elétrica (rede pública ou fonte renovável de energia)	Esgotamento sanitário adequado ¹	Internet
Centro-Oeste	76,9%	95,6%	52,7%	83,5%
Nordeste	85,0%	99,3%	46,9%	46,2%
Norte	78,1%	79,9%	39,6%	26,5%
Sudeste	75,0%	100,0%	68,8%	58,7%
Sul	94,4%	100,0%	59,2%	90,1%
Total Geral	82,8%	96,4%	48,7%	47,2%

Fonte: INEP, MEC. Censo Escolar da Educação Básica. 2021. Elaboração própria.

¹Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), 2013.

No caso das escolas públicas do campo, observou-se uma forte concentração de ausência de todos os itens analisados na Região Norte, sendo que o item acesso à energia elétrica por rede pública ou fonte renovável está praticamente superado nas demais regiões. O acesso ao esgotamento sanitário adequado é pior nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, respectivamente, 27%, 47% e 54%. As regiões Sul e Sudeste, apesar de apresentarem índices um pouco melhores para este item, também carecem desse item com, respectivamente, 63% e 71%. O acesso à internet é muito deficitário na região Norte, presente apenas em 27% das escolas. O Nordeste também apresenta um baixo índice, com 53% de acesso.

Em relação às escolas indígenas, também há uma forte concentração da ausência dos itens analisados nesta região, além de apresentarem os piores índices entre as três modalidades estudadas. 17% das escolas indígenas do Norte possuem esgotamento sanitário adequado e 13%, acesso à internet. Na mesma linha das escolas do campo, o esgotamento sanitário adequado é o item com pior desempenho. Além do Norte, o acesso à internet também é deficitário no Nordeste, presente em apenas 33% das escolas dessa região.

Quanto as escolas quilombolas, com exceção do abastecimento adequado de água, a região Norte também apresentou os piores índices. Em relação ao abastecimento adequado de água, as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram as menores taxas de acesso, respectivamente, 75% e 77%. O esgotamento sanitário adequado e o acesso à internet mantêm sendo os itens com piores taxas de acesso, com exceção do Sul e Centro-Oeste apenas no item de acesso à internet.

É perceptível que, regionalmente, o Norte concentra fortemente a ausência de praticamente todos os itens básicos nas três modalidades analisadas, com taxas de acesso muito

inferiores às demais regiões. Os itens com piores acesso são o esgotamento sanitário adequado e a internet.

Outra análise necessária é referente ao recorte das escolas por faixa de matrícula. No caso, como as tabelas 6, 7 e 8 demonstram, foram utilizadas as mesmas faixas de matrículas que as Resoluções do PDDE utilizam. Chamaremos a primeira faixa (até 50 matrículas) de “escolas de pequeno porte”, a segunda faixa (de 50 a 150 matrículas) de “escolas de médio porte” e a terceira faixa (acima de 150 matrículas) de “escolas de grande porte”.

Tabela 10. Distribuição das escolas públicas municipais e estaduais do campo por faixa de matrícula com acesso aos itens: prédio, abastecimento adequado de água, esgotamento sanitário adequado, energia elétrica (rede pública ou fonte renovável) e internet, 2021, Brasil.

Matrículas	Prédio	Abastecimento adequado de água	Esgotamento sanitário adequado	Energia elétrica (rede pública ou fonte renovável)	Internet
Até 50	94,7%	49,5%	39,8%	88,5%	31,4%
De 51 a 150	98,0%	71,7%	52,4%	94,8%	63,3%
Acima de 150	98,7%	82,1%	58,2%	97,8%	86,5%

Fonte: Censo Escolar, 2021. INEP/MEC. Elaboração própria.

Tabela 11. Distribuição das escolas públicas municipais e estaduais indígenas por faixa de matrícula com acesso aos itens: prédio, abastecimento adequado de água, esgotamento sanitário adequado, energia elétrica (rede pública ou fonte renovável) e internet, 2021, Brasil.

Matrículas	Prédio	Abastecimento adequado de água	Esgotamento sanitário adequado	Energia elétrica (rede pública ou fonte renovável)	Internet
Até 50	64,6%	32,0%	15,1%	47,3%	13,3%
De 51 a 150	85,9%	51,1%	28,5%	64,2%	32,2%
Acima de 150	94,0%	71,9%	48,5%	88,8%	71,2%

Fonte: Censo Escolar, 2021. INEP/MEC. Elaboração própria.

Tabela 12. Distribuição das escolas públicas municipais e estaduais quilombolas por faixa de matrícula com acesso aos itens: prédio, abastecimento adequado de água, esgotamento sanitário adequado, energia elétrica – rede pública ou fonte renovável – e internet, 2021, Brasil.

Matrículas	Prédio	Abastecimento adequado de água	Esgotamento sanitário adequado	Energia elétrica (rede pública ou fonte renovável)	Internet
Até 50	94,4%	55,3%	42,9%	95,5%	26,4%
De 51 a 150	98,3%	72,7%	48,0%	96,2%	52,4%
Acima de 150	99,5%	83,6%	61,9%	98,5%	82,3%

Fonte: Censo Escolar, 2021. INEP/MEC. Elaboração própria.

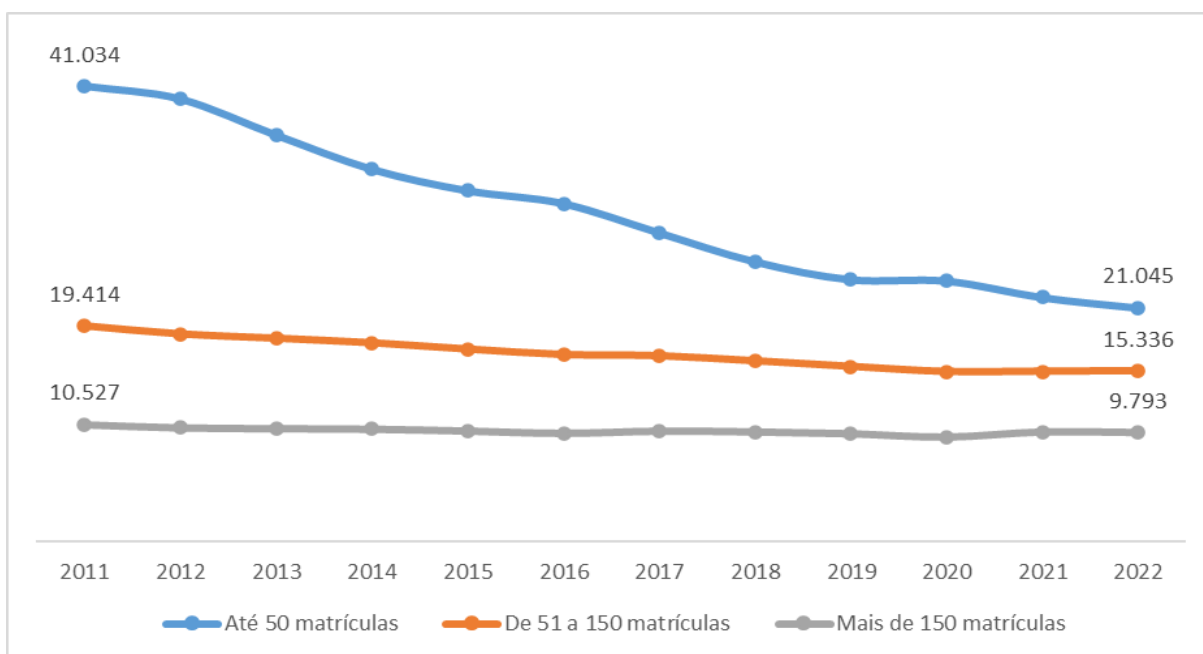
Percebe-se facilmente que a ausência dos itens básicos de infraestrutura física se concentra nas pequenas escolas: prédio escolar, abastecimento adequado de água, esgotamento sanitário adequado, energia elétrica (por rede pública ou fonte renovável) e internet.

O acesso aos itens (básicos) analisados é muito desproporcional sob a perspectiva do tamanho da escola. Por exemplo, em relação às escolas públicas do campo, 40% das escolas com até 50 matrículas têm acesso ao esgotamento sanitário adequado, contra 58% das escolas com mais de 150 matrículas; 31% das escolas com até 50 matrículas têm acesso à internet, contra 86% das escolas com mais de 150 matrículas.

Esse contraste é ainda maior nas escolas públicas indígenas. Por exemplo, apenas 15% das escolas com até 50 matrículas têm esgotamento sanitário adequado, contra 48% das escolas com mais de 150 matrículas; somente 13% das escolas com até 50 matrículas possuem acesso à internet, contra 71% das escolas com mais de 150 matrículas.

É muito importante trabalhar em cima dessa particularidade das pequenas escolas rurais por dois fatores: primeiro por representarem a maioria das escolas do campo, indígenas e quilombolas (47% das escolas possuem até 50 matrículas, 32% das escolas possuem de 50 a 150 matrículas e 21% das escolas possuem mais de 150 matrículas) e, segundo, por sofrerem um constante decréscimo no número de escolas há, pelo menos, uma década, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1. Total de escolas rurais por faixa de matrículas, 2011 a 2022, Brasil.



Fonte: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica, 2011 a 2022. INEP/MEC. Elaboração própria.

Essa queda no número de pequenas escolas rurais deve-se, principalmente, ao processo desregulado de nucleação das escolas do campo e traz como problema consequente o deslocamento dos alunos do contexto de suas comunidades campesinas para o contexto urbano (MENEZES, 2021).

Por fim, é bom lembrar que, para além do debate suscitado acima sobre o impacto da infraestrutura física e pedagógica na qualidade do ensino, é dever constitucional do Estado ofertar uma educação de qualidade e equidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1998).

No caso das escolas do campo, indígenas e quilombolas, é necessário garantir condições de infraestrutura no sentido do mínimo existencial, conceito que possui relação direta com a dignidade da pessoa humana e com o próprio Estado Democrático de Direito, no comprometimento que este deve ter pela concretização da ideia de justiça social (NUNES; CALDEIRA, 2022).

A análise da infraestrutura física e pedagógica das escolas do campo, indígenas e quilombolas demonstrou uma forte concentração de precariedade de elementos básicos nas escolas da região Norte e nas pequenas escolas (com até 50 matrículas).

Entre as dimensões analisadas, percebeu-se que as escolas localizadas na área rural, em comparação com as escolas urbanas, ainda carecem de condições básicas, como acesso a serviços públicos e instalações mínimas. Nesse ponto, o item de esgotamento sanitário é o mais precário entre os analisados. O mesmo ocorre na dimensão de condições pedagógicas, como instalações tipicamente escolares, equipamentos na escola e recursos pedagógicos. Aqui ressalta a falta de acesso à internet, principalmente nas escolas indígenas. Aliás, as escolas dessa modalidade foram as que apresentaram as piores taxas de acesso aos itens analisados.

Os resultados dessa análise apontam para uma necessidade de concentração dos esforços imediata nas pequenas escolas, com prioridade para a região Norte e para as escolas indígenas.

3.1.3. Indicador de infraestrutura mínima das escolas indígenas, do campo e quilombolas (ICQ).

Em 2019, no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do Ministério da Educação, para o período de 2020 a 2023, a equipe técnica da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp/MEC) elaborou o indicador de infraestrutura mínima das escolas indígenas, do campo e quilombolas (conhecido por ICQ), dentro do objetivo número 7 de “fomentar o funcionamento adequado das instituições de ensino”. Por evidenciar diferenças tão significativas entre as escolas de seu público-alvo e as demais escolas da educação regular, ganhou evidência e foi utilizado no alinhamento de outras políticas, como o monitoramento do Plano Plurianual (PPA), dentro do rol de indicadores do Programa 5011 “Educação Básica de Qualidade”. (BRASIL, PPA e PEI)

O indicador definia como infraestrutura mínima a presença de um prédio escolar, a existência de abastecimento de água, de energia elétrica, de esgotamento sanitário e de acesso à internet, a partir dos dados coletados pelo INEP no Censo Escolar. A seguir são apresentados os resultados dos indicadores para os anos de 2016 a 2022.

Tabela 13. Taxa de infraestrutura mínima das escolas indígenas, do campo e quilombolas, 2016 a 2022, Brasil.

2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
72,69%	70,44%	68,18%	61,91%	58,42%	52,75%	41,64%

Fonte: Microdados Censo Escolar, 2016 a 2022. INEP/MEC. Elaboração própria.

Em 2023, com a recriação da Secadi/MEC, a Coordenação-Geral de Avaliação, Monitoramento e Fortalecimento da Política de Diversidade realizou uma série de testes no indicador, incluindo o balizamento a partir de indicadores mais robustos, como o apresentado pela Unesco (2019), a fim de propor melhorias em sua estrutura. Nesse sentido, foi proposto o indicador de nível de infraestrutura das escolas indígenas, do campo e quilombolas (ICQ), a fim de aumentar sua sensibilidade e demonstrar a evolução do conjunto de escolas numa escala que vai desde a ausência de todos os itens (nível 0) até a presença de todos os itens (maior nível).

Foram criados 13 perfis, conforme as variáveis de localização, localização diferenciada e educação indígena: R – rural; REI – rural + Educação Indígena; RA – Rural + Área de assentamento; RAEI – Rural + Área de assentamento + Educação Indígena; RI – Rural

+ Terra indígena; RIEI – Rural + Terra indígena + Educação Indígena; RQ – Rural + Terra remanescente de quilombo; RQEI – Rural + Terra remanescente de quilombo + Educação Indígena; UEI – Urbano + Educação Indígena; UI – Urbano + Terra indígena; UIEI – Urbano + Terra indígena + Educação Indígena; UQ – Urbano + Terra remanescente de quilombo; UQEI – Urbano + Terra remanescente de quilombo + Educação Indígena, conforme tabela abaixo.

Tabela 14. Perfis das escolas indígenas, do campo e quilombolas (ICQ), 2022, Brasil.

PERFIL	NAO_TEM_PREDIO	NÃO_TEM_AGUA	NÃO_TEM_ENERGIA	NÃO_TEM_ESGOTO	NÃO_TEM_INTERNET
R	2661	1992	1624	4068	13895
R EI	4	2	11	12	20
RA	345	447	278	567	1840
RAEI	1	0	0	0	2
RI	6	6	17	20	44
RIEI	237	346	1058	1628	2351
RQ	103	244	39	186	887
RQEI	0	0	0	0	0
U EI	9	1	0	0	2
UI	2	0	0	1	1
UIEI	5	0	0	0	8
UQ	28	0	0	0	18
UQEI	0	0	0	0	0

Fonte: Microdados Censo Escolar/INEP, 2022. Coordenação-Geral de Avaliação, Monitoramento e Fortalecimento da Política de Diversidade.

O novo ICQ permite, além da desagregação por modalidade, etapa de ensino, a reunião do conjunto de variáveis para cada política em específico. Por exemplo, para a política de construção, ampliação e reforma de escolas indígenas, do campo e quilombolas, é mais interessante retirar a variável de conectividade e alterar a variável de existência de prédio para tipo de prédio (próprio), conforme pode-se observar abaixo.

Tabela 15. Nível de infraestrutura das escolas indígenas, do campo e quilombolas (ICQ), 2022, Brasil, para balizar a política de construção, ampliação e reforma das escolas.

	Nível ICQ					Total
	0	1	2	3	4	
Número	19	634	2.571	8.828	39.326	51.378
Percentual	0,0%	1,2%	5,0%	17,2%	76,5%	100,0%

Fonte: Microdados Censo Escolar/INEP, 2022. Coordenação-Geral de Avaliação, Monitoramento e Fortalecimento da Política de Diversidade.

Nota: Leia-se 0 = não possui nenhum dos itens, 1 = possui apenas um dos itens, ..., 4 = possui todos os itens

¹Variáveis: TP_OCUPACAO_PREDIO_ESCOLAR; IN_AGUA_INEXISTENTE;

IN_ENERGIA_INEXISTENTE; IN_ESGOTO_INEXISTENTE; IN_INTERNET

Outra mudança no indicador é sua polaridade, que antes era negativa e agora passou a ser positiva, desse jeito, quanto maior o percentual, melhor é a situação das escolas.

3.2. Análise das normativas legais.

3.2.1. Programa Dinheiro Direto na Escola.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), também conhecido por PDDE Básico, foi criado em 1995 para prover as necessidades prioritárias das escolas, promover melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica e incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social (BRASIL, 2023).

Trata-se de um Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com as Secretarias do Ministério da Educação (MEC), com os estados, os municípios e o Distrito Federal, com as Entidade Executoras (EEx) das Secretarias de Educação e com as Unidades Executoras (UEx) das escolas⁸.

Os recursos financeiros suplementares, no âmbito do PDDE, são enviados diretamente às contas das UEx proporcionando maior dinamicidade no processo de envio e de

⁸ A Unidade Executora Própria é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que pode ser instituída por iniciativa da escola, da comunidade ou de ambas, sob diversas nomenclaturas, como Caixa Escolar, Associação de Pais e Mestres, Associação de Pais e Professores, Unidade Executora.

utilização, além de autonomia por parte da comunidade escolar, maior conhecedora dos reais problemas a serem enfrentados.

Além do PDDE Básico, existem as Ações Integradas, que consistem em Programas educacionais específicos geridos pelas Secretarias do MEC. Cada ação possui finalidade e público-alvo específico, embora sigam os mesmos moldes operacionais do PDDE Básico na forma de transferência dos repasses, no modo de gestão dos recursos e no modo de prestação de contas (BRASIL, 2023).

No momento, essas ações/programas são agregadas em dois tipos de contas: PDDE Estrutura e PDDE Qualidade. No PDDE Estrutura, entre outras ações, encontram-se o Programa Água e Esgotamento Sanitário nas Escolas Rurais (ou PDDE Água, como é conhecido) e o Programa PDDE Escolas Rurais: Campo, Indígenas e Quilombolas (conhecido por PDDE Campo) que são exclusivos de escolas públicas municipais, estaduais e distritais da educação básica do campo, indígenas e quilombolas, localizadas na área rural (BRASIL, 2023).

Atualmente, o Programa PDDE Campo é regulamentado pela Resolução nº 5, de 20 de abril de 2021, e tem o objetivo específico de ofertar apoio técnico e financeiro para propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física das unidades escolares beneficiadas (BRASIL, 2021a).

Já o Programa PDDE Água é regulamentado pela Resolução nº 2, de 20 de abril de 2021, e seu objetivo específico é ofertar apoio técnico e financeiro para garantir o abastecimento de água em condições apropriadas ao consumo humano e o esgotamento sanitário nas unidades escolares beneficiadas (BRASIL, 2021b).

Ambas as Resoluções são muito semelhantes e, por isso, serão analisadas em conjunto, destacando, quando necessário, suas diferenças.

3.2.2. PDDE Campo: Resolução CD/FNDE nº 5, de 20 de abril de 2021 e PDDE Água: Resolução CD/FNDE nº 2, de 20 de abril de 2021.

Conforme as Resoluções do PDDE Campo e PDDE Água, a operacionalização dos Programas é compartilhada entre o FNDE; a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação

(Secadi/MEC)⁹; as Entidades Executoras (EEx) dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; e as Unidades Executoras (UEx) das escolas públicas beneficiárias. Nesse sentido, em síntese, compete:

1. À Secadi/MEC:
 - a. Definir a relação de escolas elegíveis e a relação de escolas beneficiárias;
 - b. Enviar ao FNDE a relação nominal das escolas aptas a serem atendidas;
 - c. Articular com às EEx e às UEx, no intuito de acompanhar a execução;
 - d. Prestar assistência técnica às UEx;
 - e. Monitorar o andamento e o resultado do Programa.
2. À EEx:
 - a. Responsabilizar-se quanto às informações prestadas por suas respectivas UEx e auxiliá-las na implementação e execução do Plano de Atendimento, por meio de Termo de Declaração e Compromisso;
 - b. Monitorar a execução do Plano de Atendimento;
 - c. Incentivar e auxiliar as escolas que não possuem UEx própria na sua criação a fim de torná-las elegíveis ao Programa;
 - d. Zelar para que suas respectivas UEx cumpram com suas obrigações.
3. À UEx:
 - a. Elaborar e encaminhar a documentação de adesão:
 - i. Plano de atendimento, elaborado em conjunto com a comunidade escolar;
 - ii. Ata de reunião com a comunidade escolar;
 - iii. Fotos do(s) local(is) onde serão realizadas as benfeitorias;
 - iv. Termo de Declaração e Compromisso de sua respectiva EEx.
 - b. Executar e prestar contas dos recursos, nos moldes operacionais e regulamentares do PDDE e de acordo com o Plano de Atendimento aprovado;

⁹ A Resolução de 2021 cita o nome da então Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (**Semesp**) extinta em janeiro de 2023, contudo este estudo utilizará o nome atual da **Secadi** que reassume as competências relativas aos Programas PDDE Campo e PDDE Água.

As competências estão bem delimitadas nas Resoluções, com maiores atribuições à Secadi/MEC, coordenadora nacional dos Programas, e às escolas, responsáveis pelo planejamento, execução e prestação de contas dos recursos. As Secretarias de Educação assumem um papel mais voltado ao suporte técnico.

Esse é um importante ponto de reflexão, já que o excesso de atribuições às escolas do campo, principalmente às de menor porte, podem estar sobrecarregando os gestores e dificultando, ou até mesmo impedindo, o funcionamento adequado do Programa. Isso sem considerar as atribuições relacionadas as demais ações integradas do PDDE.

Em relação ao monitoramento, as Resoluções determinam que será realizado por meio do “envio de fotos à Secadi/MEC, comprovando a implementação do Plano de Atendimento na sua fase inicial, intermediária e final”. Também é disposto que o monitoramento geral é de responsabilidade da Secadi/MEC e do FNDE, cabendo a este acompanhar a execução financeira.

As Resoluções anteriores¹⁰, de 2013, eram omissas quanto à atribuição de responsabilidade pelo monitoramento dos Programas, deixando, assim, um vácuo se caberia à Secadi/MEC ou ao FNDE.

Nesse sentido, as Resoluções de 2021 inovam ao especificar essa competência, atribuindo à Secadi/MEC o monitoramento geral dos Programas e ao FNDE o monitoramento financeiro, que já é realizado por essa autarquia.

É importante explicitar que, no âmbito do PDDE Básico, o FNDE, por meio da Coordenação de Monitoramento e Apoio à Gestão de Programas (COMAG), conta com o apoio dos Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (Cecampes), universidades parceiras, para a realização do monitoramento. Os Cecampes realizam ações como: formação de gestores, conselheiros e demais agentes envolvidos com a gestão descentralizada dos programas/ações; assessoria técnica a entes federados e entidades envolvidas com a gestão descentralizada dos programas/ações, especialmente quanto aos processos de adesão, execução e prestação de contas, contribuindo para a solução de problemas e superação de obstáculos que possam comprometer os resultados das políticas; realização de

¹⁰ Resolução CD/FNDE n° 33, de 9 de agosto de 2013 (PDDE Campo) e Resolução CD/FNDE n° 32, de 2 de agosto de 2013 (PDDE Água).

levantamento de dados, pesquisas, estudos e demais análises para monitoramento e avaliação, a fim de subsidiar a tomada de decisão para melhoria no desempenho dos programas/ações; desenvolvimento e aplicação de modelos, métodos, técnicas, produção de material instrucional (cartilhas, manuais, folders, etc.) e tecnologias que contribuam para o aperfeiçoamento da gestão dos programas/ações, favorecendo para elevar a eficácia, eficiência, efetividade e sustentabilidade dessas políticas; elaboração e implementação de projetos de intervenção para melhoria nos programas/ações, solução de problemas e superação de obstáculos que possam comprometer os resultados das políticas (BRASIL, 2023).¹¹

Atualmente, a Secadi/MEC conta com informações não sistematizadas oriundas dos documentos de adesão aos Programas, dos dados coletados pelo Censo Escolar do INEP e dos dados disponibilizados pelo FNDE na plataforma Consulta Escola¹² (PDDE Info) e na plataforma de BI¹³. Como esses dados não estão sistematizados, não há como levantar evidência sobre a eficácia, a eficiência ou a efetividade desses Programas.

No capítulo de recursos financeiros, as Resoluções determinam os valores de repasse e os percentuais de custeio e de capital, distintos para o PDDE Campo e o PDDE Água, conforme as tabelas abaixo.

Tabela 16. Valores de repasse – PDDE Campo.

INTERVALO DE CLASSE DE NÚMERO DE ESTUDANTES	VALOR DO REPASSE (R\$)		
	Custeio (70%)	Capital (30%)	Total
4 A 50	16.182,00	6.935,00	23.117,00
51 A 150	18.135,00	7.772,00	25.907,00
ACIMA DE 150	20.925,00	8.967,00	29.892,00

Fonte: Resolução CD/FNDE nº 5, de 20 de abril de 2021.

¹¹ A seleção dos Cecampes ocorreu por meio de um processo público de habilitação das Instituições Federais de Ensino Superior, que foi conduzido pela Comissão Especial de Habilitação, instituída pela Portaria FNDE nº 230, de 29 de abril de 2019. Disponível em <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/cecampes-centros-colaboradores-de-apoio-ao-monitoramento-e-a-gestao-de-programas-educacionais>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

¹² Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/pddeinfo/>>. Acesso em: 23 fev. 2023.

¹³ Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNGYxY2YyMDAtMjk0Yy00MTI1LThmOWQtMGRjMjRhMjgyMUY2IiwidCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05NWVzLTcwYmRiNmY0NTlkNSJ9>>. Acesso em: 23 fev. 2023.

Tabela 17. Valores de repasse – PDDE Água.

INTERVALO DE CLASSE DE NÚMERO DE ESTUDANTES	VALOR DO REPASSE (R\$)		
	Custeio (80%)	Capital (20%)	Total
4 A 50	20.000,00	5.000,00	25.000,00
51 A 150	22.400,00	5.600,00	28.000,00
ACIMA DE 150	25.600,00	6.400,00	32.000,00

Fonte: Resolução CD/FNDE nº 2, de 20 de abril de 2021.

As Resoluções mencionam a publicação, pela Secadi/MEC, de um Guia de Orientações Operacionais que conterão relação de itens e materiais a serem adquiridos (§ 1º, Art. 7º, Resolução CD/FNDE nº 5, de 20 de abril de 2021).

A relação dos itens e materiais a serem adquiridos estará elencada e disponível no Guia de Orientações Operacionais, disponibilizado pela Secadi, para elaboração pelos diretores do plano de atendimento. A lista dos itens e materiais poderá sofrer alterações a qualquer tempo, conforme a necessidade de atualização.

A redação acima aparenta definir um rol taxativo de itens e materiais passíveis de aquisição pelos Programas. Isso pode até fazer sentido para o PDDE Água, já que as soluções de abastecimento de água e de esgotamento sanitária são mais universais e não há muita inovação de itens e materiais a serem adquiridos. No entanto, não há como prever, para o PDDE Campo, todos os itens passíveis de aquisição devido à diversidade das necessidades de cada escola que varia, inclusive, conforme contextos locais, culturais e econômicos. Ademais, um dos pilares que sustenta o PDDE desde sua criação é a autonomia gerencial das escolas e, portanto, não se deve limitar sua capacidade de escolha.

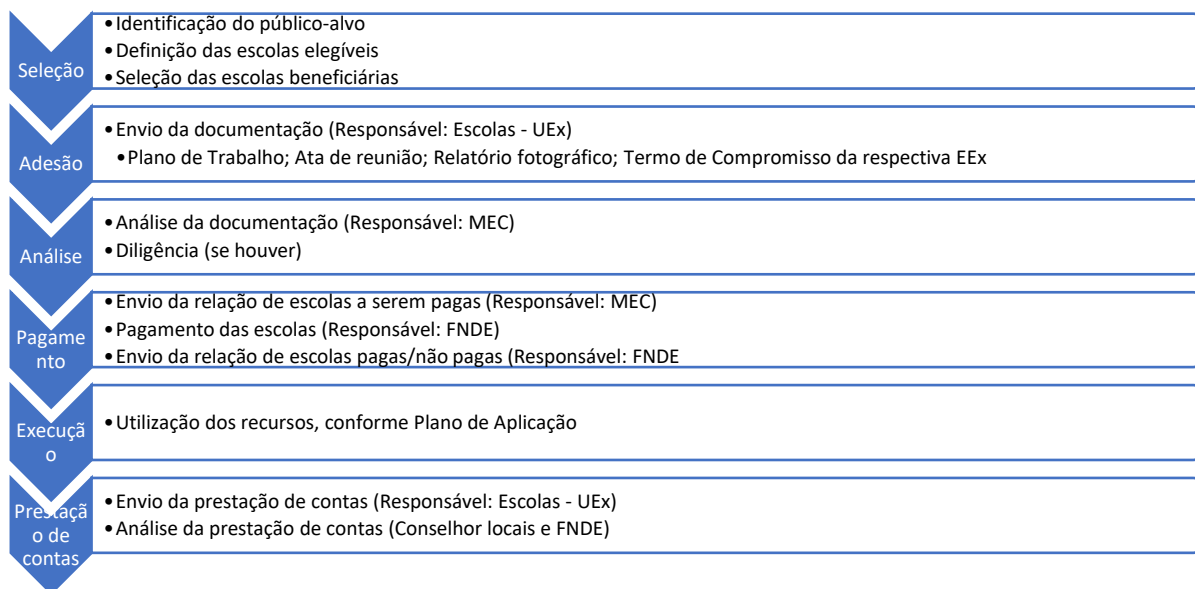
Ainda em relação aos recursos financeiros, as Resoluções estabelecem que, findo o prazo de execução, os saldos remanescentes poderão ser empregados na aquisição de material de consumo ou permanente, destinados exclusivamente a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas beneficiadas.

3.3. Análise dos processos “*as is*”

Os processos “*as is*”, ou da situação atual, de funcionamento dos Programas iniciam-se pela seleção das escolas beneficiárias e concluem-se na prestação de contas financeira, conforme evidencia o gráfico abaixo, e será mais bem detalhado a seguir. O levantamento processual das ações PDDE Campo e PDDE Água se deu por meio do Guia de

orientações operacionais do PDDE Escola do Campo de 2019¹⁴ e o Guia de orientações operacionais do PDDE Água na escola e esgotamento sanitário de 2019¹⁵.

Figura 1. Diagrama de processos “as is”.



Fonte: Guia de orientações operacionais PDDE Campo. 2019. Guia de orientações operacionais PDDE Água. 2019.

3.3.1. Processo de Seleção

A seleção das escolas beneficiárias inicia-se pela identificação do público-alvo dos Programas, ou seja, as escolas públicas municipais, estaduais e distritais da educação básica do campo, indígenas e quilombolas, localizadas na área rural, conforme dados do Censo Escolar da Educação Básica publicado pelo Inep¹⁶.

No capítulo “Das condicionalidades”, as Resoluções abordam os seguintes critérios de elegibilidade: “I – tenham declarado no Censo Escolar do ano anterior ao do repasse de recursos estar ativa e com matrícula; II – funcionem em prédio próprio; III – possuam Unidade Executora própria – UEx”.

¹⁴ Disponível em:

http://formularios2.mec.gov.br/images/documentos_pdde/pdde_guiia_orientacoes_operacionais_campo.pdf. Acesso em 14 mar. 2023.

¹⁵ Disponível em:

http://formularios2.mec.gov.br/images/documentos_pdde/pdde_guiia_orientacoes_operacionais.pdf. Acesso em 14 mar. 2023.

¹⁶ Para a identificação do público-alvo são consideradas as seguintes variáveis do Censo Escolar (INEP): TP_LOCALIZACAO = 2 (RURAL); TP_DEPENDENCIA = 2 (ESTADUAL) & 3 (MUNICIPAL); e TP_SITUACAO_FUNCIONAMENTO = 1 (EM ATIVIDADE).

Conforme os intervalos de classes de matrículas estipulados, as escolas também devem possuir quatro ou mais matrículas para serem elegíveis. No caso do PDDE Água, há mais dois critérios a serem atendidos: não ter sido beneficiada em anos anteriores e não possuir abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário.¹⁷

Apesar de o PDDE Água impedir mais de um repasse à mesma escola, há a exceção no caso daquela que possui concomitantemente ausência de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Por fim, é realizada a seleção das escolas beneficiárias a fim de compatibilizar o número de escolas elegíveis com a disponibilidade orçamentária anual dos Programas. Como não há qualquer menção nas Resoluções de quais critérios devam ser utilizados, as seleções são fundamentadas em parâmetros legais existentes, como, por exemplo, o objetivo constitucional de “reduzir as desigualdades sociais e regionais” e a norma constitucional de “reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional”.

O objetivo é dar equidade na distribuição dos recursos ao direcionar maior volume às regiões/localidades mais necessitadas e que possuem um maior número de escolas rurais. Nesse sentido, também é usando o critério de seleção das escolas por faixa de matrículas, considerando as mesmas de classes de matrículas: pequenas, médias e grandes escolas para visibilizar as pequenas escolas e tentar frear o processo de nucleação desregulado.

¹⁷ Para a definição das escolas elegíveis, são considerados as seguintes variáveis do Censo Escolar (INEP): TP_OCUPACAO_PREDIO_ESCOLAR = 1 (PRÓPRIO); QT_MAT_BAS \geq 4; e, no caso do PDDE Água, IN_AGUA_INEXISTENTE=1 (SIM) e/ou IN_ESGOTO_INEXISTENTE = 1 (SIM).

Figura 2. Etapas de elaboração da relação das escolas beneficiárias.



Fonte: Guia de orientações operacionais PDDE Campo. 2019. Guia de orientações operacionais PDDE Água. 2019. Elaboração própria.

Tabela 18. Critérios do processo de seleção.

ETAPA	CRITÉRIOS	PRODUTO
1. Identificação do público-alvo.	Críticos de identificação do público-alvo: 1. Localização rural; 2. Dependência municipal ou estadual; e 3. Escola em atividade.	Relação das escolas do público-alvo (escolas públicas municipais, estaduais e distritais da educação básica do campo, indígenas e quilombolas, localizadas na área rural).
2. Definição das escolas elegíveis.	Críticos de elegibilidade: 1. Possuir Unidade Executora Própria (UEX); 2. Não ter sido beneficiada em anos anteriores (Apenas para o PDDE Água); 3. Possuir prédio próprio; 4. Ter quatro ou mais matrículas; 5. Não possuir abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário (Apenas para o PDDE Água).	Lista das escolas elegíveis.
3. Seleção das escolas beneficiárias.	Críticos de atendimento: 1. Regional (conforme infraestrutura física e número de escolas); 2. Intervalo de classes de matrículas (escolas de pequeno, médio e grande porte);	Relação nominal das escolas beneficiárias.

Fonte: Guia de orientações operacionais PDDE Campo. 2019. Guia de orientações operacionais PDDE Água. 2019. Elaboração própria.

3.3.2. Processo de Adesão

O Processo de adesão consiste basicamente no envio ao MEC¹⁸ dos seguintes documentos:

1. **Termo de Compromisso** da respectiva Secretaria de Educação;
2. **Plano de Aplicação**;
3. **Ata de reunião** com a comunidade escolar;
4. **Relatório Fotográfico**, contendo no mínimo três fotos e, no máximo, cinco, dos locais onde serão feitos os investimentos.

A destinação dos recursos financeiros do Programa deve ser decidida em conjunto com a comunidade escolar composta por professores e outros profissionais da escola, por estudantes, por pais de estudantes e por moradores a que a escola pertence. Por isso, é cobrada a Ata de Reunião com a assinatura de todos os presentes, sendo que as ações definidas pela comunidade escolar devem compor o Plano de Aplicação.

O Plano de Aplicação, por sua vez, é o instrumento de planejamento que possui caráter orientador durante a execução dos recursos e é o documento que, por detalhar os serviços e aquisições a serem realizados, deve ser utilizado como parâmetro para o monitoramento dos resultados dos Programas.

Essa elaboração conjunta, em espaço de participação social, do planejamento dos recursos financeiros do PDDE está alinhada à indícios de melhor desenvolvimento humano local via capacidades estatais municipais, conforme afirma Coelho, Guth e Loureiro (2020) em estudo que relaciona as capacidades governamentais municipais e o desenvolvimento humano no Brasil:

“[...] os componentes do modelo que engloba nossa definição de capacidades estatais municipais que estão mais fortemente associados aos mais altos níveis de desenvolvimento humano municipal são aqueles relacionados às atividades de

¹⁸ Até 2018, o processo de adesão aos Programas PDDE Campo e PDDE Água era realizado por intermédio do Sistema PDDE Integrado da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC). Por motivo de instabilidade constante nesse Sistema informatizado, foi decidido pela criação de um Sistema informatizado próprio para esses Programas. Sua elaboração iniciou-se em 2020 e a entrega do Sistema completo está prevista para 2023. Nesse período, a adesão aos Programas se deu por meio de formulário online e pelo envio direto da documentação ao e-mail institucional da área responsável no MEC.

interação e participação social: planejamento, formação de parcerias e participação através de conselhos.” (COELHO; GUTH; LOUREIRO, 2020. p. 801)

Nessa perspectiva, é relevante monitorar se esses espaços de participação social estão em funcionamento adequado, tanto na etapa de planejamento dos recursos, quanto na etapa de execução dos recursos, a fim de contornar a baixa capacidade estatal das escolas localizadas em pequenos municípios.

A fim de compreender melhor a prática do processo de adesão, foi analisada a documentação de dez escolas que enviaram a documentação de adesão, em 2022, para pagamento dos recursos empenhados do PDDE Campo em 2019. As escolas foram selecionadas aleatoriamente. São todas da região Nordeste (8 da Bahia e 2 de Pernambuco; 9 escolas da rede pública municipal e 1 escola da rede pública estadual).

Ao analisar a documentação, pode-se perceber que todos os itens constantes na Ata de Reunião também estavam no Plano de Trabalho. Ademais, na elaboração do Plano de Trabalho, nove das escolas incluíram itens extras que não haviam sido previstos nas atas de reunião com a comunidade escolar.

O item mais solicitado em Ata de reunião foi o de capital para aquisição de armários. Depois, são os itens de custeio para a realização de pintura nas paredes e reparos no telhado. Em seguida, itens de reparo na rede elétrica, nas paredes, aquisição de lâmpadas, forro e outros itens relacionados à infraestrutura física básica. Entre os itens de capital, destacam-se aqueles relacionados à área de cozinha, como fogão, geladeira e liquidificador. Itens de infraestrutura pedagógica foram solicitados apenas por duas escolas, que, pela análise das fotos enviadas, já possuíam uma infraestrutura física mais adequada.

As fotos evidenciam uma grande distinção entre condição da infraestrutura física das escolas. No entanto, a maioria dela solicitou itens semelhantes, talvez por serem um problema constante nessas escolas menores ou, talvez, pela maioria desses itens estarem elencados no modelo de Plano de Trabalho e no Guia de Orientações de 2019.

É importante ressaltar que o Censo Escolar do INEP não possibilita enxergar as condições de conservação da infraestrutura física dessas escolas, como telhados inadequados, escolas sem forro, paredes rachadas, portas antigas e quebradas. Por isso é extremamente importante que o monitoramento desses Programas possa dar visibilidade a essas escolas rurais precárias, com protocolo próprio de registro das variáveis selecionadas.

3.3.3. Processo de Análise

A análise da documentação enviada pelas escolas é feita pelos técnicos do Ministério da Educação, que poderão diligenciá-las caso haja alguma inconsistência como fotos que não evidenciam o local de investimento, percentuais de custeio e de capital fora do estabelecido nas Resoluções, itens de custeio e de capital estranhos ao Programa, entre outros.

Devido ao grande número de documentos a serem analisados, esta é uma etapa morosa e que demanda muitos técnicos com experiência. Esse cenário não casa com as atuais condições do órgão federal em questão, que possui escassos servidores em seu quadro. Por isso, pelo menos dois grandes problemas surgem durante o processo de análise: a demora no pagamento dos recursos e consequente não utilização, devido à demora na análise da documentação; e a demora no envio das diligências e consequente ausência de retorno por parte das escolas. Consequentemente, há inúmeras escolas que não recebem o pagamento por não atenderem às exigências de alteração do MEC.

A ausência de retorno por parte das escolas também é consequência da dificuldade de contato. Dos mais de 200 milhões de reais empenhados em 2019 para o Programa PDDE Campo, até o ano de 2022 (último ano para pagamento), um pouco mais da metade (aproximadamente 124 milhões) foi pago, conforme será melhor analisado no item 2.2.4, apesar das inúmeras tentativas de contato com as escolas, via e-mail e telefone cadastrados no Censo escolar, e-mail e telefone cadastrados no PDDE Info e comunicados via Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação).

3.3.4. Processos de Pagamento

O pagamento dos saldos financeiros é realizado pelo FNDE, a partir de relação encaminhada pelo MEC. Para a efetivação desse processo, o FNDE confere a situação da escola em relação aos dados cadastrais¹⁹ e à prestação de contas. Não havendo qualquer impedimento nesses quesitos, o pagamento é realizado diretamente à conta corrente da Unidade Executora, contudo, como será visto adiante, há um problema relacionado ao não pagamento de escolas por pendências junto ao FNDE.

¹⁹ Os gestores escolares devem manter os dados da escola atualizados junto ao Sistema informatizado do FNDE: PDDEWeb.

3.3.5. Processo de Prestação de Contas

A elaboração e a apresentação da prestação de contas dos recursos são realizadas nos moldes do PDDE Básico, devendo ser encaminhadas pela Unidades Executoras para suas respectivas Entidades Executoras (prefeituras ou secretarias de estado de educação, a depender da rede à qual a escola pertença) até o dia 31 de dezembro.

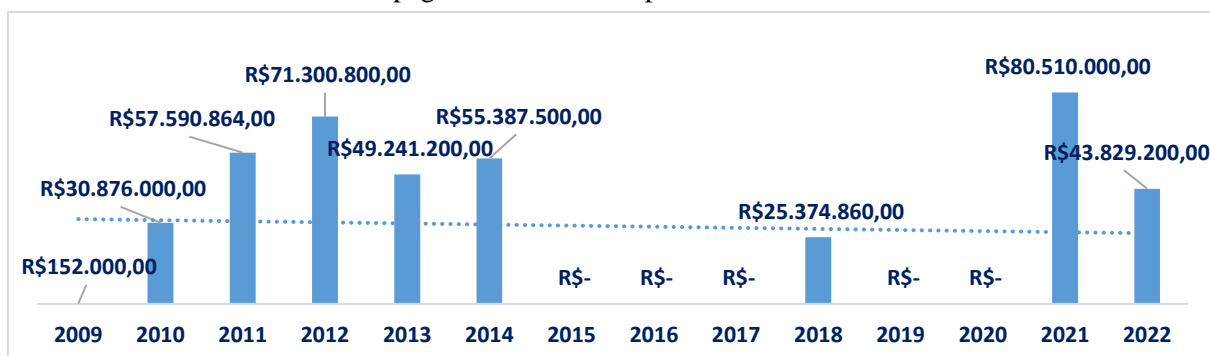
3.4. Análise dos recursos financeiros

Esta análise tem o intuito de observar a constância de recursos financeiros aplicados e possíveis problemas relacionados entre o empenho e o pagamento e entre o pagamento e a execução dos recursos. Como não há dados específicos dos recursos empenhados disponíveis em plataforma pública de consulta, foram utilizadas as solicitações de empenho constantes no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Educação, de 2019 a 2022. Os dados de pagamento do PDDE básico e ações integradas estão disponíveis na plataforma Consulta Escola²⁰ do FNDE, de 1997 em diante; além do Painel BI²¹ publicado no Portal do FNDE, com dados de 2019 a 2022. Os dados de saldo das escolas também estão disponíveis na plataforma Consulta Escola, contudo estão agregados por tipo de conta e não há identificação de cada ação integrada específica, nesse sentido, a análise dos saldos das escolas é referente a todas as ações integradas da conta PDDE Estrutura, a saber: PDDE Acessibilidade, PDDE Água, PDDE Campo, PDDE Sala de Recursos e PDDE Sustentável.

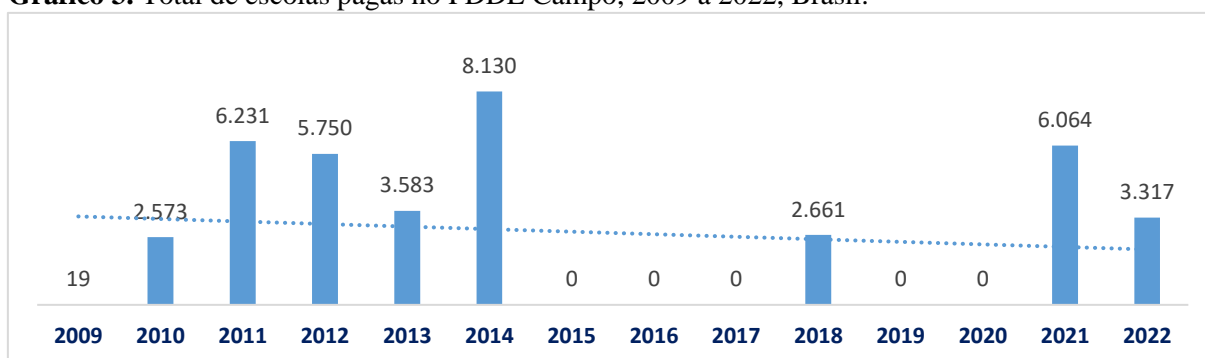
A análise financeira observará os recortes regional, por esfera administrativa (estadual/municipal) e por faixa de matrícula (Até 50 matrículas, de 51 a 150 matrículas e acima de 150 matrículas), a fim de levantar evidências de possíveis fatores contextuais ao problema de recursos empenhados e não pagos, como será exposto.

²⁰ <https://www.fnde.gov.br/pddeinfo/>

²¹ <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/monitore-o-pdde>

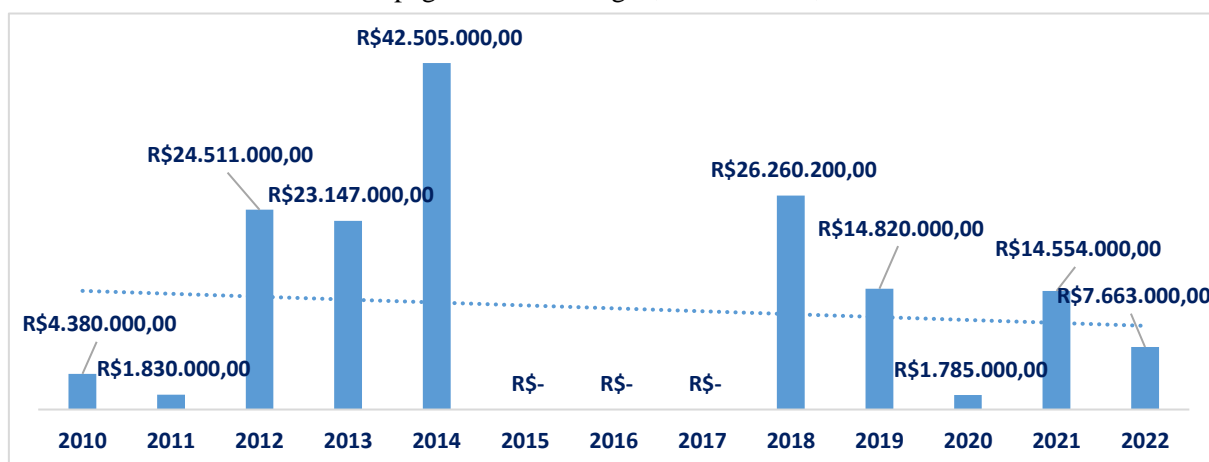
Gráfico 2. Recursos financeiros pagos no PDDE Campo, 2009 a 2022, Brasil.

Fonte: Consulta escola, FNDE/MEC, 2009 a 2022. Elaboração própria.

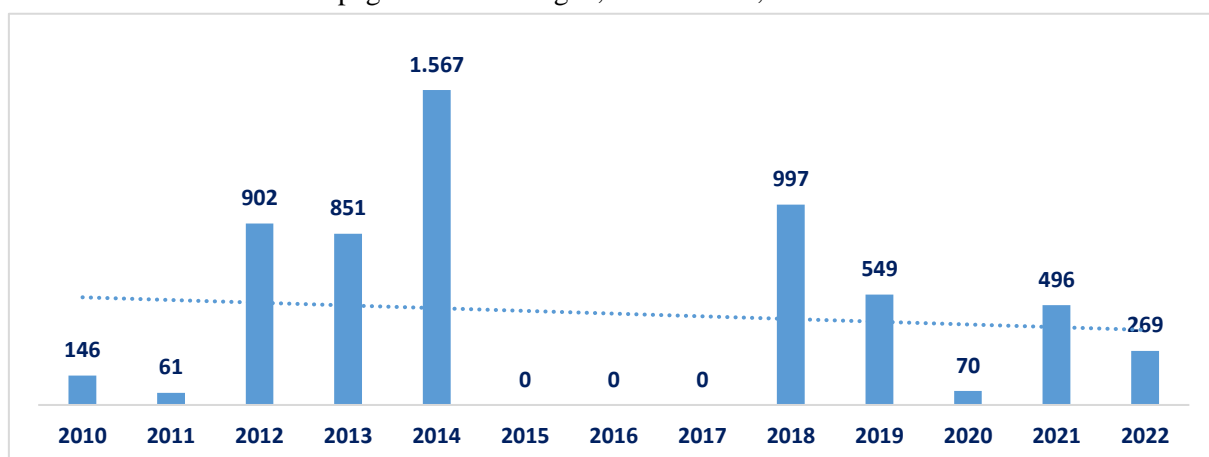
Gráfico 3. Total de escolas pagas no PDDE Campo, 2009 a 2022, Brasil.

Fonte: Consulta escola, FNDE/MEC, 2009 a 2022. Elaboração própria.

No âmbito do PDDE Campo, houve uma tendência de queda de recursos pagos de 2009 a 2022, um pouco mais acentuada ao analisar o total de escolas pagas, no mesmo período. O pico de recursos pagos se deu no ano de 2021, no montante de 80,5 milhões de reais e o maior número de escolas pagas se deu em 2014, com 8.130. Há uma continuidade de pagamento de 2009 a 2014 com interrupção de 2015 a 2017. Em 2018 houve mais pagamentos, mas, novamente, sucedeu-se uma interrupção de 2019 e 2020. Em 2021 e 2022 houve um crescimento no número de escolas pagas com valores próximos ao primeiro sextênio do programa.

Gráfico 4. Recursos financeiros pagos no PDDE Água, 2010 a 2022, Brasil.

Fonte: Consulta escola, FNDE/MEC, 2009 a 2022. Elaboração própria.

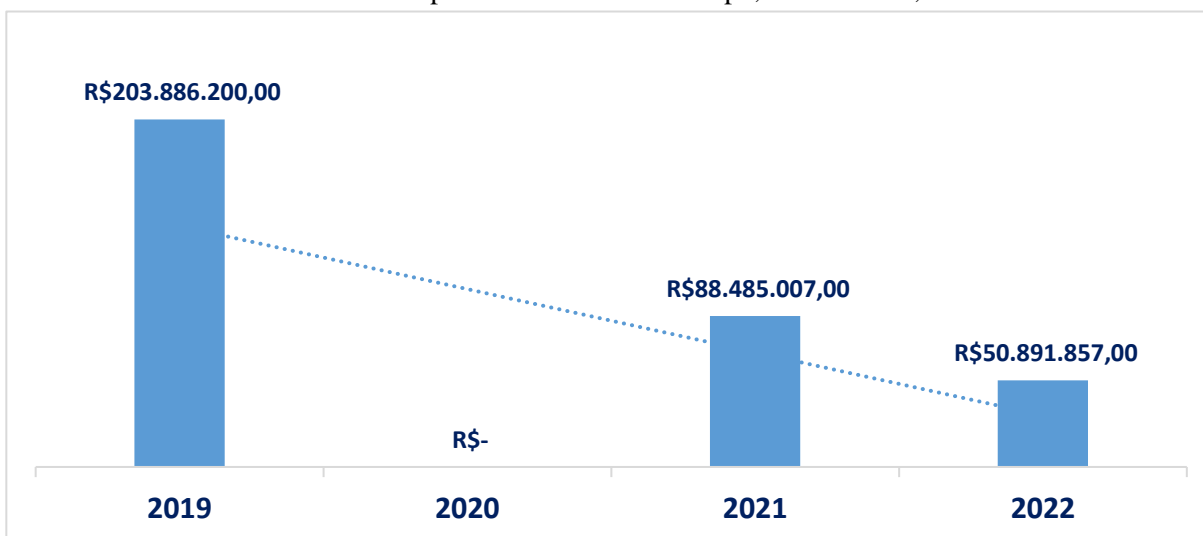
Gráfico 5. Total de escolas pagas no PDDE Água, 2010 a 2022, Brasil.

Fonte: Consulta escola, FNDE/MEC, 2009 a 2022. Elaboração própria.

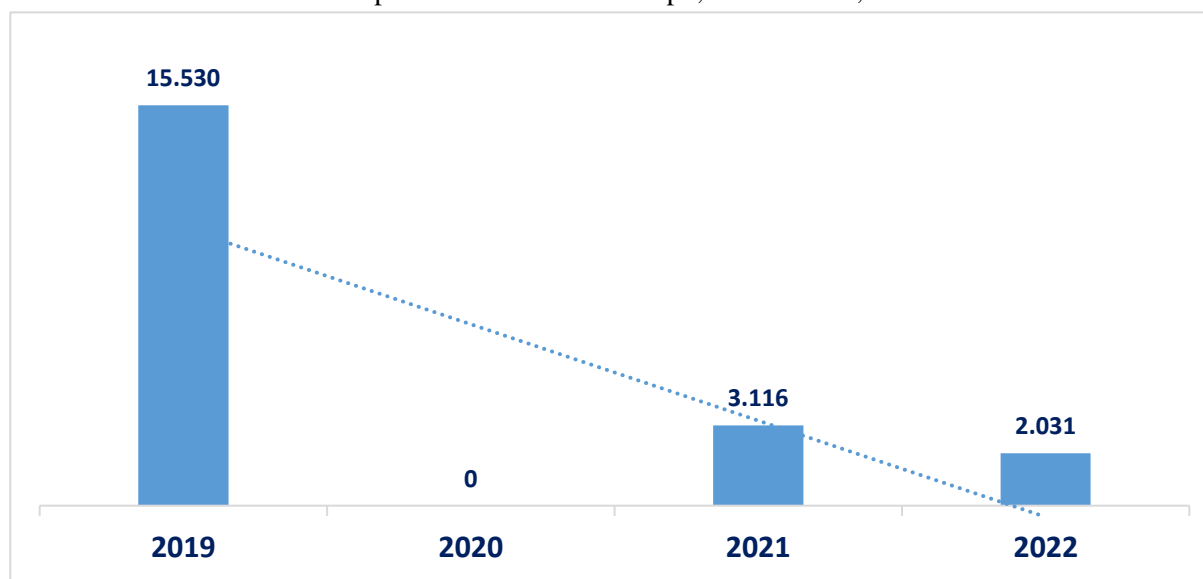
Em relação ao PDDE Água, há a mesma tendência de queda nos recursos financeiros pagos e no número de escolas pagas, de 2010 a 2022. A descontinuidade de pagamento para o Programa deu-se apenas nos anos de 2015 a 2017. A retomada de pagamento a partir de 2018 deu-se em valores menores que no primeiro quinquênio de funcionamento do Programa.

Percebe-se uma descontinuidade em ambas as ações, nos anos de 2015 a 2017, o que pode ter sido por indisponibilidade orçamentária ou por decisão política à época. Acontece que esse fato, por ter acontecido num período de três anos, pode ter gerado algum efeito negativo nas gestões locais.

Abaixo seguem os valores de recursos e de escolas empenhadas nos anos de 2019 a 2022, para as ações PDDE Campo e PDDE Água.

Gráfico 6. Recursos financeiros empenhados no PDDE Campo, 2019 a 2022, Brasil.

Fonte: SEI/MEC – Processos: 23000.010258/2022-32, 23000.016270/2020-90, 23000.002088/2021-32 e 23000.010257/2022-99. Elaboração própria.

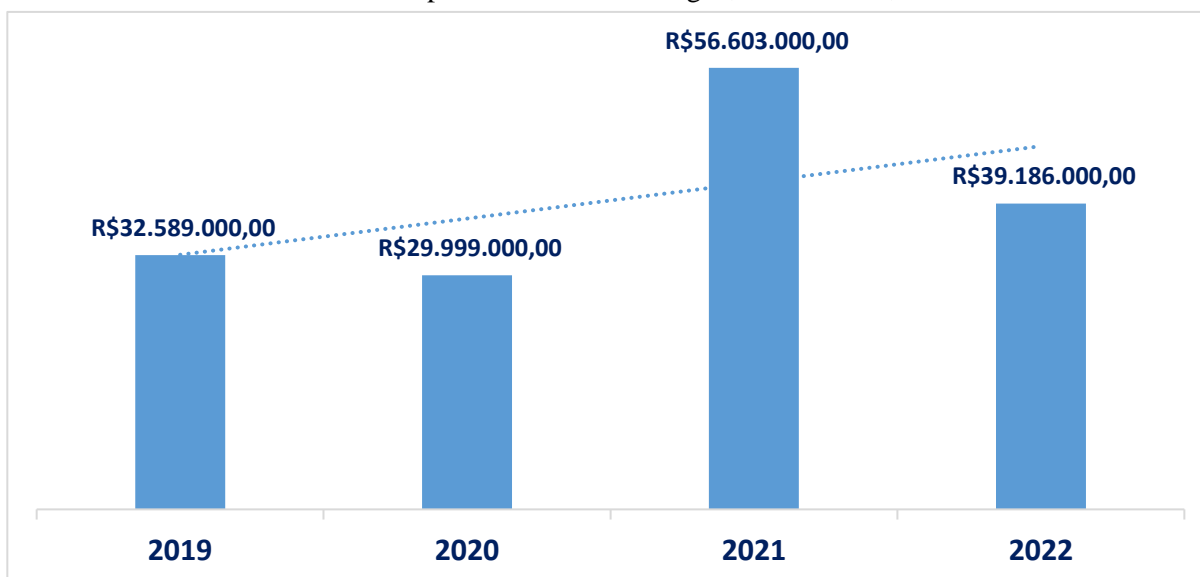
Gráfico 7. Total de escolas empenhadas no PDDE Campo, 2019 a 2022, Brasil.

Fonte: SEI/MEC – Processos: 23000.010258/2022-32, 23000.016270/2020-90, 23000.002088/2021-32 e 23000.010257/2022-99. Elaboração própria.

Em relação aos recursos financeiros e escolas empenhadas, também há uma tendência de queda de 2019 a 2022 e descontinuidade no ano de 2020. Em 2019 foram mais de 15 mil escolas empenhadas em contraste com apenas 2 mil em 2022.

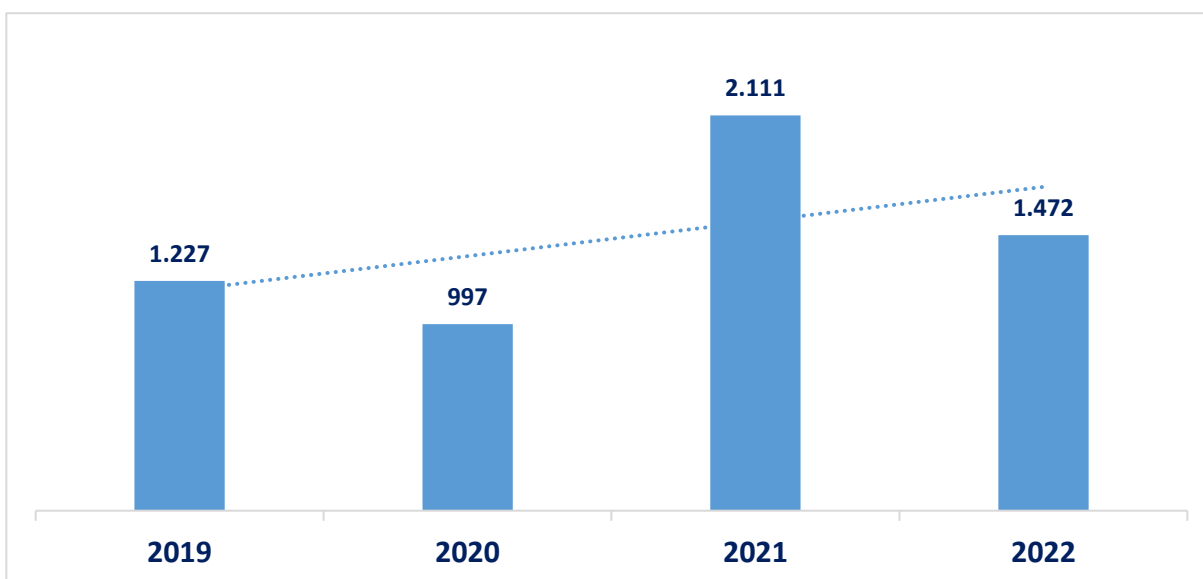
A ação PDDE Água já demonstra uma inversão da tendência, com aumento de recursos financeiros e escolas empenhadas de 2019 a 2022, como pode-se observar nos gráficos abaixo.

Gráfico 8. Recursos financeiros empenhados no PDDE Água, 2019 a 2022, Brasil.



Fonte: SEI/MEC – Processos: 23000.010258/2022-32, 23000.016270/2020-90, 23000.002088/2021-32 e 23000.010257/2022-99. Elaboração própria.

Gráfico 9. Total de escolas empenhadas no PDDE Água, 2019 a 2022, Brasil.



Fonte: SEI/MEC – Processos: 23000.010258/2022-32, 23000.016270/2020-90, 23000.002088/2021-32 e 23000.010257/2022-99. Elaboração própria.

O PDDE Água teve uma constância de recursos financeiros e de escolas empenhadas no último quadriênio.

Nesse mesmo período (2019 a 2022) é possível comparar os recursos financeiros e as escolas empenhadas e pagas no âmbito do PDDE Campo e do PDDE Água, a fim de

verificar sua eficácia. Como os recursos empenhados de 2020 a 2022 ainda são passíveis de pagamento, pois estão alocados como restos a pagar (RAP), a análise será realizada com os recursos empenhados em 2019, que tiveram o limite de pagamento no ano de 2022.

Tabela 19. Percentual dos recursos financeiros pagos de 2019 a 2022 dos recursos empenhados em 2019 do PDDE Campo, por região.

REGIÃO	VALOR EMPENHADO ¹	VALOR PAGO ²	PERCENTUAL PAGO
Centro-Oeste	R\$ 7.330.000,00	R\$ 3.820.800,00	52%
Nordeste	R\$ 103.632.600,00	R\$ 70.185.400,00	68%
Norte	R\$ 40.422.200,00	R\$ 23.625.400,00	58%
Sudeste	R\$ 32.446.000,00	R\$ 15.510.600,00	48%
Sul	R\$ 20.055.400,00	R\$ 11.197.000,00	56%
TOTAL	R\$ 203.886.200,00	R\$ 124.339.200,00	61%

Fonte¹: SEI/MEC – Processos: 23000.010258/2022-32, 23000.016270/2020-90, 23000.002088/2021-32 e 23000.010257/2022-99. Elaboração própria.

Fonte²: Consulta escola, FNDE/MEC, 2019 a 2022. Elaboração própria.

Tabela 20. Percentual dos recursos financeiros pagos de 2019 a 2022 dos recursos empenhados em 2019 do PDDE Campo, por esfera administrativa.

ESFERA ADMINISTRATIVA	VALOR EMPENHADO ¹	VALOR PAGO ²	PERCENTUAL PAGO
Estadual	R\$ 25.795.400,00	R\$ 12.975.000,00	50%
Municipal	R\$ 178.090.800,00	R\$ 111.364.200,00	63%
TOTAL	R\$ 203.886.200,00	R\$ 124.339.200,00	61%

Fonte¹: SEI/MEC – Processos: 23000.010258/2022-32, 23000.016270/2020-90, 23000.002088/2021-32 e 23000.010257/2022-99. Elaboração própria.

Fonte²: Consulta escola, FNDE/MEC, 2019 a 2022. Elaboração própria.

Tabela 21. Percentual dos recursos financeiros pagos de 2019 a 2022 dos recursos empenhados em 2019 do PDDE Campo, por faixa de matrícula.

FAIXA DE MATRÍCULA	VALOR EMPENHADO ¹	VALOR PAGO ²	PERCENTUAL PAGO
Até 50 matrículas	R\$ 52.629.200,00	R\$ 32.326.400,00	61%
De 51 a 150 matrículas	R\$ 89.187.000,00	R\$ 53.406.000,00	60%
Acima de 150 matrículas	R\$ 62.070.000,00	R\$ 38.606.800,00	62%
TOTAL	R\$ 203.886.200,00	R\$ 124.339.200,00	61%

Fonte¹: SEI/MEC – Processos: 23000.010258/2022-32, 23000.016270/2020-90, 23000.002088/2021-32 e 23000.010257/2022-99. Elaboração própria.

Fonte²: Consulta escola, FNDE/MEC, 2019 a 2022. Elaboração própria.

Na análise financeira do percentual de recursos pagos, percebe-se um comprometimento grave da eficácia. Dos 203,8 milhões de reais empenhados em 2019 para o PDDE Campo, foi pago 61%, ou seja, 124,3 milhões. O restante, praticamente 80 milhões de reais, foram devolvidos diretamente ao erário.

No recorte regional, percebe-se um pior percentual de recursos financeiros empenhados e pagos na região sudeste e um melhor percentual na região nordeste. Sob o ponto de vista da esfera administrativa, as escolas estaduais apresentaram um pior percentual que as escolas municipais. Já na análise por faixa de matrículas, não se percebe uma diferença significativa no percentual pago, o que talvez descarte a hipótese que as escolas menores têm mais dificuldade no processo de adesão e prestação de contas, mas também é importante verificar se esse comportamento é idêntico no PDDE Água, a seguir.

Tabela 22. Percentual dos recursos financeiros pagos de 2019 a 2022 dos recursos empenhados em 2019 do PDDE Água, por região.

REGIÃO	VALOR EMPENHADO ¹	VALOR PAGO ²	PERCENTUAL PAGO
Centro-Oeste	R\$ 280.000,00	R\$ 171.000,00	61%
Nordeste	R\$ 22.301.000,00	R\$ 16.349.000,00	73%
Norte	R\$ 8.407.000,00	R\$ 5.121.000,00	61%
Sudeste	R\$ 1.361.000,00	R\$ 874.000,00	64%
Sul	R\$ 240.000,00	R\$ 190.000,00	79%
TOTAL	R\$ 32.589.000,00	R\$ 22.705.000,00	70%

Fonte¹: SEI/MEC – Processos: 23000.010258/2022-32, 23000.016270/2020-90, 23000.002088/2021-32 e 23000.010257/2022-99. Elaboração própria.

Fonte²: Consulta escola, FNDE/MEC, 2019 a 2022. Elaboração própria.

Tabela 23. Percentual dos recursos financeiros pagos de 2019 a 2022 dos recursos empenhados em 2019 do PDDE Água, por esfera administrativa.

ESFERA ADMINISTRATIVA	VALOR EMPENHADO ¹	VALOR PAGO ²	PERCENTUAL PAGO
Estadual	R\$ 1.568.000,00	R\$ 981.000,00	63%
Municipal	R\$ 31.021.000,00	R\$ 21.724.000,00	70%
TOTAL	R\$ 32.589.000,00	R\$ 22.705.000,00	70%

Fonte¹: SEI/MEC – Processos: 23000.010258/2022-32, 23000.016270/2020-90, 23000.002088/2021-32 e 23000.010257/2022-99. Elaboração própria.

Fonte²: Consulta escola, FNDE/MEC, 2019 a 2022. Elaboração própria.

Tabela 24. Percentual dos recursos financeiros pagos de 2019 a 2022 dos recursos empenhados em 2019 do PDDE Água, por faixa de matrícula.

FAIXA DE MATRÍCULA	VALOR EMPENHADO	VALOR PAGO	PERCENTUAL PAGO
Até 50 matrículas	R\$ 18.075.000,00	R\$ 11.998.000,00	66%
De 51 a 150 matrículas	R\$ 10.360.000,00	R\$ 7.804.000,00	75%
Acima de 150 matrículas	R\$ 4.154.000,00	R\$ 2.903.000,00	70%
TOTAL	R\$ 32.589.000,00	R\$ 22.705.000,00	70%

Fonte¹: SEI/MEC – Processos: 23000.010258/2022-32, 23000.016270/2020-90, 23000.002088/2021-32 e 23000.010257/2022-99. Elaboração própria.

Fonte²: Consulta escola, FNDE/MEC, 2019 a 2022. Elaboração própria.

No PDDE Água, sob o ponto de vista regional, o Centro-Oeste, o Norte e o Sudeste apresentaram valores muito próximos de pagamento dos recursos empenhados. O Nordeste e o Sul se destacaram um pouco mais, com percentuais, respectivamente de 73% e 79%. Em relação à região Nordeste, há uma semelhança nos dados do PDDE Campo, contudo a região Sul apresenta uma grande discrepância, já que foi a região com pior percentual de pagamento no PDDE Campo. Esse é um ponto que merece atenção para conhecer melhor as diferenças dessas escolas e tentar chegar a indícios mais evidentes dos motivos que auxiliam o pagamento dos recursos empenhados no âmbito escolar.

A análise por esfera administrativa também evidência uma pior relação entre empenho e pagamento das escolas estaduais. Um dos prováveis motivos disso seja a falha na articulação e na comunicação das unidades escolares com suas respectivas Secretarias de Estado de Educação. Por fim, a análise por faixa de matrícula também não evidencia grandes diferenças no PDDE Água, assim como ocorreu com o PDDE Campo.

Há três causas principais para a existência de recursos empenhados e não pagos:

1. A existência de escolas que não enviaram a documentação de adesão;
2. A existência de escolas que enviaram a documentação, contudo não responderam as diligências realizadas pelo MEC;
3. A existência de escolas que realizaram todo o processo de adesão e foram enviadas para pagamento, contudo possuíam alguma pendência junto ao FNDE e não puderam ser pagas no tempo limite.

Tomando o PDDE Campo como exemplo, foi possível verificar o percentual de escolas para cada uma dessas causas acima. Para isso foi necessário consultar os técnicos da área responsável e levantar os dados referentes ao acompanhamento da adesão, que, naquele momento, foi realizada de forma manual via planilhas eletrônicas, já que o Sistema de Adesão PDDE Campo ainda não havia sido entregue.

Ao total, 189 escolas empenhadas em 2019 enviaram a documentação, mas, devido a algum problema, receberam diligência do MEC e não retornaram. Foram 108 escolas localizadas no Norte e 81 no Nordeste. Ao total, isso representou a devolução de R\$ 2.624.196,00 ao erário.

Em relação as escolas enviadas para pagamento, mas não pagas por alguma pendência junto ao FNDE, identificou-se uma diferença de 377 escolas entre as relações enviadas pelo MEC, constantes nos processos do SEI (23000.010258/2022-32,

23000.016270/2020-90, 23000.002088/2021-32 e 23000.010257/2022-99), e o relatório de pagamento extraído pelo Consulta Escola do FNDE, no valor total de R\$ 3.976.400,00.

Pode-se resumir essas evidências da seguinte forma.

Tabela 25. Valor dos recursos financeiros pagos de 2019 a 2022 dos recursos empenhados em 2019 do PDDE Campo, por motivo do não pagamento.

MOTIVO DO NÃO PAGAMENTO	VALOR (R\$)	%	TOTAL ESCOLAS
Escolas que não enviaram a documentação de adesão	72.946.404,00	92%	5.583
Escolas que não responderam as diligências	2.624.196,00	3%	189
Escolas com alguma pendência junto ao FNDE	3.976.400,00	5%	377
TOTAL GERAL	79.547.00,00	100%	6.149

Fonte: SEI/MEC – Processos: 23000.010258/2022-32, 23000.016270/2020-90, 23000.002088/2021-32 e 23000.010257/2022-99. Elaboração própria; Consulta escola, FNDE/MEC, 2019 a 2022. Secadi/MEC – Planilha de controle de adesão do PDDE Campo/Empenho 2019, março de 2023. Elaboração própria.

Apesar de ser significativo os valores não pagos em detrimento das não respostas às diligências do MEC e das escolas com pendências junto ao FNDE, o maior percentual, 92%, refere-se às escolas que não encaminharam a documentação de adesão por algum motivo desconhecido. Há fortes hipóteses dessa causa: Processos de adesão inadequados, como falhas no meio de adesão; falha na comunicação, como o desconhecimento do recurso empenhado para a escola ou desconhecimento dos prazos e procedimentos de adesão; problemas de conectividade da escola para concluir o processo de adesão, falta de capacitação dos gestores escolares para concluir o processo de adesão; ausência de Sistema informatizado de adesão e constante alteração no meio de adesão.

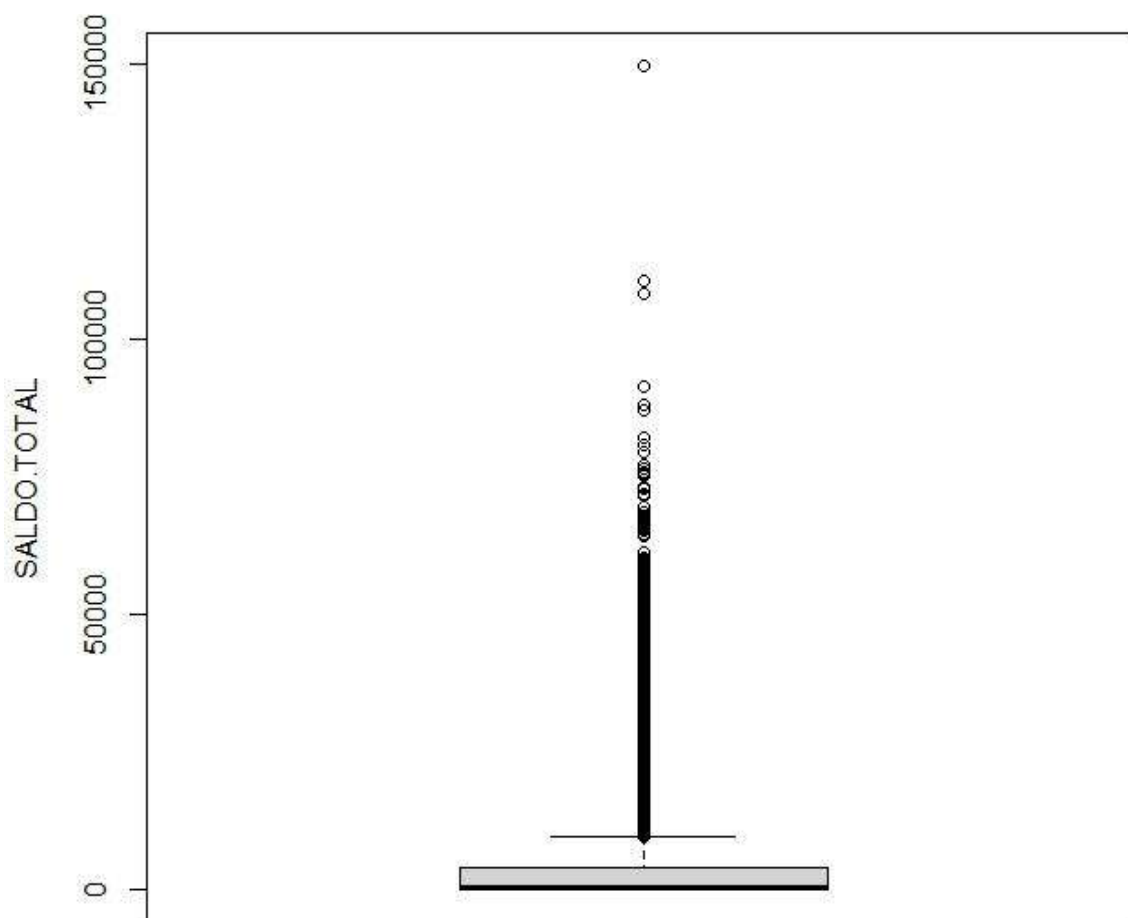
Num primeiro momento poderia se pensar que o fechamento das escolas também poderia ser um problema relacionado ao não pagamento dos recursos, contudo as Entidades Executoras as quais essas escolas fechadas são vinculadas, junto ao MEC, têm a prerrogativa de, nesse caso, transferir o recurso para outra escola de sua rede.

Finda a análise dos recursos empenhados e não pagos, passou-se a análise dos recursos pago e não executados a partir dos dados de saldo extraídos no PDDE Info. Como explicado anteriormente, a análise não pode ser desagregada apenas para as ações integradas PDDE Campo e PDDE Água visto que os recursos estão depositados numa conta única do PDDE Estrutura.

A extração de dados revelou um universo de 62.915 escolas e R\$ 274.896.185,42 de saldo em conta corrente ou investimentos²². O saldo variava de R\$ 0 (zero) a R\$ 149.586,41 (cento e quarenta e nove mil, quinhentos e oitentas e seis reais e quarenta e um centavos).

Por haver escolas com um saldo muito elevado, num primeiro momento foi analisada a dispersão desses recursos para compreender se é um problema generalizado de não execução ou se se tratava de algo localizado em um número específico de escolas, a partir do diagrama de caixa abaixo.

Gráfico 10. Diagrama de caixa do saldo das escolas, PDDE Estrutura, 02/2023, Brasil.



Fonte: PDDE Info/FNDE, 2023. Elaboração própria.

O primeiro quartil resultou em R\$ 0,11 (onze centavos), a mediana de saldos em R\$ 65,18 (sessenta e cinco reais e dezoito centavos), o terceiro quartil em R\$ 3.777,62 (três mil, setecentos e setenta e sete reais e sessenta e dois centavos) e o limite superior em R\$ 9.443,89 (nove mil, quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e nove centavos). Os valores acima deste foram considerados discrepantes.

²² Conforme dados de saldo de Fev/2023.

Nesse sentido, pode-se observar que havia sim uma concentração de recursos em poucas escolas e que as escolas com grandes saldos em conta (acima do limite superior) tratavam-se de *outliers*.

Aprofundou-se a compreensão da concentração de saldo a partir da análise por decis, conforme tabela abaixo.

Tabela 26. Saldo máximo, acumulado e do decil das escolas, PDDE Estrutura, 02/2023, Brasil.

	SALDO MÁXIMO	SALDO ACUMULADO	SALDO DO DECIL	PERCENTUAL DO SALDO DO DECIL
100%	R\$ 149.586,41	R\$ 274.896.185,42	R\$ 162.111.404,69	58,97%
90%	R\$ 15.747,92	R\$ 112.784.780,73	R\$ 79.884.282,08	29,06%
80%	R\$ 9.195,41	R\$ 32.900.498,65	R\$ 27.294.997,40	9,93%
70%	R\$ 1.505,97	R\$ 5.605.501,25	R\$ 4.457.369,14	1,62%
60%	R\$ 279,01	R\$ 1.148.132,11	R\$ 922.561,65	0,34%
50%	R\$ 65,18	R\$ 225.570,46	R\$ 195.617,57	0,07%
40%	R\$ 11,02	R\$ 29.952,89	R\$ 28.452,35	0,01%
30%	R\$ 0,96	R\$ 1.500,54	R\$ 1.503,84	0,00%
20%	R\$ -	-R\$ 3,30	R\$ -	0,00%
10%	R\$ -	-R\$ 3,30	R\$ -	0,00%
Mínimo	-1,89		-R\$ 3,30	0,00%

Fonte: PDDE Info/FNDE, 2023. Elaboração própria.

Por essa análise, observou-se que 70% das escolas concentravam 1,62% do saldo; 90% das escolas concentravam apenas 29,06% do saldo e o último decil (os últimos 10% das escolas) concentrava 58,97% do saldo. Considerando os últimos dois decis, 88,03% dos recursos financeiros em saldo estavam concentrados em apenas 20% das escolas, o que é uma evidência suficientemente forte de que há uma boa execução dos recursos do Programa, considerando ainda que uma parte dos recursos havia sido paga em 2022 e muitas escolas ainda deveriam estar em execução.

3.5. Reuniões técnicas

Em 2022, a então Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp/MEC) percebeu a necessidade de realizar reuniões técnicas regionais com os gestores estaduais e municipais de educação, a fim de promover melhoria nas ações de monitoramento da Semesp. A discussão baseou-se em três eixos: FNDE, Censo Escolar e PDDE, a partir do levantamento de desafios e soluções para cada um deles. Apesar de tardia, a interação do

governo com os gestores locais trouxe considerações valiosas para a gestão do PDDE Campo e PDDE Água.

No eixo do PDDE, os desafios levantados giraram em torno das disfunções burocráticas na prestação de contas; da falta de capacitação dos gestores escolares; da falta de apoio técnico/orientação do MEC na adesão e na execução dos recursos; e da inconstância do Sistema de adesão PDDE Interativo. A Região Norte apresentou dois desafios particulares relacionados à realidade geográfica de suas escolas (já que não é considerado no valor de repasse dos Programas o gasto no transporte dos materiais devido à grande distância dessas escolas) e à ausência de conectividade.

As principais soluções formalizadas junto aos gestores locais são a formação dos gestores escolares; a elaboração de documentos orientadores; e o desenvolvimento de aplicativo de celular para o Sistema, que funcione inclusive de forma offline.

3.6. Diagrama de causas e consequências

Com o intuito de sistematizar os principais pontos chave apresentados no diagnóstico realizado, é proposto um diagrama de causas e consequências. Na análise do público-alvo do Programa, a dimensão de acesso a condições básicas e serviços públicos destaca-se relevante para monitoramento, na perspectiva da garantia dos direitos educacionais e do mínimo existencial para os alunos dessas escolas. Nesse sentido, pode-se pensar na utilização do ICQ e suas desagregações. Além disso, chama atenção o constante fechamento das escolas públicas rurais e a inércia do poder público federal para coibir a prática desregulada que prejudica os alunos camponeses em detrimento da política em massa de transporte. É necessário avaliar esse fenômeno para compreender sua dimensão, contexto e aspectos relacionados.

Ainda na análise do público-alvo, verificou-se a necessidade de monitorar as seguintes desagregações nos indicadores: por região geográfica, por faixa de matrículas e por modalidade educacional, já que se pode observar, desse modo, as maiores desigualdades dentre as próprias escolas do público-alvo.

O principal aspecto relacionado à análise das normativas é referente à capacidade de gestão local, devido às atribuições legais dos gestores escolares. Nesse ponto é imprescindível aprofundar um estudo avaliativo para conhecer os arranjos institucionais locais,

a capacitação dos gestores e do corpo técnico escolar, a participação social no planejamento e na execução do PDDE. É fundamental uma avaliação que identifique um modelo de programa que articule com a capacitação dos gestores locais, não apenas para melhorar a execução dos recursos financeiros, mas também no sentido de melhorar os resultados e impactos do PDDE Campo e do PDDE Água para a qualidade de ensino dos alunos dessas escolas.

Sob o ponto de vista do processo de seleção, é preciso monitorar e avaliar três pontos críticos nos critérios de elegibilidade que prejudicam o acesso do público-alvo: a necessidade da escola formalizar uma unidade executora própria, a necessidade de possuir prédio próprio e a invisibilidade das escolas que são cadastradas no Censo Escolar como “salas anexas”. Nesse sentido, é importante que se criem condições para as escolas mais precárias dessas modalidades ingressarem nos beneficiários das ações integradas PDDE Campo e PDDE Água, a partir de uma avaliação profunda do público-alvo que recomende as alterações necessárias nas normativas do Programa.

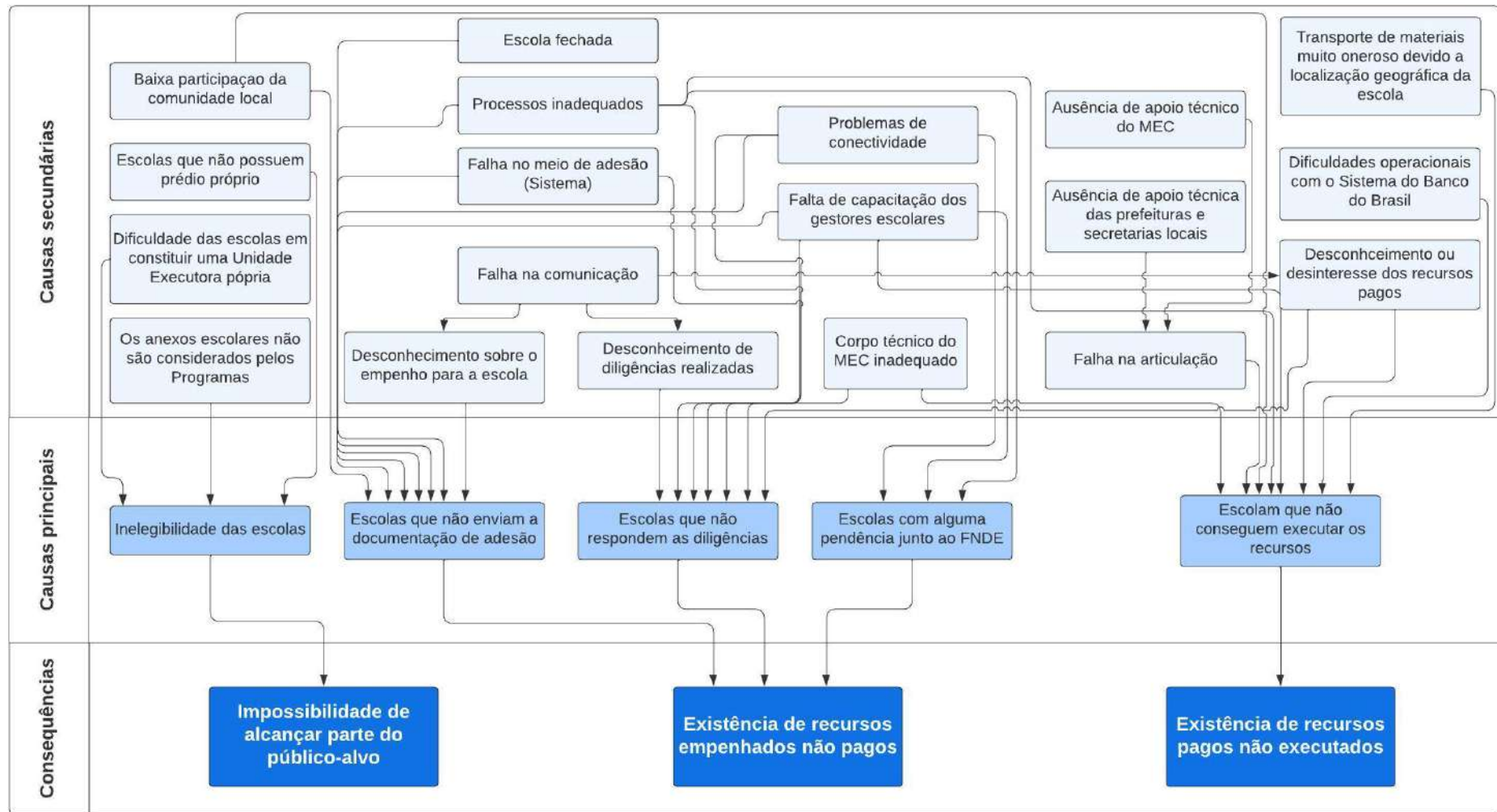
No processo de adesão, destaca-se a necessidade de monitorar e avaliar a participação da comunidade escolas no processo de gestão democrática, a fim de melhorar a capacidade institucional das escolas rurais, indígenas e quilombolas, melhorar o controle das contas públicas e, principalmente, o planejamento e a execução dos recursos do PDDE.

Sob o ponto de vista da análise dos recursos financeiros, percebe-se a existência considerável de recursos empenhados e não pagos, por isso é importante monitorar e avaliar a eficácia do pagamento desses recursos, sob o ponto de vista dos problemas relacionados, como processos inadequados; falha na articulação; meio de adesão inadequado, como comentado nas reuniões técnicas; falha na comunicação entre o MEC, Secretarias municipais, estaduais e distrital de educação, escolas, comunidade escolas, Undime, Consed e outros; inadequação do corpo técnico do MEC, problemas de conectividade na escola; baixa capacitação dos gestores escolares. Além disso, sabe-se da existência de escolas que não conseguem executar os recursos pagos, que também está associado a vários dos problemas listados acima e apresentados nas reuniões técnicas, como as dificuldades operacionais com o Sistema do Banco do Brasil relatadas pelas escolas.

Em suma, para compreender melhor os três principais problemas relacionados à implementação do PDDE Campo e do PDDE Água (impossibilidade de alcançar parte do público-alvo, existência de recursos empenhados não pagos, existência de recursos pagos não

executados), parte-se para a construção de um diagrama relacionando as causas principais e secundárias para, assim, levantar pontos chave para monitoramento e avaliação.

Figura 3. Diagrama de causas principais e secundárias e consequências da implementação do PDDE Campo e PDDE Água.



Fonte: Elaboração própria.

4. MODELIZAÇÃO

Um dos propósitos de monitorar é “subsidiar o gestor público com informações mais sintéticas e tempestivas sobre a operação do programa – resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento [...]” (JANNUZZI, 2016, p. 106). Nesse sentido, dá-se de duas formas, o monitoramento gerencial e o analítico. O primeiro trata do acompanhamento administrativo dos processos, produtos e resultados e preocupa-se com o acompanhamento de metas e prazos de ações. O segundo, que será o guia deste estudo, é um “exercício sistemático de análise de indicadores representativos dos fluxos de desembolsos financeiros, de realização de atividades-maio, de entrega de produtos e de inferência de resultados [...]” (JANNUZZI, 2011, p. 110).

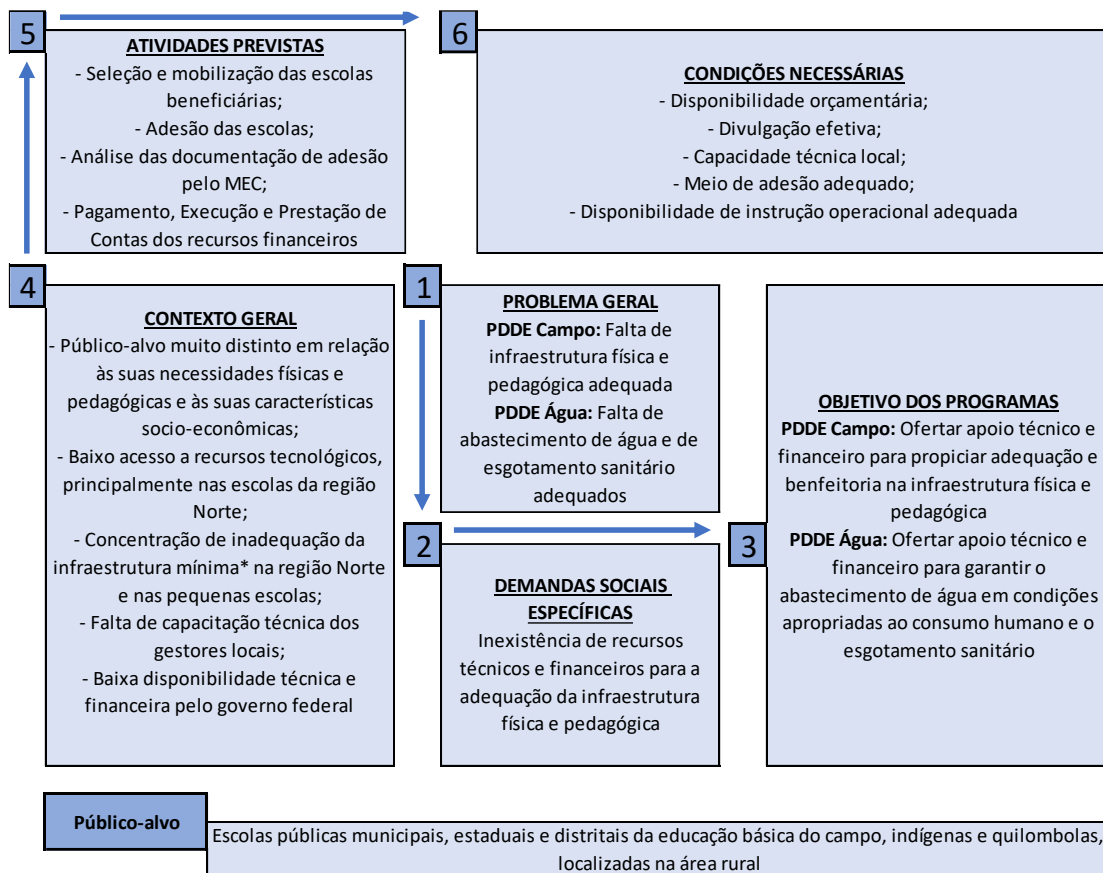
O Sistema de Monitoramento e Avaliação será constituído de quatro elementos: O Mapa de Processos e Resultados do PDDE Campo e PDDE Água; o conjunto de indicadores dos processos-chave e dos produtos; as bases de dados necessárias para o cálculo dos indicadores; e o plano de avaliação.

4.1. Mapa de Processos e Resultados (MaPR)

Semelhante ao Modelo Lógico, porém mais sintético, o MaPR representa uma “narrativa sintética do funcionamento do Programa, do seu contexto de operação, de como seus diversos componentes-insumos, processos e produtos se alinham para produzir os resultados [...]” (JANNUZZI, 2016, p. 20).

Com o uso do “Modelo Espiral”, extraído do manual da Fundação Kellogg, apresentado por Januzzi em seu livro “Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais”, pode-se observar o resumo dos Programas PDDE Campo e PDDE Água, partindo do problema geral dos Programas, passando pelas demandas sociais específicas, objetivos do Programa, contexto geral e atividades previstas, até concluir nas condições necessárias para que essas atividades sejam desenvolvidas.

Figura 4. Resumo dos Programas PDDE Campo e PDDE Água por meio do modelo “espiral” do MaPR.



Fonte: Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais. JANNUZZI. 2016. Elaboração própria

A partir do modelo “espiral”, é possível elaborar uma apresentação mais detalhada dos Programas, evidenciando os recursos, atividades, produtos, resultados e impactos. Nesse ponto, foi levado em consideração o Diagrama de MaPR elaborado por Fernanda Teixeira Reis e Paulo de Martino Jannuzzi para o PDDE Básico (REIS; JANNUZZI, 2021).

Tabela 27. Diagrama de Mapas de Processos e Resultados dos Programas PDDE Campo e PDDE Água.

RECURSOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS	IMPACTOS
<ul style="list-style-type: none"> Recursos financeiros do Governo Federal; Recursos institucionais (FNDE, Secadi/MEC, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Escolas); Recursos tecnológicos e informacionais (Sistema de adesão, Censo Escolar/INEP). 	<ul style="list-style-type: none"> Seleção das escolas beneficiárias; Divulgação das escolas beneficiárias; Planejamento local; Adesão das escolas; Análise da documentação de adesão; Repasse dos recursos financeiros; Execução dos recursos financeiros; Prestação de contas. 	<ul style="list-style-type: none"> Relação das escolas beneficiárias; Plano de Trabalho aprovado; Relação de escolas pagas; Aquisições e Serviços de manutenção de infraestrutura física; Aquisição de materiais pedagógicos. 	<p>PDDE Campo</p> <ul style="list-style-type: none"> Serviços de melhoria da infraestrutura física realizados; Itens de infraestrutura física adquiridos; Materiais pedagógicos adquiridos. <p>PDDE Água</p> <ul style="list-style-type: none"> Sistema de abastecimento de água em funcionamento adequado; Sistema de esgotamento sanitário em funcionamento adequado 	<ul style="list-style-type: none"> Ambiente escolar mais seguro e adequado ao aprendizado e à socialização; Fortalecimento da participação social e da autogestão escolar; Eficiência do uso de recursos públicos na educação; Melhora no desempenho escolar, com redução da evasão e da distorção idade-série; Redução do fechamento inadequado das pequenas escolas do campo.
PRESSUPOSTOS	PRESSUPOSTOS	PRESSUPOSTOS	PRESSUPOSTOS	
<ul style="list-style-type: none"> Desembolsos regulares de recursos; Sistema de adesão funcionando adequadamente; Acesso à internet e computador pelos gestores locais; Elegibilidade do público-alvo; Escolas em atividade e adimplentes; 	<ul style="list-style-type: none"> Processos do Programa adequados; Gestores locais informados e capacitados; Transmissão adequada das informações; Ações adequadas de articulação; Participação adequada da comunidade escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> Utilização adequada das obras e materiais adquiridos; Apoio técnico das Prefeituras, Secretarias de Educação, da Secadi/MEC e do FNDE 	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento adequado dos recursos; Utilização adequada dos recursos financeiros repassados; Prestação de contas realizada adequadamente. 	

Fonte: Modelo: Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais. JANNUZZI. 2016. Elaboração própria.

4.2. Conjunto de indicadores dos processos-chave e dos produtos

No âmbito das políticas públicas, são utilizados indicadores para mensurar aspectos relacionados ao resultado de uma intervenção na realidade, de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação. Um de seus tipos é o indicador de desempenho de programas que, dentro de uma finalidade programática, permite uma análise contextualizada e comparativa dos registros e estatísticas no tempo e no espaço (BRASIL, 2010).

Conforme o Guia Metodológico de Indicadores de Programa (2010), há certas propriedades indispensáveis na elaboração de um indicador:

- **Validade:** Capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a realidade que se deseja medir e modificar. Um indicador deve ser significativo ao que está sendo medido e manter essa significância ao longo do tempo;
- **Confiabilidade:** Indicadores devem ter origem em fontes confiáveis, que utilizem metodologias reconhecidas e transparentes de coleta, processamento e divulgação;
- **Simplicidade:** Indicadores devem ser de fácil obtenção, construção, manutenção, comunicação e entendimento pelo público em geral, interno ou externo.

Os indicadores serão propostos a partir do levantamento realizado pelo MaPR e pelo diagnóstico apresentado e, posteriormente, detalhados em formato de matriz, a partir da estrutura sugerida no Guia Prático de Análise Ex Ante do Ministério da Fazenda (2018). Não serão propostos indicadores de impacto, que poderão ser objeto de análise em avaliações específicas de impacto dos Programas.

Tabela 28. Diagrama de indicadores-chave.

RECURSOS	ATIVIDADES e PRODUTOS	RESULTADOS	IMPACTOS
<p>1. Indicador de crescimento orçamentário;</p> <p>2. Indicador de eficácia no pagamento dos recursos;</p> <p>3. Indicador de eficácia na execução dos recursos;</p> <p>4. Indicador de conectividade;</p> <p>5. Indicador de elegibilidade.</p>	<p>6. Indicador de fluxo;</p> <p>7. Indicador de participação social.</p>	<p><u>PDDE Campo</u></p> <p>8. Indicador de adequação do item de infraestrutura física ou material pedagógico adquirido/serviço realizado;</p> <p><u>PDDE Água</u></p> <p>9. Indicador de adequação do sistema de abastecimento de água constituído;</p> <p>10. Indicador de adequação do sistema de esgotamento sanitário constituído.</p>	<p>11. Indicador de nível de infraestrutura das escolas do campo, indígenas e quilombolas (ICQ);</p>

OBJETIVOS	OBJETIVOS	OBJETIVOS	OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • Mensurar a regularidade e o volume da dotação orçamentária para o Programa; • Alertar sobre possíveis entraves entre os processos de empenho, de pagamento e de execução; • Verificar o pressuposto de acessibilidade das escolas do campo, indígenas e quilombolas na realização da adesão, no itens de acesso à internet banda larga e computador; • Quantificar o alcance do Programa ao público-alvo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alertar sobre possíveis entraves no fluxo processual de adesão ao Programa; • Verificar a participação da comunidade escolar no planejamento e na execução dos recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mensurar a adequação e a satisfação dos itens adquiridos e serviços realizados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar a evolução das escolas beneficiárias em relação ao acesso a serviços públicos essenciais.

Fonte: Elaboração própria.

Assim, são propostos 11 indicadores-chave prioritários de recursos, de atividades, de produtos e de resultados para o monitoramento periódico do Programa.²³ No processo de implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação, outros indicadores poderão ser incorporados, modificados ou retirados.

Conforme destaca Jannuzzi, para o “acompanhamento das atividades cotidianas do programa, é preciso realizar um exercício de avaliação de quais são aquelas mais críticas [...]” (JANNUZZI, 2016, p. 114). Nesse sentido, foi pensado quais seriam os indicadores de processos mais importantes para verificar os possíveis pontos de entrave entre o envio da documentação até o efetivo pagamento das escolas e, assim, atuar oportunamente na correção.

A seguir é apresentada a matriz de detalhamento de cálculo e outras informações dos indicadores e a matriz de linha de base.

²³ O MaPR e os indicadores-chave propostos foram apresentados e debatidos junto à equipe gestora e a equipe técnica do MEC, em 2022.

Tabela 29. Matriz de detalhamento dos indicadores-chave.

Nº	Indicador	Descrição	Fase do MaPR	Fórmula de cálculo	Base de dados	Nível de desagregação	Frequência da coleta	Responsável
1	Indicador de crescimento orçamentário	O indicador tem o objetivo de monitorar o percentual de acréscimo ou de decréscimo do montante de recursos empenhados em relação ao exercício anterior	Recursos	$(\sum \text{ dos recursos financeiros empenhados no exercício vigente} / \sum \text{ dos recursos financeiros empenhados no exercício}) \times 100$	Consulta escola (FNDE)	Brasil, Região, UF, Esfera administrativa, Porte da escola, Modalidade Educacional (Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola)	Anual	FNDE
2	Indicador de eficácia no pagamento dos recursos	O indicador tem o objetivo de alertar problema crítico no processo de pagamento dos recursos financeiros empenhados.	Recursos	$(\sum \text{ dos recursos financeiros pagos de determinado empenho} / \sum \text{ dos recursos financeiros de determinado empenho}) \times 100$	Painel BI do PDDE (FNDE) e Consulta escola (FNDE)	Brasil, Região, UF, Município	Mensal	FNDE
3	Indicador de eficácia na execução dos recursos	O indicador tem o objetivo de alertar problema crítico no processo de execução dos recursos financeiros empenhados.	Recursos	$(\sum \text{ dos recursos financeiros executados de determinado pagamento} / \sum \text{ dos recursos financeiros de determinado pagamento}) \times 100$	Painel BI do PDDE e Consulta escola (FNDE)	Brasil, Região, UF, Município	Mensal	FNDE

4	Indicador de conectividade	O indicador tem o objetivo de mensurar o percentual das escolas beneficiárias com acesso à internet banda larga e computador, como pressuposta para a realização da adesão ao Programa	Recursos	$(\sum \text{ das escolas beneficiárias com acesso à internet banda larga e computador } / \sum \text{ das escolas beneficiárias}) \times 100$	Censo Escolar (INEP)	Brasil, Região, UF, Porte da escola, Modalidade Educacional (Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola)	Anual	Secadi/MEC
5	Indicador de elegibilidade	O indicador tem o objetivo de mensurar o percentual de escolas elegíveis sobre o público-alvo do Programa, na perspectiva do atendimento aos critérios de elegibilidade	Recursos	<p>PDDE Campo: $(\sum \text{ das escolas públicas rurais municipais e estaduais, em atividade, que possuem prédio próprio, unidade executora própria, mais de 4 matrículas na educação básica } / \sum \text{ das escolas públicas rurais municipais e estaduais, em atividade}) \times 100$</p> <p>PDDE Água: $(\sum \text{ das escolas públicas rurais municipais e estaduais, em atividade, que possuem prédio próprio, unidade executora própria, mais de 4 matrículas na educação básica, não possuem abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário e não receberam recursos para o PDDE Água em exercícios anteriores, com exceção das escolas que possuem concomitantemente a inexistência de água e de esgoto } / \sum \text{ das escolas})$</p>	Censo Escolar (INEP)	Brasil, Região, UF, Esfera administrativa, Porte da escola, Modalidade Educacional (Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola)	Anual	Secadi/MEC

				públicas rurais municipais e estaduais, em atividade, que não possuem abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário e não receberam recursos para o PDDE Água em exercícios anteriores, com exceção das escolas que possuem concomitantemente a inexistência de água e de esgoto) X 100				
6	Indicador de fluxo	O indicador tem o objetivo de alertar sobre possíveis entraves no fluxo processual de adesão ao Programa de determinado empenho, além de identificar a etapa de ocorrência do problema entre o envio da documentação pela escola, a análise da documentação e realização de possível diligência pelo MEC, a resposta à diligência do MEC e o envio para pagamento.	Atividades	<p><u>Percentual de escolas em cada etapa do fluxo processual, onde a somatória das cinco etapas dá 100%:</u></p> <p>Etapa 1: Escolas que não enviaram a documentação (\sum das escolas que enviaram a documentação/\sum das escolas beneficiárias) X 100</p> <p>Etapa 2: Escolas em análise (\sum das escolas com documentação em análise/\sum das escolas beneficiárias) X 100</p> <p>Etapa 3: Escolas em diligência (\sum das escolas em diligência/\sum das escolas beneficiárias)</p> <p>Etapa 4: Escolas enviadas para pagamento</p>	Sistema PDDE Campo (MEC) e Consulta escola (FNDE)	Brasil, Região, UF, Município	Mensal	Secadi/MEC e FNDE

				$(\sum \text{ das escolas com a documentação aprovada} / \sum \text{ das escolas beneficiárias}) \times 100$ Etapa 5: Escolas pagas $(\sum \text{ das escolas pagas} / \sum \text{ das escolas beneficiárias}) \times 100$				
7	Indicador de participação social	O indicador tem o objetivo de monitorar o percentual de escolas em que há participação da comunidade escolas no planejamento e na execução dos recursos financeiros	Atividades	$(\sum \text{ das escolas que aderiram e que informaram a participação ativa da comunidade escolar no planejamento e na execução dos recursos financeiros} / \sum \text{ das escolas que aderiram}) \times 100$	Sistema PDDE Campo (MEC)	Brasil, Região, UF, Esfera administrativa, Porte da escola, Modalidade Educacional (Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola)	Anual	Secadi/MEC
8	Indicador de adequação do item de infraestrutura física ou material pedagógico adquirido/serviço realizado	O indicador tem o objetivo de monitorar o percentual de escolas que informaram ter suas necessidades atendidas com a aquisição do item de infraestrutura física ou material pedagógico escolhido ou o serviço realizado	Resultado	$(\sum \text{ das escolas que informaram a adequação do item às suas necessidades} / \sum \text{ das escolas avaliadas}) \times 100$	Sistema PDDE Campo (MEC)	Brasil, Região, UF, Esfera administrativa, Porte da escola, Modalidade Educacional (Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola)	Anual	Secadi/MEC

9	Indicador de adequação do sistema de abastecimento de água constituído	O indicador tem o objetivo de monitorar o percentual de escolas que informaram ter suas necessidades atendidas em relação ao abastecimento de água	Resultado	$(\sum \text{ das escolas que informaram a adequação das aquisições e dos serviços contratados para o abastecimento de água} / \sum \text{ das escolas avaliadas}) \times 100$	Sistema PDDE Campo (MEC)	Brasil, Região, UF, Esfera administrativa, Porte da escola, Modalidade Educacional (Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola)	Anual	Secadi/MEC
10	Indicador de adequação do sistema de esgotamento sanitário constituído	O indicador tem o objetivo de monitorar o percentual de escolas que informaram ter suas necessidades atendidas em relação ao esgotamento sanitário	Resultado	$(\sum \text{ das escolas que informaram a adequação das aquisições e dos serviços contratados para o esgotamento sanitário} / \sum \text{ das escolas avaliadas}) \times 100$	Sistema PDDE Campo (MEC)	Brasil, Região, UF, Esfera administrativa, Porte da escola, Modalidade Educacional (Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola)	Anual	Secadi/MEC

11	Nível de infraestrutura das escolas indígenas, do campo e quilombolas	O indicador tem o objetivo de acompanhar a evolução das escolas beneficiárias em relação ao acesso a serviços públicos essenciais: abastecimento de água e energia elétrica e esgotamento sanitário; acesso à internet e ter prédio escolar.	Impactos	<p><u>Percentual de escolas em cada nível de acesso aos itens, onde a somatória dos cinco níveis dá 100%:</u></p> <p>Nível 0: Não possui nenhum item $(\sum \text{ das escolas beneficiadas em qualquer exercício que informaram não possuir abastecimento de água e de energia elétrica e esgotamento sanitário e internet e prédio escolar} / \sum \text{ das escolas beneficiadas em qualquer exercício}) \times 100$</p> <p>Nível 1: Possuem apenas um dos itens $(\sum \text{ das escolas beneficiadas em qualquer exercício que informaram possuir um dos itens entre abastecimento de água e de energia elétrica e esgotamento sanitário e internet e prédio escolar} / \sum \text{ das escolas beneficiadas em qualquer exercício}) \times 100$</p> <p>Nível 2: Possuem dois itens $(\sum \text{ das escolas beneficiadas em qualquer exercício que informaram possuir dois dos itens entre abastecimento de água e de energia elétrica e esgotamento sanitário e internet e prédio escolar} / \sum \text{ das escolas beneficiadas em qualquer exercício}) \times 100$</p>	Censo Escolar (INEP) e Consulta Escola (FNDE)	Brasil, Região, UF, Esfera administrativa, Porte da escola, Modalidade Educacional (Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola)	Anual	Secadi/MEC
----	---	--	----------	--	---	---	-------	------------

				<p>Nível 3: Possuem três itens $(\sum \text{ das escolas beneficiadas em qualquer exercício que informaram possuir três dos itens entre abastecimento de água e de energia elétrica e esgotamento sanitário e internet e prédio escolar} / \sum \text{ das escolas beneficiadas em qualquer exercício}) \times 100$</p> <p>Nível 4: Possuem quatro itens $(\sum \text{ das escolas beneficiadas em qualquer exercício que informaram possuir quatro dos itens entre abastecimento de água e de energia elétrica e esgotamento sanitário e internet e prédio escolar} / \sum \text{ das escolas beneficiadas em qualquer exercício}) \times 100$</p> <p>Nível 5: Possuem todos os itens $(\sum \text{ das escolas beneficiadas em qualquer exercício que informaram possuir todos os itens entre abastecimento de água e de energia elétrica e esgotamento sanitário e internet e prédio escolar} / \sum \text{ das escolas beneficiadas em qualquer exercício}) \times 100$</p>				
--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

8	Indicador de adequação do item de infraestrutura física ou material pedagógico adquirido/serviço realizado											
9	Indicador de adequação do sistema de abastecimento de água constituído											
10	Indicador de adequação do sistema de esgotamento sanitário constituído											
11	Indicador de nível de infraestrutura das escolas indígenas, do campo e quilombolas											

Fonte: Elaboração própria.

4.3. Bases de dados

As fontes de dados disponíveis para a construção dos indicadores estão disponíveis nas seguintes localidades:

1. Microdados do Censo Escolar da Educação Básica, publicados anualmente no Portal do INEP;
2. Dados do Sistema online “Consulta Escola”, ou PDDE Info, do FNDE;
3. Dados do Painel BI PDDE publicado no Portal do FNDE;
4. Dados do Sistema de Adesão online PDDE Campo²⁴ da Secadi/MEC.

4.4. Plano de Avaliação

Há diversas definições de avaliação. De forma pragmática e aplicada, Jannuzzi (2016) define avaliação como:

Esforço analítico de produzir informação e conhecimento para desenho, implementação e validação de programas e projetos sociais, por meio de abordagens metodológicas interdisciplinares da pesquisa social, com a finalidade de aprimorar a gestão das intervenções, seja no cumprimento dos seus objetivos (eficácia), nos seus impactos mais duradouros e abrangentes em termos de públicos e dimensões sociais alcançados (efetividade), seja nos custos condizentes com a escala e complexidade da intervenção (eficiência). (JANNUZZI. 2016 p. 46)

As pesquisas de avaliação devem ser encomendadas à medida que forem observadas divergências significativas durante o processo de monitoramento dos Programas, podendo seguir as seguintes etapas de especificação: 1. Estudo de avaliabilidade do Programa; 2. Concepção e delimitação do escopo da avaliação; 3. Desenho e especificação metodológica da pesquisa; 4. Condução do trabalho de pesquisa documental e/ou de campo; 5. Análise de dados da pesquisa e discussão de achados com a equipe do Programa; e 6. Produção de relatório e disseminação de resultados (JANNUZZI, 2016).

²⁴ Também é produto deste estudo a elaboração de funcionalidade específica no Sistema “PDDE Campo”, a ser entregue em 2023, que possibilitará a coleta de dados da execução dos recursos financeiros e da finalização das ações planejadas em formato de formulário onde o gestor MEC poderá incluir qualquer tipo de pergunta (aberta ou fechada). Além disso, o Sistema também conta com um diagnóstico inicial das escolas, a fim de detalhar os dados de Censo Escolar do INEP, devido à precariedade das escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Tabela 31. Etapas de uma pesquisa de avaliação.

ETAPA	DESCRIÇÃO
Estudo de avaliabilidade do Programa	Define se a avaliação será ou não realizada e que contornos deve assumir nas fases seguintes. Pode ser feita por meio das seguintes questões: Estaria o programa em estágio ou momento propício para uma investigação mais detalhada? Em que aspecto? No seu desenho de intervenção, em atividades de sua implementação ou já estaria avançado suficientemente para uma avaliação de resultados e impactos? Houve dotação orçamentária, repasses para agentes operadores e alocação de equipes? Já está implantado na região e nas localidades que foi previsto? Existem bases de dados para avaliação do programa? Já foram feitas avaliações anteriores?
Concepção da pesquisa de avaliação, de seu escopo e foco investigativa	Nesta etapa é feita a delimitação dos objetivos e determinação do foco da pesquisa de avaliação. Aqui vale utilizar o MaPR do Programa para facilitar a discussão e responder questionamentos como: Por que determinadas atividades não estão se desenvolvendo plenamente? Por que, em algumas regiões (ou outro tipo de recorte, como o porte da escola), o programa obtém mais resultados? Os serviços estão sendo prestados satisfatoriamente, de acordo com os padrões de qualidade definidos (Exemplo: Se o sistema implantado produz água apropriada ao consumo humano.)? A cobertura do programa está de acordo com carências regionais e outras características das escolas do campo, indígenas e quilombolas? As escolas utilizaram os recursos da forma adequada? O planejamento realizado pela escola contou com a participação da comunidade escolas de forma efetiva e foi seguido na execução? Os recursos financeiros repassados no âmbito do PDDE Água foram suficientes para sanar os problemas de ausência de abastecimento de água e de esgotamento sanitário adequados? Os recursos financeiros repassados no âmbito do PDDE Campo foram suficientes para sanar os problemas mais graves de infraestrutura física e pedagógicas das escolas?
Desenho da pesquisa e sua especificação metodológica	Nessa etapa são formuladas as perguntas gerais a serem respondidas, os contextos territoriais ou arquetípicos de interesse e os sujeitos a serem abordados – gestores estaduais, técnicos municipais, beneficiários do programa ou usuários dos serviços, a população em geral. É necessário escolher a técnica de coleta mais adequada para responder às questões levantadas, a natureza e tamanho da amostra de sujeitos ou instituições a serem entrevistadas, as questões éticas suscitadas, considerando os prazos e recursos disponíveis. Podem ser utilizados métodos quantitativos e/ou qualitativos de pesquisa, sendo estes mais adequados para um entendimento, mais exploratório ou em profundidade, da problemática em questão e, aqueles, voltados para captação de aspectos mais tangíveis da realidade social.
Condução do trabalho de pesquisa documental e/ou de campo	Esta etapa requer grande atenção para que todo o esforço da concepção seja colocado a perder caso não sejam observados os cuidados necessários como treinamento de equipe, pré-testes de

	instrumentos, planejamento logístico da coleta, supervisão de campo e análise crítica das evidências coletadas na pesquisa. Por isso é muito importante o acompanhamento e supervisão para que o estudo não enverede por questões secundárias desconexas com as demandas avaliativas especificadas.
Análise da pesquisa e discussão de achados com a equipe do Programa	Essa fase já pode se iniciar com a pesquisa ainda em condução, a fim de identificar eventuais problemas de coleta e corrigi-los ou realizar alguma mudança no curso da avaliação. Há diversos métodos de pesquisa para a análise dos dados produzidos, o importante é que ele seja condizente com o objeto. Pesquisas qualitativas remetem a abordagens mais ensaísticas e narrativas, articuladas com base de análise de conteúdo dos relatos e entrevistas ou, ainda, a técnica mais estruturada, como a análise estruturada de textos. Dados de pesquisas quantitativas podem ser analisados de uma perspectiva mais descritiva, por meio da criação de categorias de agregação das informações, tabelas cruzadas e técnicas exploratórias ou por intermédio de métodos estatísticos inferenciais, menos ou mais complexos, com menor ou maior exigência de supostos quanto às propriedades empíricas dos dados coletados.
Produção de relatórios de pesquisa e disseminação de resultados	Idealmente, os resultados da pesquisa devem ser compartilhados, se consistentes, com as equipes da pesquisa e do programa envolvidas na avaliação, desde o início da análise. Trata-se de uma boa estratégia para, gradualmente, preparar a equipe do programa acerca dos resultados mais incisivos e negativos que podem vir ao final, e receber contribuições para interpretação dos resultados. O relatório deve ser sucinto e objetivo, a fim de alcançar seu objetivo. Não é possível contemplar todos os interesses por meio de apenas uma publicação ou estratégia de comunicação. É preciso ter várias estratégias de disseminação dos resultados, a depender do público de interesse: resumos por e-mail, relatórios, sumários, viodeconferências, apresentações.

Fonte: JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais**. 2016. Pg 57-68.

As avaliações podem ser encomendadas de forma direta, ou seja, pela contratação de consultoria via organismos internacionais (Unesco, OEI) mediante elaboração de Termo de Referência via Unidade de Gerenciamento de Projetos da Secadi/MEC; ou por intermédio de parceria como as Instituições de Ensino Superior, IPEA ou as Cecampes, via FNDE.

Em qualquer dos casos, é muito importante uma análise de riscos, desde eventuais problemas com a execução do cronograma, até riscos políticos dos resultados da avaliação, não no sentido de que não se deva avaliar o Programa, mas sim no sentido de se prevenir a futuras utilizações inadequadas e de má-fé dos dados para prejudicar intencionalmente a política.

Não se pode deixar de lado também o aspecto ético da pesquisa, como o consentimento livre e esclarecido na coleta de dados ou a exclusão de um benefício comprovadamente positivo que poderia ser dado a alguém num grupo de controle. No caso das populações indígenas e quilombolas, é bom recordar as recomendações da Convenção 169 da OIT a qual o Brasil é signatário, como a consulta prévia a essas comunidades relativas a qualquer intervenção realizada.

Por fim, é perceptível que os Programas PDDE Campo e PDDE Água enfrentam problemas que já podem ser discutidos para serem objetos de estudos avaliativos. Em relação à sua implementação, percebeu-se a dificuldade de parcela significativa das escolas em acessar aos recursos disponíveis e outra parcela de escolas, também significativa, que não conseguem executar os recursos enviados. Em relação ao seu desenho, sabe-se que a atual Secadi/MEC pretende remodelar as linhas de financiamento do PDDE, a fim de proporcionar maior equidade na distribuição dos recursos. É uma proposta extremamente válida, mas que necessita de um embasamento teórico sólido para não prejudicar as políticas atuais que ainda necessitam de continuidade.

Nesse sentido, pode-se pensar numa avaliação de implementação do Programa, a fim de responder quais são os problemas relacionados à implementação do PDDE, como está se dando a implementação do PDDE ao longo do tempo, como os fatores de contexto afetam a implementação do PDDE e quais são esses fatores contextuais, quais são as variações na implementação e como fatores de contexto se associam com os efeitos gerados.

5. CONCLUSÃO

O diagnóstico e o MaPR realizados neste estudo evidenciam pontos importantes para o aprimoramento da política de melhoria de infraestrutura física e pedagógica das escolas do campo, indígena e quilombolas. Os resultados ainda necessitam ser debatidos com a nova gestão, a fim de implantar efetivamente o SM&A dos Programas PDDE Campo e PDDE Água. Nesse sentido, são elencadas as seguintes recomendações para a atual gestão do Ministério da Educação:

1. Estabelecer uma Unidade de Monitoramento e Avaliação (UM&A), para a implantação do SM&A e consequente produção de informações tempestivas e fidedignas dos Programas PDDE Campo e PDDE Água;
2. Encomendar avaliação de desenho e de implementação dos Programa PDDE Campo e PDDE Água para:
 - a. Compreender por que há escolas rurais que não conseguem acessar aos recursos financeiros, assim como aquelas que não conseguem executá-los;
 - b. Verificar a adequação do valor de repasse do PDDE Água em relação à efetiva implementação dos Sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário adequados;
 - c. Verificar a adequação dos valores de repasse para escolas distantes dos centros urbanos, em virtude dos gastos com transporte; entre outros questionamentos;
 - d. Verificar o desenho do Programa e se há melhorias que podem ser realizadas, inclusive para o desenho de um novo Programa ou um Programa único para todos os públicos da Secadi/MEC.
3. Estudar a possibilidade de criação de linha própria de financiamento no PDDE para as escolas da Educação Escolar Indígena, em virtude de suas precariedades extremas;
4. Buscar parcerias intersetoriais e interministeriais para fortalecer a política com a inclusão de outras linhas de acesso à energia elétrica, aos itens de conectividade e à construção de prédio, principalmente, no caso das escolas da Educação Escolar Indígena;
5. Publicar uma nova versão das Resoluções regulamentadoras do PDDE Campo e do PDDE Água, incluindo uma versão atual do Guia de

Orientações, expandindo o rol exemplificativo de itens financiáveis de infraestrutura física e pedagógica;

6. Lançar oficialmente o Sistema PDDE Campo, concluir o Sistema PDDE Água e elaborar uma versão *app* para *smartphones*;
7. Dialogar com o INEP a possibilidade de criação de indicadores que mensurem as condições da infraestrutura predial das escolas e a possibilidade de suplemento no Censo Escolar para mensurar questões específicas das modalidades indígenas, do campo e quilombolas, como a questão das salas anexas;
8. Formular capacitação dos gestores locais no âmbito dos Programas e Ações da Secadi/MEC;
9. Criar canal efetivo de apoio técnico aos gestores locais para o PDDE âmbito dos Programas da Secadi/MEC;
10. Divulgar os dados de monitoramento e avaliação dos Programas e Políticas e estimular o controle social dos recursos públicos.

6. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição Federal de 1998**. Art. 205; Art. 206, I; e Art. 212, §3º.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 09 mar, 2023.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação (org.). **PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 14, de 14 de setembro de 1999. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18692-educacao-indigena>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- BRASIL. Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação? Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2007. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/financiamento_da_educacao/programa_dinheiro_direto_na_escola_uma_proposta_de_redefinicao_do_papel_do_estado_na_educacao.pdf Acesso em: 14 abr. 2023.
- BRASIL. Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). Ministério da Educação. [2016]. Disponível em: <https://pronacampo.mec.gov.br/contato> Acesso em: 14 abr. 2023
- BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 36, de 4 de dezembro de 2011. Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/90931-educacao-do-campo>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei n. 13.005. 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em: 17 abr. 2023.
- BRASIL. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012c**. Define Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN82012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 20 de abril de 2021b**. Dispõe sobre os critérios para destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a escolas públicas municipais, estaduais e distritais da educação básica do campo, indígenas e quilombolas, localizadas na zona rural, para garantir o abastecimento de água em condições apropriadas ao consumo e o esgotamento sanitário nas unidades escolares beneficiadas. Brasília, 23 abr. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-20-de-abril-de-2021-315695374>.

Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 20 de abril de 2021a**. Dispõe sobre os critérios de destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a escolas públicas municipais, estaduais e distritais da educação básica, localizadas na zona rural (campo, indígenas e quilombolas), a fim de propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física das unidades escolares beneficiadas. Brasília, 23 abr. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-5-de-20-de-abril-de-2021-315711469>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012b**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais par a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN52012.pdf?query=Escolas%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 8, de 10 de dezembro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da qualidade das escolas quilombolas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18694-educacao-quilombola-sp-1000400393>.

Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. **Educação do Campo: marcos normativos**. Brasília: Ministério da Educação, 2012a, Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. **Indicadores de Programas: Guia Metodológico**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010, Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/84>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. Casa Civil da Presidência da República. **Avaliação de Políticas Públicas: guia prático de análise *ex ante***. Brasília, 2018. 192 p. (Volume 1). Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8285/1/Avalia%20a7%20a3o%20de%20pol%20adticas%20p%20bablicas_guia%20pr%20a1tico%20de%20an%20a1lis%20ex%20ante.pdf. Acesso em: 09 mar. 2023.

CARDOSO, Ryzia de Cássia Vieira; ALMEIDA, Rogéria Comastri de Castro; GUIMARÃES, Alaíse G.; GÓES, José Ângelo W.; SILVA, Sueli A.; SANTANA, Aisi A. C.; HUTTNER, Larissa B.; VIDAL JUNIOR, Permínio O.; FIGUEIREDO, Karla V. N. A. **Qualidade da água utilizada em escolas atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, em Salvador-BA. Revista do Instituto Adolgo Lutz, São Paulo, v. 66, p. 287-291, 01 ago. 2007. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/RIAL/article/view/32808>. Acesso em: 23 fev. 2023.

COELHO, Rony; GUTH, Felipe; LOUREIRO, Miguel. **Capacidades governamentais municipais e desenvolvimento humano local no Brasil**. Revista do Serviço Público, Brasília, n. 71, p. 778-808, out. 2020. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4524/2878>. Acesso em: 09 mar. 2023.

H., Silvio Salej. **Quarenta anos do Relatório Coleman: capital social e educação**. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 9, p. 116-129, ago. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4496/449644420005.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **A importância do contexto institucional, político e ideacional na avaliação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Avaliação, 2022. 11(2), e113722. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/rbaval202211037>. Acesso em: 14 abr. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento Analítico como Ferramenta para Aprimoramento da Gestão de Programas Sociais**. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, Brasília, v. 1, p. 36-65, 2011. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=51557>. Acesso em: 23 fev. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: revisitando mitos e reolocando premissas para sua maior efetividade na gestão**. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, Brasília, v. 5, p. 4-27, jun. 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. Campinas: Alínea, 2016. 164 p.

LIMA, Márcia Alexandre Barbosa; SANTOS, Robson dos; AZEVEDO, Alexandre Ramos de. **As escolas com localização diferenciada e o direito à educação: um panorama (2007-**

2019). Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: Cenários do direito à educação, Brasília, v. 3, p. 75-126, 22 abr. 2021.

MASSAFIOLI, Andréia da Silva. **20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar financeira pública.** Revista de Financiamento da Educação. Volume 5, n. 12, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/67555/38751> Acesso em 15 abr. 2023.

MENEZES, Maria Christine Berdusco. **Produto 3:** documento técnico contendo análise de causa e consequência do(s) problema(s) ao fenômeno de nucleação das escolas do campo e diagrama de árvore de problema incluindo possíveis soluções, de acordo com os estudos analisados. Brasília: Unesco/MEC, Edital 1/2021.

MOREIRA, Ana Maria de Albuquerque. **Gestão financeira descentralizada: uma análise do programa dinheiro direto na escola.** Revista de Financiamento da Educação. Volume 2, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/36236/28653> Acesso em: 14 abr. 2023.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto; CALDEIRA, Mirella D'Angelo. **Direito ao mínimo existencial.** 2022. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/512/edicao-1/direito-ao-minimo-existencial>. Acesso em: 23 fev. 2023.

REIS, Fernanda Teixeira; JANNUZZI, Paulo de Martino. **O uso do Mapa de Processos e Resultados (MaPR) para construção de um Plano de Avaliação em políticas educacionais: o caso do programa dinheiro direto na escola (PDDE).** Cadernos do Fnde: Revolução e transformação na educação: novas tecnologias e inovações nos processos de trabalho, Brasília, v. 2, p. 01-14, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/publicacoes/index.php/cadernosFNDE/article/view/21>. Acesso em: 23 fev. 2023.

RODRIGUES, Roberto W. S.; BOULLOSA, Rosana. **Uma visão conceitual da atividade de monitoramento e sua aplicação na área social.** XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia: Gestão do conhecimento para a sociedade, Rio de Janeiro, p. 1-19, 2012.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. SILVA, Marizete Andrade da. **Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo.** Revista Eletrônica de Educação. V. 10, n. 2, p. 135-144, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ,

2016. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ree/v10n2/1982-7199-ree-10-02-135.pdf>

Acesso em: 14 abr. 2023.

SÁTYRO, Natália; SOARES, Sergei. **A Infra-estrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005**. Série Documental: Textos para Discussão, Brasília, v. 1267, p. 1-43, abr. 2007. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1752/1/TD_1267.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Impacto da Infra-estrutura Escolar na Taxa de Distorção Idade-Sério das Escolas Brasileiras de Ensino Fundamental - 1998 a 2005**. Série Documental: Textos para Discussão, Brasília, v. 29, p. 1-25, 01 jan. 2008. Disponível em: <http://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3857/3545>. Acesso em: 23 fev. 2023.

UNESCO. **Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil**. Brasília, p. 122, 2019.

7. ANEXOS

ANEXO I: DICIONÁRIO DE VARIÁVEIS UTILIZADAS DO CENSO ESCOLAR (INEP)

Nome da variável	Descrição da variável	Tipo	Categoria
TP_LOCALIZACAO	Localização	Num	1 - Urbana 2 - Rural
TP_LOCALIZACAO_DIFERENCIADA	Localização diferenciada da escola	Num	0 – A escola não está em área de localização diferenciada 1 – Área de assentamento 2 – Terra indígena 3 – Área onde se localiza comunidade remanescente de quilombos
TP_DEPENDENCIA	Dependência Administrativa	Num	1 - Federal 2 - Estadual 3 - Municipal 4 - Privada
TP_SITUACAO_FUNCIONAMENTO	Situação de funcionamento	Num	1 - Em Atividade 2 - Paralisada 3 - Extinta (ano do Censo) 4 - Extinta em Anos Anteriores
TP_OCUPACAO_PREDIO_ESCOLAR	Forma de ocupação do Prédio escolar	Num	1 - Próprio 2 - Alugado 3 - Cedido
QT_MAT_BAS	Número de Matrículas da Educação Básica	Num	
IN_AGUA_INEXISTENTE	Abastecimento de água - Não há abastecimento de água	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_AGUA_POTAVEL	Fornecer água potável para o consumo humano	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_AGUA_REDE_PUBLICA	Abastecimento de água – Rede pública	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_AGUA_POCO_ARTESIANO	Abastecimento de água – Poço artesiano	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_AGUA_CACIMBA	Abastecimento de água – Cacima/Cisterna/Poço	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_AGUA_FONTE_RIO	Abastecimento de água – Fonte/Rio/	Num	0 - Não 1 - Sim

	Igarapé/Riacho/ Córrego		
IN_ESGOTO_INEXISTENTE	Esgoto sanitário - Não há esgotamento sanitário	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_ESGOTO_REDE_PUBLICA	Esgoto sanitário – Rede pública	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_ESGOTO_FOSSA_SEPTICA	Esgoto sanitário – Fossa séptica	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_ESGOTO_FOSSA_COMUM	Esgoto sanitário – Fossa comum/rudimentar	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_ESGOTO_FOSSA	Esgoto sanitário - Fossa	Num	0 - Não 1 - Sim
NO_REGIAO	Nome da região geográfica	Num	0 - Não 1 - Sim
CO_ENTIDADE	Código da Escola	Num	
IN_ENERGIA_REDE_PUBLICA	Abastecimento de energia elétrica – Rede pública	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_ENERGIA_GERADOR_FOSSIL	Abastecimento de energia elétrica – Gerador movida a combustível fóssil	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_ENERGIA_RENOVAVEL	Abastecimento de energia elétrica – Fontes de energia renovável ou alternativas (gerador a biocombustível e/ou biodigestor, eólica, solar, outras)	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_ENERGIA_INEXISTENTE	Abastecimento de energia elétrica – Não há energia elétrica	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_AREA_VERDE	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola – Área verde	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_AUDITORIO	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola – Auditório	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_BIBLIOTECA_SALA_LEITURA	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola – Biblioteca e/ou Sala de leitura	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_COZINHA	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola – Cozinha	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_LABORATORIO_CIENCIAS	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola – Laboratório de ciências	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_LABORATORIO_INFORMATICA	Dependências físicas existentes e utilizadas	Num	0 - Não 1 - Sim

	na escola – Laboratório de informática		
IN_REFEITORIO	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola – Refeitório	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_SALA_ATELIE_ARTES	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola – Sala/Ateliê de artes	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_SALA_MUSICA_CORAL	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola – Sala de música/coral	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_SALA_DIRETORIA	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola – Sala de Diretoria	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_SALA_PROFESSOR	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola – Sala de professores	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_ACESSIBILIDADE_INEXISTENTE	Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de circulação interna da escola – Nenhum recurso de acessibilidade listado	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_COMPUTADOR	Equipamentos existentes na escola para uso técnico e administrativo – Computador	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_EQUIP_COPIADORA	Equipamentos existentes na escola para uso técnico e administrativo – Copiadora	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_EQUIP_IMPRESSORA	Equipamentos existentes na escola para uso técnico e administrativo – Impressora	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_EQUIP_SOM	Equipamentos existentes na escola para uso técnico e administrativo – Aparelho de som	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_EQUIP_TV	Equipamentos existentes na escola para uso técnico e administrativo – Aparelho de televisão	Num	0 - Não 1 - Sim

IN_INTERNET	Acesso à internet	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_BANDA_LARGA	Internet banda larga	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_MATERIAL_PED_MULTMIDIA	Instrumentos, materiais socioculturais e/ou pedagógicos em usa na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino aprendizagem – Acervo multimídia	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_MATERIAL_PED_INFANTIL	Instrumentos, materiais socioculturais e/ou pedagógicos em usa na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino aprendizagem – Brinquedos para Educação Infantil	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_MATERIAL_PED_CIENTIFICO	Instrumentos, materiais socioculturais e/ou pedagógicos em usa na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino aprendizagem – Conjunto de materiais científicos	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_MATERIAL_PED_MUSICAL	Instrumentos, materiais socioculturais e/ou pedagógicos em usa na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino aprendizagem – Instrumentos musicais para conjunto, banda/fanfarras e/ou aulas de música	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_MATERIAL_PED_JOGOS	Instrumentos, materiais socioculturais e/ou pedagógicos em usa na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino aprendizagem – Jogos educativos	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_MATERIAL_PED_ARTISTICAS	Instrumentos, materiais socioculturais e/ou pedagógicos em usa na escola para o desenvolvimento de	Num	0 - Não 1 - Sim

	atividades de ensino aprendizagem – Materiais para atividades culturais e artísticas		
IN_MATERIAL_PED_DESPORTIVA	Instrumentos, materiais socioculturais e/ou pedagógicos em usa na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino aprendizagem – Materiais para prática desportiva e recreação	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_MATERIAL_PED_INDIGENA	Instrumentos, materiais socioculturais e/ou pedagógicos em usa na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino aprendizagem – Indígena	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_MATERIAL_PED_ETNICO	Instrumentos, materiais socioculturais e/ou pedagógicos em usa na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino aprendizagem – Materiais pedagógicos para a educação das relações étnico raciais	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_MATERIAL_PED_CAMPO	Instrumentos, materiais socioculturais e/ou pedagógicos em usa na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino aprendizagem – Materiais pedagógicos para a educação do campo	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_MATERIAL_PED_NENHUM	Instrumentos, materiais socioculturais e/ou pedagógicos em usa na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino aprendizagem - Nenhum	Num	0 - Não 1 - Sim
IN_EDUCACAO_INDIGENA	Educação Escolar Indígena	Num	0 - Não 1 - Sim

ANEXO II – TABELA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

Nº	UF	INEP	REGIÃO	ESFERA	PRIORIDADES - ATA	ITENS - PLANO	ITENS EXTRAS - PLANO	ANÁLISE DE SITUAÇÃO DA ESCOLA - FOTOS	ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA - ATA/PLANO
1	PE	26181339	NORDESTE	MUNICIPAL	PAREDES	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	COMBEIRO HIDRÁULICO	NÃO MOSTRA A ESCOLA COMO UM TODO, MAS SIM OS ITENS DE REPARO. A CERÂMICA É ANTIGA E QUEBRADA, AS PORTAS VELHAS E QUEBRADAS, O TELHADO COM DEFEITOS	SIM
1	PE	26181339	NORDESTE	MUNICIPAL	CERÂMICA	CERÂMICA	FOGÃO		SIM
1	PE	26181339	NORDESTE	MUNICIPAL	LÂMPADAS	LÂMPADAS	GELADEIRA		SIM
1	PE	26181339	NORDESTE	MUNICIPAL	PINTURA	TINTA	CARTEIRA DE ESTUDANTE MESA DE		SIM
1	PE	26181339	NORDESTE	MUNICIPAL	TELHADO	TELHAS	PROFESSOR		SIM
1	PE	26181339	NORDESTE	MUNICIPAL	PORTAS	PORTAS	QUADRO		SIM
1	PE	26181339	NORDESTE	MUNICIPAL	ESTANTES	ESTANTES			SIM
1	PE	26181339	NORDESTE	MUNICIPAL	ARMÁRIOS	ARMÁRIOS			SIM
1	PE	26181339	NORDESTE	MUNICIPAL	ARQUIVOS	ARQUIVOS			SIM
2	PE	26185725	NORDESTE	ESTADUAL	BOMBA ELÉTRICA	BOMBA ELÉTRICA	FOGÃO	MOSTRA PEQUENAS PARTES DA ESCOLA, MAS DÁ PARA PERCEBER UMA ESTRUTURA BOA COMO QUADRA DE	SIM

								ESPORTES COBERTA, BOA PINTURA, VÁRIAS SALAS DE AULA. A ESCOLA PARECE CARECER APENAS DE PEQUENOS REPAROS	
2	PE	26185725	NORDESTE	ESTADUAL	REDE ELÉTRICA	ELETRICISTA	GELADEIRA		SIM
2	PE	26185725	NORDESTE	ESTADUAL	CAIXA D'ÁGUA	CAIXA D'ÁGUA	CARTEIRA DE		SIM
2	PE	26185725	NORDESTE	ESTADUAL	ARMÁRIOS	ARMÁRIOS	ESTUDANTE		SIM
2	PE	26185725	NORDESTE	ESTADUAL			MESA DE		SIM
							PROFESSOR		
							QUADRO		
								AS FOTOS EVIDENCIAM UMA PEQUENA ESCOLA EM CONSTRUÇÃO OU EM REFORMA COMPLETA	
3	BA	29042704	NORDESTE	MUNICIPAL	CERÂMICA	CERÂMICA	UTENSÍLIOS DE		SIM
3	BA	29042704	NORDESTE	MUNICIPAL	PINTURA	TINTA	COZINHA		SIM
3	BA	29042704	NORDESTE	MUNICIPAL	ARMÁRIOS	ARMÁRIOS	MATERIAIS		SIM
3	BA	29042704	NORDESTE	MUNICIPAL	FOGÃO	FOGÃO	PEDAGÓGICOS		SIM
3	BA	29042704	NORDESTE	MUNICIPAL	GELADEIRA	GELADEIRA	TELHAS		SIM
3	BA	29042704	NORDESTE	MUNICIPAL	VENTILADOR	VENTILADOR	MATERIAIS DE		SIM
3	BA	29042704	NORDESTE	MUNICIPAL			CONSTRUÇÃO		SIM
							CARTEIRA DE		
							ESTUDANTE		
							MESA DE		
							PROFESSOR		
							QUADRO		
								AS FOTOS EVIDENCIAM UMA PEQUENA ESCOLA COM INSTALAÇÕES BOAS E EXTERIOR	
4	BA	29231469	NORDESTE	MUNICIPAL	PAREDES	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO			SIM

							NECESSITANDO DE REPAROS	
4	BA	29231469	NORDESTE	MUNICIPAL	TELHADO	TELHAS		SIM
4	BA	29231469	NORDESTE	MUNICIPAL	REDE ELÉTRICA MATERIAL	ELETRICISTA MATERIAL		SIM
4	BA	29231469	NORDESTE	MUNICIPAL	PEDAGÓGICO UTENSÍLIOS DE	PEDAGÓGICO UTENSÍLIOS DE		SIM
4	BA	29231469	NORDESTE	MUNICIPAL	COZINHA	COZINHA		SIM
4	BA	29231469	NORDESTE	MUNICIPAL	FOGÃO	FOGÃO		SIM
4	BA	29231469	NORDESTE	MUNICIPAL	GELADEIRA	GELADEIRA		SIM
4	BA	29231469	NORDESTE	MUNICIPAL	QUADRO	QUADRO		SIM
4	BA	29231469	NORDESTE	MUNICIPAL	ESTANTES MESA DE	ESTANTES MESA DE		SIM
4	BA	29231469	NORDESTE	MUNICIPAL	PROFESSOR	PROFESSOR		SIM
							AS FOTOS EVIDENCIAM UMA PEQUENA ESCOLA EM BOAS CONDIÇÕES EXTERNAS. NÃO HÁ FOTOS DO INTERIOR	
5	BA	29268958	NORDESTE	MUNICIPAL	COBERTURA DE ÁREA DE LAZER	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	BOMBA ELÉTRICA	SIM
5	BA	29268958	NORDESTE	MUNICIPAL	ESTANTES LIQUIDIFICADO	ESTANTES LIQUIDIFICADOR	MATERIAIS PEDAGÓGICOS	SIM
5	BA	29268958	NORDESTE	MUNICIPAL	R		FOGÃO	SIM
5	BA	29268958	NORDESTE	MUNICIPAL			GELADEIRA	
5	BA	29268958	NORDESTE	MUNICIPAL			CARTEIRA DE ESTUDANTE	
5	BA	29268958	NORDESTE	MUNICIPAL			MESA DE PROFESSOR	
5	BA	29268958	NORDESTE	MUNICIPAL			QUADRO	
5	BA	29268958	NORDESTE	MUNICIPAL			BEBEDOURO	
5	BA	29268958	NORDESTE	MUNICIPAL			ARMÁRIOS	

								PEQUENA ESCOLA COM INFRAESTRUTURA FÍSICA PRECÁRIA. SEM FORRO	
6	BA	29294428	NORDESTE	MUNICIPAL	TELHADO	TELHAS	LÂMPADAS		SIM
6	BA	29294428	NORDESTE	MUNICIPAL	FORRO	FORRO	FOGÃO		SIM
6	BA	29294428	NORDESTE	MUNICIPAL	PISO	TINTA	ARMÁRIOS		SIM
6	BA	29294428	NORDESTE	MUNICIPAL	PINTURA	TINTA	LIQUIDIFICADOR CARTEIRA DE		SIM
6	BA	29294428	NORDESTE	MUNICIPAL	PORTAS	MARCENEIRO	ESTUDANTE		SIM
6	BA	29294428	NORDESTE	MUNICIPAL	REDE ELÉTRICA MESA DE	ELETRICISTA MESA DE	QUADRO		SIM
6	BA	29294428	NORDESTE	MUNICIPAL	PROFESSOR	PROFESSOR			SIM
6	BA	29294428	NORDESTE	MUNICIPAL	GELADEIRA	GELADEIRA			SIM
								PEQUENA ESCOLA COM INFRAESTRUTURA INTERNA SIMPLE, PORÉM BEM CONSERVADA. FACHADA EXTERIOR NECESSITANDO DE MANUTENÇÃO	
7	BA	29317096	NORDESTE	MUNICIPAL	TOMADAS	TOMADAS	GELADEIRA		SIM
7	BA	29317096	NORDESTE	MUNICIPAL	LÂMPADAS REDE	LÂMPADAS BOMBEIRO			SIM
7	BA	29317096	NORDESTE	MUNICIPAL	HIDRÁULICA	HIDRÁULICO			SIM
7	BA	29317096	NORDESTE	MUNICIPAL	TELHADO	TELHAS			SIM
7	BA	29317096	NORDESTE	MUNICIPAL	PORTAS	MARCENEIRO			SIM
7	BA	29317096	NORDESTE	MUNICIPAL	PINTURA	PINTOR			SIM
7	BA	29317096	NORDESTE	MUNICIPAL	BEBEDOURO	BEBEDOURO			SIM
7	BA	29317096	NORDESTE	MUNICIPAL	FOGÃO	FOGÃO			SIM

7	BA	29317096	NORDESTE	MUNICIPAL	LIQUIDIFICADO R	LIQUIDIFICADOR			SIM
7	BA	29317096	NORDESTE	MUNICIPAL	MESA DE PROFESSOR	MESA DE PROFESSOR			SIM
7	BA	29317096	NORDESTE	MUNICIPAL	QUADRO	QUADRO			SIM
7	BA	29317096	NORDESTE	MUNICIPAL	ARMÁRIOS	ARMÁRIOS			SIM
8	BA	29409136	NORDESTE	MUNICIPAL	FORRO	FORRO	FOGÃO	PEQUENA ESCOLA COM INFRAESTRUTURA ANTIGO. SEM FORRO	SIM
8	BA	29409136	NORDESTE	MUNICIPAL	PAREDES	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	GELADEIRA		SIM
8	BA	29409136	NORDESTE	MUNICIPAL	LÂMPADAS		MESA		SIM
8	BA	29409136	NORDESTE	MUNICIPAL	REDE ELÉTRICA	ELETRICISTA	ESTUDANTE		SIM
8	BA	29409136	NORDESTE	MUNICIPAL	ARMÁRIOS	ARMÁRIOS			SIM
8	BA	29409136	NORDESTE	MUNICIPAL	QUADRO	QUADRO			SIM
8	BA	29409136	NORDESTE	MUNICIPAL	ESTANTES	ESTANTES			SIM
9	BA	29427495	NORDESTE	MUNICIPAL	PEDREIRO	PEDREIRO	FOGÃO	PEQUENA ESCOLA. FACHADA BEM CONSERVADA. NÃO HÁ FOTOS INTERNAS	SIM
9	BA	29427495	NORDESTE	MUNICIPAL	MARCENEIRO	MARCENEIRO	GELADEIRA		SIM
9	BA	29427495	NORDESTE	MUNICIPAL	BOMBEIRO HIDRÁULICO	BOMBES	CARTEIRA DE ESTUDANTE		SIM
9	BA	29427495	NORDESTE	MUNICIPAL	TELHADO	TELHAS	MESA DE PROFESSOR		SIM
9	BA	29427495	NORDESTE	MUNICIPAL	PINTURA	TINTA	QUADRO		SIM
9	BA	29427495	NORDESTE	MUNICIPAL			NOTEBOOK		SIM
9	BA	29427495	NORDESTE	MUNICIPAL			IMPRESSORA		SIM
10	BA	29427495	NORDESTE	MUNICIPAL	CERCA	CERCA	FOGÃO	POUCAS FOTOS. EXCELENTE	SIM

INFRAESTRUTURA
 EXTERNA COM
 QUADRA DE ESPORTES
 E PÁTIO.

10	BA	29427495	NORDESTE	MUNICIPAL	MESA	MADEIRA	GELADEIRA	SIM
10	BA	29427495	NORDESTE	MUNICIPAL	CADEIRA	MADEIRA	BALCÃO	SIM
					MATERIAL	MATERIAL		
10	BA	29427495	NORDESTE	MUNICIPAL	PEDAGÓGICO	PEDAGÓGICO	PANELEIRO	SIM
10	BA	29427495	NORDESTE	MUNICIPAL	IMPRESSORA	IMPRESSORA	QUADRO	SIM
10	BA	29427495	NORDESTE	MUNICIPAL	TV	TV		SIM
10	BA	29427495	NORDESTE	MUNICIPAL	ARMÁRIOS	ARMÁRIOS		SIM

ANEXO III – ATA DAS REUNIÕES TÉCNICAS

Relatório das Oficinas referente à Reunião Técnica e de Monitoramento das Ações da SEMESP nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste

O relatório é baseado na compilação de informações levantadas pelos gestores locais na oficina gerida pela DMESP e DIPEBS.

Proposição:

Avaliação interna, com intuito de promover melhorias para as próximas ações técnicas de monitoramento da SEMESP.

Abordagem Dirigida:

A oficina foi estruturada em formato de estudo dirigido, em que o mediador dinamizou seis (6) grupos com as mesmas temáticas e suscitou discussões grupais, a fim de que as problemáticas existentes nas secretarias emergissem, bem como a possibilidade de solução baseado nas experiências locais e com o suporte técnico da SEMESP/MEC.

Durante o processo de debate e argumentação foi estimulado proposições para tais problemas e desafios vivenciados pelas secretarias.

1. Acesso ao sistema FNDE:
 - Uso e manuseio ao sistema.

2. Preenchimento do Censo Escolar:
 - Como fazer para sanar a dificuldade de informação, bem como os dados de informações não reais presentes no Censo? Sabendo que as informações devem passar pelas escolas e elas devem preencher as informações.

3. PDDE:
 - Uso e manuseio do programa.

Região Centro-Oeste

1. **Acesso ao sistema FNDE**

Desafios:

- Falta de Conhecimento do App "*Clique Escola*" pelos profissionais da educação para acesso;
- Difícil acesso à Internet;

- Difícil acesso à informação, pois muitas escolas rurais não possuem telefone, quiçá internet. Portanto as escolas não possuem acesso ao FNDE;
- Afirmou-se que no ano e 2022, as secretarias conseguiram fazer o levantamento das maiorias das escolas, mas nos anos anteriores isso não foi possível;
- A prefeitura de Campinápolis, possui 32 escolas indígenas sem acesso à internet, fazendo uso de mensageiro para informar à prefeitura que em virtude desta problemática, centraliza todo o cadastramento ao FNDE, que por sua vez encaminha informação às escolas indígenas;
- Algumas escolas rurais que não possuem acesso à internet, os profissionais fazem uso dos dados móveis de alguém da comunidade escolar para enviar informação pelo WhatsApp pessoal;
- As informações do site do FNDE não chegam as escolas;
- As prefeituras fazem o levantamento das necessidades e o preenchimento no sistema não é feito por elas e sim pela ponta e ainda com perda de prazos;
- O sistema do FNDE não contempla a realidade vivida nas regiões indígena e quilombola, pois escolas nestas localidades não possuem matrícula própria e a escola polo, na qual está vinculada a matrícula, apenas envia um recurso ínfimo para a escola de extensão.

A exemplo de uma escola de extensão (maior realidade da região) com oito (8) alunos não matriculados, estando estes alunos vinculado a outra escola polo que por sua vez ajuda a custear a escola de extensão, não suprimindo a real demanda local.

Soluções:

- Maior divulgação do aplicativo Click Escolar, para facilitar troca de informações com as ações desenvolvidas pelo Mec e as secretarias;
- Fazer curso de formação de manuseio do aplicativo Click Escolar;
- A Sede deve ter maior acesso a escola rural, indígena e quilombola e estas devem ter acesso ao sistema FNDE;
- Deixar o sistema mais simples e intuitivo;
- O acesso e preenchimento dos dados devem ser estruturadas contemplando a realidade vivida nas regiões indígenas e quilombola, a fim de atender a reais necessidades das escolas indígenas e quilombolas presentes na região;
- Divulgar a cartilha desenvolvida pela DMESP de orientação e acesso ao sistema.

2. Preenchimento do Censo Escolar

Desafios:

- Dificuldade de mobilização, interação entre os entes para declarar as informações no Sistema Educacenso;
- Troca de dados durante a realização da migração pelos entes;
- Afirmou-se que o custo do aluno do campo é maior que a de um aluno matriculado em zona urbana e este repasse não é feito;

- O cronograma de preenchimento dos dados, não são compatíveis com a realidade dos atendimentos escolares (nomenclaturas desatualizadas);
- Para cadastramento de novas turmas se faz necessário duplicar e até mesmo triplicar matrículas;
- É facultativo o cadastramento indígena na SAEB, contudo quem não está inserido fica invisível no sistema;
- Tem escolas que não tem internet, Email, nem telefone, impossibilitando atualização das informações no censo;
- Falta de obrigatoriedade e orientação para que no ato da matrícula seja feito o levantamento e alimentar os dados no sistema;
- Instabilidade do sistema;
- Somente a secretária tem acesso e sabe fazer o cadastramento e com a rotatividade de gestão, perde-se a fluidez do fluxo de informação e conhecimento de acesso e alimentação do sistema;
- Rotação de profissionais nas secretarias;
- O sistema não tem uma linguagem clara;
- Comunicação precária entre o MEC e as secretarias.

Observação:

- O diretor da DMESP infere na fala do gestor, afirmando que o aluno do campo tem um valor per capita proporcional e maior, todavia o ente não faz o repasse proporcional;

Soluções:

- Deve-se trabalhar a conscientização dos gestores para que o repasse do valor referente ao aluno do campo, seja feita de forma proporcional e equitativa;
- Orientar as escolas para fazer o levantamento de dados e cadastramento no ato da matrícula, otimizando ações a fim de proporcionar informações mais fidedignas e respeitando os prazos estabelecidos;
- Capacitação técnica periódica de como operacionalizar o sistema;
- Melhorar a linguagem e informações do sistema. Como sugestão foi proposto colocar sinalização diferentes para identificar as nomenclaturas;
- Desenvolver um cadastro eletrônico;
- Atualizar as nomenclaturas no sistema de preenchimento;
- Conscientizar que é necessário antecipar no sistema os dados para cadastramento;
- Melhorar o sistema e torná-lo mais acessível, aplicável, simples e ágil nos atendimentos (Investir na tecnologia).

Observação:

- O diretor da DMESP faz inferência afirmando que a melhoria da comunicação entre os entes tem sido uma ação da SEMESP e que pela primeira vez foi encaminhado uma tabela com informações para secretarias;
- A secretária do DF faz inferência, afirmando que articularam parceria com a Receita Federal, a fim de anexar o CPF dos alunos com duplicidade de matrícula e sanar esta

problemática. Em seguida se colocou à disposição para partilhar informações e auxiliar os demais gestores a sanar a duplicidades de matrículas.

3. PDDE

Desafios:

- Não faz distinção das escolas e salas anexas, entendendo como um corpo único, entretanto é muito mais oneroso enviar materiais as salas anexas do que a escola sede, e o PDDE não prevê este ônus;
- Anualmente o Mec abre conta diferente e isto dificulta a tramitação e execução para finalização das prestações das inúmeras contas bancárias;
- Dificuldade da gestão escolar, pois a escola que possui recurso não sabe como gastar;
- Apresentou-se dificuldade em gerir a conta junto ao sistema do Banco do Brasil, atrapalhando a prestação de contas;
- O excesso de burocracia no processo de prestação de contas;
- É exigido desenvolver um Plano de ação, contudo a morosidade, falta de retorno, deferimento e empenho não acompanha as necessidades escolares, mudando o carecimento local, o que prejudica as ações escolares que fica com o recurso retido sem saber como gastar nos moldes do plano inicial;
- O sistema do PDDE interativo é inconstante;
- Falta de orientação voltado à escola indígena, visto que esta possui apenas uma única unidade executora e não sabe como gastar o recurso;
- Dificuldade e dúvidas nos preenchimentos de formulários.

Soluções:

- A portaria de reprogramação ajudou bastante nos ajustes das secretarias;
- Desenvolver aplicativo de celular para acesso ao FNDE e PDDE;
- Elaborar uma cartilha de orientação com formação periódica para gestores de escola, secretarias e ordenadores de despesas;
- Reunião periódica com os gestores, visto que este é o ordenador de despesas;
- Sugere-se incluir nas universidades a disciplina de gestão nos cursos de pedagogia e licenciaturas;
- Sugere-se para SEMESP/ MEC, desenvolver um tutorial com os seguintes temas:
 1. Prestação de contas;
 2. Aquisição;
 3. Gestão pública;
 4. Termo de referência.

Região Norte

1. Acesso ao sistema FNDE

Desafios:

- Falta de energia elétrica principalmente na zona rural e ribeirinhos;
- Internet precária na zona rural, e em alguns casos, até inexistentes;
- Rotatividade de técnicos;
- Instabilidade nos sistemas do SIMEC;
- Falta de formação nos sistemas do FNDE;
- Só o diretor da escola tem acesso ao sistema;
- Falta acessibilidade e dificuldade na infraestrutura da Ilha do Marajó, tais como acesso à internet, a logística da escola, a falta de professores, acesso à informação, acesso ao sistema, entre outros;
- O programa Caminhos da Educação do Campo Primeira infância em parceria com a secretaria de educação estadual e municipal, funciona como uma educação domiciliar;
- O sistema é muito técnico e difícil manuseio;
- Os contatos telefônicos que estão no sistema, encontram-se indisponíveis para acesso à informação;
- Elevado grau de complexidade da região Norte: a geografia das ilhas que aparecem e somem.

Soluções:

- Sugere-se o FNDE, ceder para o município um gestor nacional, ou transformar o censo em um censo gestor;
- Melhorar a qualidade da energia elétrica;
- Promover curso de formação de manuseio ao sistema;
- Sugere-se que seja dado acesso ao dirigente da modalidade, ao sistema;
- Promover mais formações para os técnicos;
- Oferecer energia solar aos municípios carentes;
- Sugere-se unificação do sistema.

Preenchimento do Censo Escolar**Desafios:**

- A maioria dos municípios são geograficamente desfavorecidos, com ausência de energia elétrica e internet, dificultando o cadastro e atualização do censo;
- Em virtude da falta de eletricidade e internet, sugeriu-se que as secretarias poderiam criar estratégias para alimentar os sistemas;
- Dificuldade de mobilização, interação entre a escola e as secretarias para relatar as informações no Sistema;
- Os dados de preenchimento estão com as nomenclaturas desatualizadas, dificultando preenchimento;
- Difícil manuseio para o cadastramento;

- A rotatividade das secretarias e falta de formação periódica atrapalham o acesso à informação.

Soluções:

- Criar um curso no AVAMEC sobre o funcionamento e cadastro no censo escolar;
- Criação de aplicativo offline para alimentar o sistema;
- Atualizar as nomenclaturas no sistema;
- Capacitação técnica periódica de como operacionalizar o sistema;
- Oferecer energia solar aos municípios carentes.

3. PDDE**Desafios:**

- Instabilidade do sistema;
- Dificuldade de acesso e cadastramento;
- O recurso disponível não prevê os gastos usados para o acesso às escolas;
- Falta de capacitação e orientação cadastral ao programa;
- Dificuldade de gestão às muitas contas geradas pelo sistema do Banco do Brasil;
- Excesso de burocracia no processo de prestação de contas;
- Quando conseguem ter acesso ao sistema, ele encontra-se inconstante ou fora do ar;
- Dificuldades com o Banco do Brasil;
- Dificuldade de acesso devido a realidade geográfica da região Norte.

Solução:

- Sugere-se trocar o Banco do Brasil, pela Caixa Econômica Federal;
- Que o repasse do recurso contemple a realidade geográfica das escolas, visto que os gestores precisam se deslocar para fazer as compras dos materiais;
- Que o repasse do recurso para transporte de alimentação, acompanhe a realidade e características geográficas da região Norte;
- Promover a formação e capacitação periódica de acesso e cadastramento no programa;
- Desenvolver um aplicativo que atue offline para alimentar as informações das escolas do PDDE, pois os secretários só têm acesso ao sistema quando o gestor vem a cada 2 ou 3 meses com relatórios;
- Está sendo desenvolvido o Programa Braço Marajó com energia fotovoltaica em parceria com a SEMA, contudo ainda não abrange todas a região.

Região Nordeste**1. Acesso ao sistema FNDE**

Desafios:

- Dificuldade de acesso, devido inconsistência do sistema e informações que chegam de última hora;
- A especificação das nomenclaturas do sistema é considerada frágil por ser abrangente;
- O manuseio é muito técnico, o que dificulta navegação e cadastramento;
- Ausência de um portal de transparência para acesso do conselho fiscal;
- Grande rotatividade das secretarias, dificulta a continuidade das ações;
- Dificuldades das secretarias com as suas equipes;
- Falta de orientação sobre o PAR;
- Os contatos telefônicos do sistema e Email, não funcionam;
- Foi desativada a delegacia do MEC o que dificultou a execução nas diversidades dos atendimentos;
- O processo de cadastramento é moroso e falho;
- Acesso ao FNDE é restrito ao setor financeiro e secretários, estes por sua vez estão em grande rotatividade nas secretarias;
- Falta de comunicação de Estados e Municípios.

Soluções:

- Ofertar formação quanto ao manuseio e cadastramento;
- Para sanar as dificuldades com o sistema do FNDE, o Rio Grande do Norte, desenvolveu um sistema próprio que faz a migração dos dados para o sistema do FNDE;
- Ofertar formação e capacitação para gestores da educação;
- Reativar a delegacia do MEC;
- Ser disponibilizado o acesso à equipe técnica e pedagógica, já que a demanda dos secretários é direcionada para eles;
- Criar manuais de orientação;
- Foi solicitado que o Mec fizesse a interlocução entre estados e municípios.

2. Preenchimento do Censo Escolar**Desafios:**

- O perfil dos alunos no sistema (nomenclatura), mais atrapalha do que ajuda na interpretação da matrícula, gerando falha no cadastramento;
- Incongruência nos dados estatísticos e do Censo;
- Falta de especificidade da deficiência;
- Foi questionado a inexistência do ícone no sistema identificando a “escola do campo”;
- Muitas escolas não se consideram escola do campo e preenchem o Censo de forma equivocada;
- Falta de um maior instrumento de controle e monitoramento;
- Falta de acompanhamento dos índices;
- Falta de conhecimento em relação ao critério e nomenclaturas do preenchimento;

- Falta de capacitação na inserção do cadastramento, visto que na área de educação especial existe uma subnotificação;
- É observado divergência nas informações reais que foram cadastradas e os dados finais informados;
- Reorganização para atender as novas adequações curriculares;
- Impossibilidade de duplo cadastramento;
- O sistema precisa se qualificar e aprimorar o manuseio;
- Falta de transparência nos dados, visto que qualquer cidade deveria ter acesso aos dados e informações;
- Dificuldade de entendimento de quem é o responsável no preenchimento dos dados;
- Não está claro a nomenclatura dada na subnotificação dos alunos com necessidades especiais;
- O desconhecimento dos secretários em relação ao que ocorre na ponta, impossibilita o conhecimento específico e real do cadastramento dos dados.

Soluções:

- Oferecer mais informações descritiva na categorização dos alunos;
- Oferecer formação e capacitação, quanto a categorização presente no sistema e no manuseio para cadastramento;
- Atualizar as nomenclaturas referente as pessoas com deficiência;
- Atualização do sistema e melhorar o manuseio e cadastramento;
- Oferecer transparência na divulgação dos dados.

3. PDDE

Desafios:

- As secretarias ficam limitadas no acompanhamento, por só ter acesso a categoria custeio e capital e solicitam mais acesso para auxiliar no cadastramento;
- As orientações são diferentes das contidas em resolução;
- Falta de reunião periódica para auxiliar no conhecimento de todos os programas;
- Dificuldade para entender o que é Estrutura, Qualidade e Execução
- Dificuldades na interpretação da resolução;
- Instabilidade do sistema do PDDE interativo, que vive em manutenção e fora do ar;
- Curto prazo de tempo para cadastro e adesão do plano de ação e para completar ainda tem a instabilidade do sistema;
- Dificuldade em relação ao uso do recurso, destinação final e redistribuição para as unidades;
- Falta de diálogo entre as secretarias e escolas;
- Quando surge dúvidas, não sabem a quem procurar.

Soluções:

- Foi sugerido um coordenador e criação de gerência por estado como representante do PDDE;
- Promover a formação e capacitação periódica de acesso e cadastramento no programa;
- Estender os prazos de cadastramento e adesão;
- Promover reunião periódica de orientação no cadastramento e adesão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este documento foi desenvolvido nas oficinas que ocorreram nas regiões Centro - Oeste, Norte e Nordeste, em que a DMESP direcionou com arguições, promovendo momento de escuta e interação e a DIPEBS responsabilizou-se pela descrição das falas dos gestores regionais culminando no **Relatório Final da Reunião Técnica e de Monitoramento das Ações da SEMESP**.

Após inúmeros relatos de experiência promovido na interação, ressalta-se a pauta proeminente, baseado nos três eixos temáticos (FNDE, Censo Escolar e PDDE), a saber:

1. Pauta proeminente quanto ao sistema do FNDE

- O sistema tem difusão precária e é muito técnico, dificultando o uso e manuseio do sistema;
- Instabilidade do SIMEC;
- Morosidades no processo de cadastramento, validação e empenho;
- Incomunicação com os telefones presente no sistema.

2. Pauta proeminente quanto ao preenchimento do Censo Escolar

- Grande rotatividade nas secretarias;
- Divergência das informações cadastrais, por falta de conhecimento de quem é o responsável pelo preenchimento dos dados;
- O sistema não possui linguagem clara e as nomenclaturas estão desatualizadas, dificultando o seu manuseio e cadastramento;
- A região Norte e Centro-Oeste são geograficamente desfavorecidas.

3. Pauta proeminente quanto ao PDDE

- A gerência de inúmeras contas bancárias é inexecutável;
- Dificuldade com o sistema do Banco do Brasil;
- O recurso disponível não prevê os gastos usados para as escolas de difícil acesso;
- Falta de capacitação e orientação cadastral no programa;
- Instabilidade do sistema.

ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO DE ADESÃO



Governo Municipal - Riacho das Almas - PE

CNPJ: 10.091.551/0001-61

SEMEC - Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura

Fone: (081) 3745-1502 – Fone/Fax: (081) 3745-1102 – E-mail: semec.educ@hotmail.com

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

Pelo presente termo, a Secretaria Municipal de Educação, inscrita no CNPJ nº 30.695.825/0001-39, DECLARA que a ESCOLA MUNICIPAL ENEDINA MARIA DE LIMA, inscrita no censo escolar sob o INEP nº 26181339, funciona em prédio próprio e compromete-se a prestar toda assistência técnica necessária para a boa e regular aplicação dos recursos financeiros que forem destinados à referida escola sob a égide da **RESOLUÇÃO CD/FNDE nº. 32**, de 2 de agosto de 2013, em conformidade com o estabelecido no Guia de Orientações – PDDE Escola do Campo.

Riacho das Almas (PE), 16 de dezembro de 2020.

Maria Arijane da Mota Monteiro

MARIA ARIJANE DA MOTA MONTEIRO

Secretária Municipal de Educação

CPF N° 304.600.264-53

Maria Arijane da Mota Monteiro
Secretaria de Educação,
Cultura e Esportes

Ata da Assembleia Ordinária do Conselho Escolar Enedina Maria de Lima, localizado no Sítio Atalaia, Zona Rural, Município de Riacho das Almas, Estado de Pernambuco, referente a definição do Plano de Aplicação para contratação e mão de obra e outras despesas necessárias à manutenção, conservação e pequenos reparos nas instalações da escola. Aos 21 (vinte e um) dias do mês de Dezembro de 2020 (dois mil e vinte), às 9h, na Escola Municipal Enedina Maria de Lima, localizada no Sítio Atalaia, Município de Riacho das Almas, Estado de Pernambuco, reuniram-se os representantes dos conselhos, alunos, pais, funcionários, professores e membros da comunidade, para deliberarem sobre as ações a serem realizadas com os recursos do programa PDDE Escola do Campo. A reunião foi presidida pelo professor Daniel Manoel de Oliveira, presidente do Conselho Escolar Enedina Maria de Lima, que designou a professora Alecsandra Maria de Oliveira como secretária da reunião. Iniciados os trabalhos, foram esclarecidos aos participantes os principais pontos sobre o Programa, tais como o valor dos recursos a serem aplicados no valor de 13.000,00 (treze mil reais) no total sendo 9.100,00 (nove mil e cem reais) de custeio e 3.900,00 (três mil e novecentos reais) de capital e como pode ser gasto. Em seguida foram discutidas as ações prioritárias a serem custeadas com os recursos, sendo cada participante ouvido em suas sugestões e argumentos. Após os debates os participantes da reunião decidiram por fazer reparos nas rachaduras das paredes, conserto da cerâmica, substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED, pintura da escola, reparo no telhado, substituição de portas com o valor do custeio, com o capital, será adquirido estantes, armários e arquivos. Foi esclarecido aos participantes sobre o cumprimento do prazo para a realização das ações de acordo com o estabelecido no plano de ação da escola e a apresentação da prestação de contas até o dia 31 de Dezembro do ano de recebimento dos recursos e que devem ser indicados representantes da comunidade dentre os presentes à reunião para acompanhar as obras e a aquisição e entrega dos equipamentos, de modo a verificar o cumprimento das ações. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e eu

Alecsandra Maria de Oliveira, que lavrei a presente ata que lida e aprovada vai assinada por mim e por todos os presentes, Riacho das Almas, 21 de Dezembro de 2020.

Maria Betânia da Silva, Aécio Andréia da Silva, Maria Betânia Cabral de Arruda Silva, Josefa Luceliana da Silva Soares, Daniel Manoel de Oliveira, Josefa Jangina da Silva, Maria Quezete de Arruda Silva, José Manoel de Lima, Wesley Cristiano da Silva, Josefa Maria de Lourdes, José Leandro Gomes da Silva, Rafaela Maria Silva Lopes, Maria Elisete da Silva, Alessandra de Oliveira, Maria Cordero do Nascimento Moura

Anexo II. Plano de Aplicação - PDDE Campo

Preencha as células em vermelho de acordo com as necessidades de Custeio e de Capital, conforme os valores delimitados.

* Preenchimento obrigatório

CÓDIGO INEP DA ESCOLA*:	26181339
CNPJ DA ESCOLA*:	19.375.926/0001-90
NOME DA ESCOLA*:	ESCOLA MUNICIPAL ENEDINA MARIA DE LIMA

N° DE ALUNOS (Conforme Censo/Inep)*:	119
---	-----

Preencha o número de alunos para saber o valor de custeio e de capital

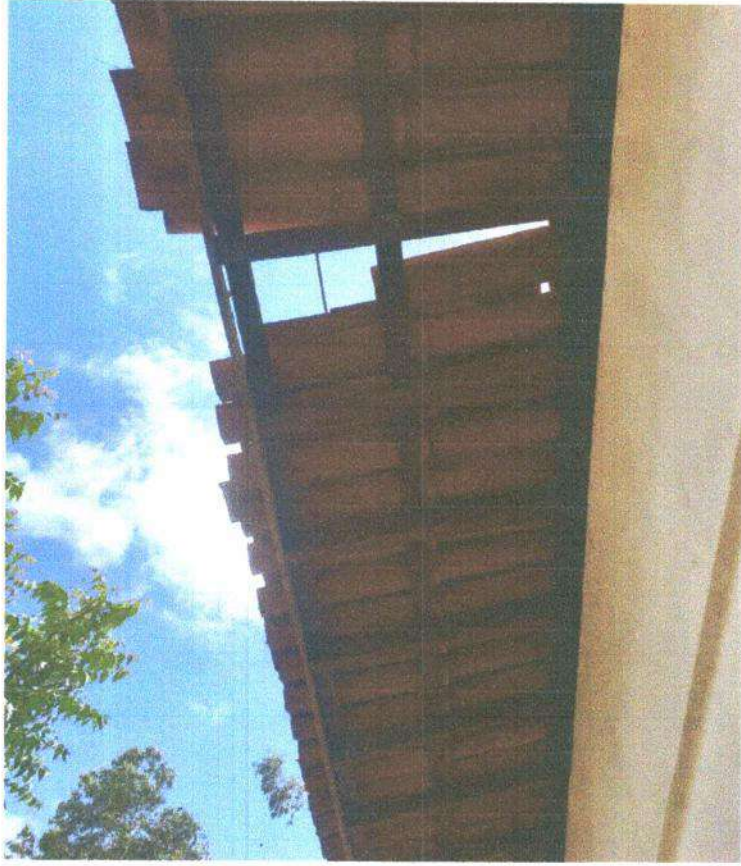
Valor Máximo de Custeio	R\$ 9.100,00	Disponível	R\$ 0,00
Valor Máximo de Capital	R\$ 3.900,00	Disponível	R\$ 0,00

RECURSOS DE CUSTEIO		DISPONÍVEL		R\$ 0,00		
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
Realizar instalação de rede hidráulica					R\$	-
Realizar instalação de rede elétrica	SUBS. DE LÂMPADAS E BOCAIS	UND	90	R\$ 30,00	R\$	2.700,00
Obras de reparo nas paredes internas e externas					R\$	-
Obras de reparo ou de ampliação na rede hidráulica					R\$	-
Oras de reparo no piso	Sub. de cerâmica	MT	10	R\$ 20,00	R\$	200,00
Obras de reparo nas janelas	Subs. Fechaduras	UND	15	R\$ 60,00	R\$	900,00
Obras de reparo nos telhados					R\$	-
Obras de reparo na rede elétrica					R\$	-
reforma dos equipamentos de cozinha					R\$	-
Reforma de mobiliário escolar					R\$	-
Pagamento de mão de obra	Pedreiro				R\$	-
Pagamento de mão de obra	Auxiliar de pedreiro				R\$	-
Pagamento de mão de obra	Marceneiro				R\$	-
Pagamento de mão de obra	Eletricista				R\$	-
Pagamento de mão de obra	Bombeiro hidráulico				R\$	-
Pagamento de mão de obra					R\$	-
Pagamento de mão de obra					R\$	-
Aquisição de material de construção	Areia	MT	6	R\$ 80,00	R\$	480,00
Aquisição de material de construção	Brita				R\$	-
Aquisição de material de construção	Cimento	UND	4	R\$ 35,00	R\$	140,00
Aquisição de material de construção	Tijolos				R\$	-
Aquisição de material de construção	Telhas	UND	1000	R\$ 0,70	R\$	700,00
Aquisição de material de construção	Tinta	GALÃO	20	R\$ 95,00	R\$	1.900,00
Aquisição de material de construção	Tinta a óleo	GALÃO	10	R\$ 90,00	R\$	900,00
Aquisição de material de construção	Porta	UND	2	R\$ 150,00	R\$	300,00
Aquisição de material de construção					R\$	-
Perfuração de poço artesiano ou cisterna					R\$	-
Colocação de bomba elétrica					R\$	-
Caixa d'água					R\$	-
Pia (conjunto completo)					R\$	-
Vaso sanitário completo					R\$	-
Aquisição de utensílios					R\$	-
Aquisição de material escolar					R\$	-
Aquisição de grade de ferro		UND	1	R\$ 450,00	R\$	450,00
Aquisição de escada de ferro		UND	1	R\$ 430,00	R\$	430,00
					R\$	-
					R\$	-

RECURSOS DE CAPITAL		DISPONÍVEL		R\$ 0,00		
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
Bomba elétrica					R\$	-
Bebedouro					R\$	-
Fossa séptica					R\$	-
Equipamentos de cozinha	Fogão				R\$	-
Equipamentos de cozinha	Geladeira				R\$	-
Equipamentos de cozinha					R\$	-
Equipamentos de cozinha					R\$	-
Mobiliário Escolar	Carteira de estudante				R\$	-
Mobiliário Escolar	Mesa de professor				R\$	-
Mobiliário Escolar	Quadro				R\$	-
Mobiliário Escolar	Estante	UND	3	R\$ 250,00	R\$	750,00
Mobiliário Escolar	Arquivo	UND	1	R\$ 675,00	R\$	675,00
Mobiliário Escolar	ARMÁRIO	UND	3	R\$ 825,00	R\$	2.475,00
Aquisição de motor rabeta de poupa					R\$	-
					R\$	-
					R\$	-
					R\$	-

ESCOLA MUNICIPAL ENEDINA MARIA DE LIMA





ANEXO - TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, a **Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco**, inscrita no CNPJ sob o nº **10.572.071/0001-12**, declara que a **Escola Estadual Luiz Gomes Diniz**, inscrita no censo escolar sob o nº **26185725**, funciona em prédio próprio e compromete-se a prestar toda assistência técnica necessária para a boa e regular aplicação dos recursos financeiros que forem destinados à referida escola sob a égide da **RESOLUÇÃO CD/FNDE nº. 32**, de 2 de agosto de 2013, em conformidade com o estabelecido no Guia de Orientações – PDDE Escola do Campo.

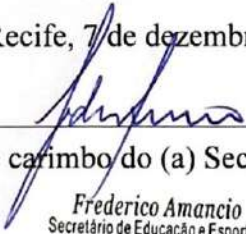
Dados do (a) Secretário (a) de Educação

Nome Completo: Frederico da Costa Amancio

CPF: 684.722.774-53

Recife, 7 de dezembro de 2020

Assinatura e carimbo do (a) Secretário (a) de Educação


Frederico Amancio
Secretário de Educação e Esportes
Mat. 363.294-6
Secretaria de Educação e Esportes / PE

Anexo I

Ata de reunião da comunidade para definição do plano de ação

Ata da assembleia geral de definição do Plano de Aplicação para contratação de mão de obra e outras despesas necessárias à manutenção, conservação e pequenos reparos nas instalações da escola.

Aos 27 dias do mês de novembro de 2020 reuniu-se a comunidade escolar, formada por professores, funcionários, estudantes maiores, pais de estudantes e residentes na comunidade da Escola Estadual Luiz Gomes Diniz para deliberarem sobre as ações a serem realizadas com os recursos do PDDE Escola do Campo. A reunião foi presidida pela Sra. Francineide Ferreira da Silva Andrade, que designou a Sra. Claudence Barbosa Rodrigues como Secretária desta reunião. Iniciados os trabalhos, foram esclarecidos aos participantes os principais pontos sobre o Programa, tais como o valor dos recursos a receber (R\$ 11 600,00 para escolas de até 50 estudantes, R\$ 13 000,00 para escolas de até 150 estudantes ou R\$ 15 000,00 para escolas com mais de 150 estudantes), o objetivo e como pode ser gasto. Em seguida, foram discutidas as ações prioritárias a serem custeadas com os recursos, sendo cada participante ouvido em suas sugestões e argumentos. Após os debates, os participantes da reunião decidiram por adquirir bomba elétrica para a caixa d'água da escola, bem como realizar reparo na rede elétrica, contratar serviço de pedreiro, adquirir material de construção (cimento, caixa d'água) e armários de aço.

Foi esclarecido aos participantes sobre o cumprimento o prazo para a realização das ações de acordo com o estabelecido no plano de ação da escola e a apresentação da prestação de contas até o dia 31 de dezembro do ano do recebimento dos recursos e que devem ser indicados representantes da comunidade dentre os presentes à reunião para acompanhar as obras e a aquisição e entrega dos equipamentos, de modo a verificar o cumprimento das ações. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 17 horas.

Eu, Claudence Barbosa Rodrigues, Secretária da reunião, subscrevo-

me

Claudence Barbosa Rodrigues
Assinatura da Secretária

Assinatura de todos os presentes à reunião

Francineide Ferreira da Silva
Eduardo Ney Mendes
Claudence Barbosa Rodrigues
Anna Karine Duarte Kassis
Adriana Pereira Gomes
Eudiane Freixo Monteiro
Francineide Ferreira da Silva
Roseneide Lins da Silva
Oswaldo Silva Ferrera
Antonia Pereira de Lima
Francisco de Jesus

Anexo II. Plano de Aplicação - PDDE Campo

Preencha as células em vermelho de acordo com as necessidades de Custeio e de Capital, conforme os valores delimitados.

* Preenchimento obrigatório

CÓDIGO INEP DA ESCOLA*:	26185725
CNPJ DA ESCOLA*:	10.572.071/0490-49
NOME DA ESCOLA*:	ESCOLA ESTADUAL LUIZ GOMES DINIZ
N° DE ALUNOS (Conforme Censo/Inep)*:	329

Preencha o número de alunos para saber o valor de custeio e de capital

Valor Máximo de Custeio	R\$ 10.500,00	Disponível	R\$ 0,00
Valor Máximo de Capital	R\$ 4.500,00	Disponível	R\$ 0,00

RECURSOS DE CUSTEIO		DISPONÍVEL		R\$ 0,00		
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
Realizar instalação de rede hidráulica					R\$	-
Realizar instalação de rede elétrica					R\$	-
Obras de reparo nas paredes internas e externas					R\$	-
Obras de reparo ou de ampliação na rede hidráulica					R\$	-
Oras de reparo no piso					R\$	-
Obras de reparo nas janelas					R\$	-
Obras de reparo nos telhados					R\$	-
Obras de reparo na rede elétrica	Reparo rede elétrica	dia	10	R\$ 200,00	R\$	2.000,00
reforma dos equipamentos de cozinha					R\$	-
Reforma de mobiliário escolar					R\$	-
Pagamento de mão de obra	Pedreiro	dia	20	R\$ 200,00	R\$	4.000,00
Pagamento de mão de obra	Auxiliar de pedreiro				R\$	-
Pagamento de mão de obra	Marceneiro				R\$	-
Pagamento de mão de obra	Eletricista				R\$	-
Pagamento de mão de obra	Bombeiro hidráulico				R\$	-
Pagamento de mão de obra					R\$	-
Pagamento de mão de obra					R\$	-
Pagamento de mão de obra					R\$	-
Aquisição de material de construção	Areia				R\$	-
Aquisição de material de construção	Brita				R\$	-
Aquisição de material de construção	Cimento	unidade	40	R\$ 50,00	R\$	2.000,00
Aquisição de material de construção	Tijolos				R\$	-
Aquisição de material de construção	Telhas				R\$	-
Aquisição de material de construção	Tinta				R\$	-
Aquisição de material de construção					R\$	-
Aquisição de material de construção					R\$	-
Aquisição de material de construção					R\$	-
Perfuração de poço artesiano ou cisterna					R\$	-
Colocação de bomba elétrica					R\$	-
Caixa d'água		unidade	2	R\$ 1.250,00	R\$	2.500,00
Pia (conjunto completo)					R\$	-
Vaso sanitário completo					R\$	-
Aquisição de utensílios					R\$	-
Aquisição de material escolar					R\$	-
					R\$	-
					R\$	-
					R\$	-
					R\$	-

RECURSOS DE CAPITAL		DISPONÍVEL		R\$ 0,00		
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
Bomba elétrica	Bomba Elétrica	unidade	1	R\$ 1.500,00	R\$	1.500,00
Bebedouro					R\$	-
Fossa séptica					R\$	-
Equipamentos de cozinha	Fogão				R\$	-
Equipamentos de cozinha	Geladeira				R\$	-

Equipamentos de cozinha					R\$	-
Equipamentos de cozinha					R\$	-
Mobiliário Escolar	Carteira de estudante				R\$	-
Mobiliário Escolar	Mesa de professor				R\$	-
Mobiliário Escolar	Quadro				R\$	-
Mobiliário Escolar	Estante				R\$	-
Mobiliário Escolar	Armário de aço	unidade	2	R\$ 1.500,00	R\$	3.000,00
Mobiliário Escolar					R\$	-
Aquisição de motor rabeta de poupa					R\$	-
					R\$	-
					R\$	-
					R\$	-
					R\$	-













**PREFEITURA
DE XIQUE-XIQUE**

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXO - TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, a **SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA DE XIQUE-XIQUE/BA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.086.605/0001-23, declara que a **ESCOLA MUNICIPAL FELIPE CORDEIRO DE FARIAS**, inscrita no censo escolar sob o nº 29042704, funciona em prédio próprio e compromete-se a prestar toda assistência técnica necessária para a boa e regular aplicação dos recursos financeiros que forem destinados à referida escola sob a égide da **RESOLUÇÃO CD/FNDE nº. 32**, de 2 de agosto de 2013, em conformidade com o estabelecido no Guia de Orientações – PDDE Escola do Campo.

Dados do Secretário da Educação e Cultura

Nome Completo: ADONIRAN OLIVEIRA LEITE

CPF: 051.263.876-42

Xique-Xique/BA, 04 de dezembro de 2020.



ADONIRAN OLIVEIRA LEITE
Secretário Municipal da Educação
e Cultura.
Decreto: 460/2019

Ata de reunião da comunidade para definição do plano de ação

PDDE CAMPO

Ata da assembleia geral de definição do Plano de Aplicação para contratação de mão de obra e outras despesas necessárias à manutenção, conservação e pequenos reparos nas instalações da escola.

Aos 12 dias do mês de março de 2020 reuniu-se a comunidade escolar, formada por professores, funcionários, estudantes maiores, pais de estudantes e residentes na comunidade da Escola Felipe Cordeiro de Farias para deliberarem sobre as ações serem realizadas com os recursos do PDDE Escola do Campo. A reunião foi presidida pelo(a) Sr.(a) Adoniran Oliveira Leite, que designou o Sr.(a) Suzanne Nogueira Borges Leal como Secretário(a) desta reunião. Iniciados os trabalhos, foram esclarecidos aos participantes os principais pontos sobre o Programa, tais como o valor dos recursos a receber (R\$ 11.600,00 para escolas de até 50 estudantes, R\$ 13.000,00 para escolas de até 150 estudantes ou R\$ 15.000,00 para escolas com mais de 150 estudantes), o objetivo e como pode ser gasto. Em seguida, foram discutidas as ações prioritárias a serem custeadas com os recursos, sendo cada participante ouvido em suas sugestões e argumentos. Após os debates, os participantes da reunião decidiram por:

Com os recursos destinados a categoria de custeio ficou-se decidido: fazer o revestimento cerâmico nas paredes das salas e fazer a pintura da escola; com os recursos destinados a categoria de capital ficou-se decidido: adquirir dois armários, um fogão, uma geladeira e um ventilador.

Foi esclarecido aos participantes sobre o cumprimento o prazo para a realização das ações de acordo com o estabelecido no plano de ação da escola e a apresentação da prestação de contas até o dia 31 de dezembro do ano do recebimento dos recursos e que devem ser indicados representantes da comunidade dentre os presentes à reunião para acompanhar as obras e a aquisição e entrega dos equipamentos, de modo a verificar o cumprimento das ações. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 14:15 horas.

Eu, Suzanne Inaquira Borges Beal Secretário(a) da reunião subscrevo-me.

Suzanne Inaquira Borges Beal

Assinatura do(a) Secretário(a).

Assinatura de todos os presentes à reunião.

✓ Ana Florencio dos Santos * Jose da Paiva Paiva
 ✓ Gillete Florencio dos Santos
 Paulo Wesley dos Santos
 Maria Izumi Alves Ferrão
 Mayara Ferreira de Azeredo.
 Evelyn Silva dos Santos
 Camilla B. da Cunha
 Leonice da Silva dos Santos
 Genildo Florencio de Oliveira

Anexo II. Plano de Aplicação - PDDE Campo

Preencha as células em vermelho de acordo com as necessidades de Custeio e de Capital, conforme os valores delimitados.

* Preenchimento obrigatório

CÓDIGO INEP DA ESCOLA*:	29042704
CNPJ DA ESCOLA*:	34.309.342/0001-00
NOME DA ESCOLA*:	ESCOLA FELIPE CORDEIRO DE FARIAS
Nº DE ALUNOS (Conforme Censo/Inep)*:	17

Preencha o número de alunos para saber o valor de custeio e de capital

Valor Máximo de Custeio	R\$ 8.120,00	Disponível	R\$ 0,00
Valor Máximo de Capital	R\$ 3.480,00	Disponível	R\$ 0,00

RECURSOS DE CUSTEIO		DISPONÍVEL		R\$ 0,00	
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Realizar instalação de rede hidráulica					R\$ -
Realizar instalação de rede elétrica					R\$ -
Obras de reparo nas paredes internas e externas	Revestimento cerâmico	m2	70	R\$ 35,00	R\$ 2.450,00
Obras de reparo ou de ampliação na rede hidráulica					R\$ -
Oras de reparo no piso					R\$ -
Obras de reparo nas janelas					R\$ -
Obras de reparo nos telhados					R\$ -
Obras de reparo na rede elétrica					R\$ -
reforma dos equipamentos de cozinha					R\$ -
Reforma de mobiliário escolar					R\$ -
Pagamento de mão de obra	Pedreiro				R\$ -
Pagamento de mão de obra	Auxiliar de pedreiro				R\$ -
Pagamento de mão de obra	Marceneiro				R\$ -
Pagamento de mão de obra	Eletricista				R\$ -
Pagamento de mão de obra	Bombeiro hidráulico				R\$ -
Pagamento de mão de obra					R\$ -
Pagamento de mão de obra					R\$ -
Pagamento de mão de obra					R\$ -
Aquisição de material de construção	Areia				R\$ -
Aquisição de material de construção	Brita				R\$ -
Aquisição de material de construção	Cimento				R\$ -
Aquisição de material de construção	Tijolos				R\$ -
Aquisição de material de construção	Telhas				R\$ -
Aquisição de material de construção	Tinta				R\$ -
Aquisição de material de construção					R\$ -
Aquisição de material de construção					R\$ -
Aquisição de material de construção					R\$ -
Aquisição de material de construção					R\$ -
Perfuração de poço artesiano ou cisterna					R\$ -
Colocação de bomba elétrica					R\$ -
Caixa d'água					R\$ -
Pia (conjunto completo)					R\$ -
Vaso sanitário completo					R\$ -
Aquisição de utensílios	Kits de Utensílios de cozinha	Unidade	10	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
Aquisição de material escolar	Kits de Materiais pedagógicos	Unidade	10	R\$ 82,60	R\$ 826,00
Forro em PVC		m2	100	R\$ 36,44	R\$ 3.644,00
					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -

RECURSOS DE CAPITAL		DISPONÍVEL		R\$ 0,00	
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Bomba elétrica					R\$ -
Bebedouro					R\$ -
Fossa séptica					R\$ -
Equipamentos de cozinha	Fogão	Unidade	1	R\$ 560,00	R\$ 560,00
Equipamentos de cozinha	Geladeira	Unidade	1	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
Equipamentos de cozinha	Armário de aço	Unidade	2	R\$ 520,00	R\$ 1.040,00
Equipamentos de cozinha					R\$ -
Mobiliário Escolar	Carteira de estudante				R\$ -
Mobiliário Escolar	Mesa de professor				R\$ -
Mobiliário Escolar	Quadro				R\$ -

Mobiliário Escolar	Estante				R\$	-
Mobiliário Escolar					R\$	-
Mobiliário Escolar					R\$	-
Aquisição de motor rabeta de poupa					R\$	-
Aquisição de ventilador		Unidade	3	R\$ 160,00	R\$	480,00
					R\$	-
					R\$	-
					R\$	-

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO – 29042704 – ESCOLA FELIPE CORDEIRO DE FARIAS









Ministério da Educação

Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação

Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras

Coordenação Geral de Educação Indígena, Quilombola e do Campo

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, a (*Secretaria de Educação de Estado, Municipal ou do Distrito Federal*) de Laje-Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 13.825.492/0001-04, declara que o Prédio Escolar Nelson da Mata, inscrita no censo escolar sob o nº 29231469, funciona em prédio próprio e compromete-se a prestar toda assistência técnica necessária para a boa e regular aplicação dos recursos financeiros que forem destinados à referida escola sob a égide da **RESOLUÇÃO CD/FNDE nº. 32**, de 2 de agosto de 2013, em conformidade com o estabelecido no Guia de Orientações – PDDE Escola do Campo.

Dados da Secretária Municipal de Educação

CPF:970.039.645-20

Nome Completo: Patrizia Andrade Ferreira

Laje, 06 de Fevereiro de 2020

Assinatura da Secretária Municipal de Educação



SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO
DE TIROUQUA, PARANÁ E LAJE

Ata de reunião da Comunidade Escolar do Prédio Escolar Nelson da Mata para definição do plano de ação

Ata da Assembleia Geral de definição do Plano de Aplicação para contratação de mão de obra e outras despesas necessárias à manutenção, conservação e pequenos reparos nas instalações da escola

Aos doze dias do mês de Fevereiro de dois mil e vinte, às 8:30hs reuniu-se a comunidade do Prédio Escolar Nelson da Mata, formada por professores, funcionários, estudantes maiores, pais de estudantes e residentes na comunidade da Escolar, localizada na zona rural da Serra do Frio para deliberarem sobre as ações a serem realizadas com os recursos do PDDE Escola do Campo. A reunião foi presidida pela Sr^a Denise Rebouças dos Santos Mendes, que designou a Sr^a Leiliane Barbosa dos Santos como Secretária desta reunião. Iniciados os trabalhos, foram esclarecidos aos participantes os principais pontos sobre o Programa PDDE Escola do Campo, tais como o valor dos recursos a receber (R\$ 11.600,00 para escolas de até 50 estudantes, R\$ 13.000,00 para escolas de até 150 estudantes ou R\$ 15.000,00 para escolas com mais de 150 estudantes), o objetivo e como pode ser gasto. Em seguida, foram discutidas as ações prioritárias a serem custeadas com os recursos, sendo cada participante ouvido em suas sugestões e argumentos. Após os debates, os participantes da reunião decidiram com os recursos de categoria **Custeio**: Obras de reparos nas paredes (reboco, pintura, colocação de revestimentos e pisos), Obras de reparos nos telhados (infiltrações, substituição de telhas quebradas), realizar instalação da rede elétrica e troca da caixa de luz, aquisição de material pedagógico e utensílio de cozinha e com os recursos da categoria **Capital**: serão adquiridos: 01 fogão de 04 bocas com forno; 01 geladeira de 400 Litros; 01 quadro branco de 120x150, 01 estante de aços de 6 prateleiras, 1 cadeira para o professor e 1 mesa do professor.

Foi esclarecido aos participantes sobre o cumprimento o prazo para a realização das ações de acordo com o estabelecido no plano de ação da escola e a apresentação da prestação de contas até o dia 31 de dezembro do ano do

recebimento dos recursos e que devem ser indicados representantes da comunidade dentre os presentes à reunião para acompanhar as obras e a aquisição e entrega dos equipamentos, de modo a verificar o cumprimento das ações. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 10 horas.

Eu, Leiliane Barbosa dos Santos - Secretária da reunião, subscrevo-me

Leiliane Barbosa dos Santos

Assinatura da Secretária.

Lista de presença com a Comunidade Escolar, do Prédio Escolar Nelson da Mata, para apresentação do PDDE Escola do Campo, bem como a definição do Plano de Ação para realização dos serviços de manutenção, conservação e pequenos reparos contemplado pelo FNDE/MEC na região da Serra do Frio, zona rural do município de Laje-Bahia.

Laje-Ba, 17 de março de 2020

1. ~~Emília Santos da Cruz~~
2. ~~Genevieve Bandoso dos Santos~~
3. ~~Danielle Santana Santos~~
4. ~~Riclésson Santos da Silva~~
5. ~~Leuana Santana Santos~~
6. ~~Elivilde de Jesus Santos~~
7. ~~Adamiro S. do Hora~~
8. ~~Robson de Azevedo Santos~~
9. ~~Dalmeida Costa dos Santos~~
10. ~~Sidnei Souza Costa~~
11. ~~Jaderson Costa dos Santos~~
12. ~~Sônia Jesus dos Santos~~
13. ~~Joseli Silva dos Santos~~
14. ~~Gildete Oliveira Real de Jesus~~
15. ~~Laurival noronha de Jesus~~
16. ~~Eliziane Barbosa dos Santos~~
17. ~~Joana Carolina Silva Batista~~
18. ~~Sônia Regina Santos Aquino~~
19. ~~Denise Ribaucas dos Santos Mendes~~

Anexo II. Plano de Aplicação - PDDE Campo

Preencha as células em vermelho de acordo com as necessidades de Custeio e de Capital, conforme os valores delimitados.

* Preenchimento obrigatório

CÓDIGO INEP DA ESCOLA*:	29231469
CNPJ DA ESCOLA*:	07.514.283/0001-39
NOME DA ESCOLA*:	Prédio Escolar Nelson Mata
Nº DE ALUNOS (Conforme Censo/Inep)*:	33

Valor Máximo de Custeio	R\$ 8.120,00	Disponível	R\$ 0,00
Valor Máximo de Capital	R\$ 3.480,00	Disponível	R\$ 0,00

RECURSOS DE CUSTEIO		DISPONÍVEL		R\$ 0,00	
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Realizar instalação de rede hidráulica					R\$ -
Realizar instalação de rede elétrica					R\$ -
Obras de reparo nas paredes internas e externas					R\$ -
Obras de reparo ou de ampliação na rede hidráulica					R\$ -
Oras de reparo no piso					R\$ -
Obras de reparo nas janelas					R\$ -
Obras de reparo nos telhados					R\$ -
Obras de reparo na rede elétrica					R\$ -
reforma dos equipamentos de cozinha					R\$ -
Reforma de mobiliário escolar					R\$ -
Pagamento de mão de obra	Pedreiro	Dia	10	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
Pagamento de mão de obra	Auxiliar de pedreiro	Dia	10	R\$ 60,00	R\$ 600,00
Pagamento de mão de obra	Marceneiro	Dia	5	R\$ 130,00	R\$ 650,00
Pagamento de mão de obra	Eletricista	Dia	5	R\$ 125,00	R\$ 625,00
Pagamento de mão de obra	Bombeiro hidráulico				R\$ -
Pagamento de mão de obra	Pintor	Dia	5	R\$ 120,00	R\$ 600,00
Pagamento de mão de obra					R\$ -
Pagamento de mão de obra					R\$ -
Aquisição de material de construção	Areia	M	3	R\$ 100,00	R\$ 300,00
Aquisição de material de construção	Brita	M	3	R\$ 130,00	R\$ 390,00
Aquisição de material de construção	Cimento	Saco	14	R\$ 125,00	R\$ 1.750,00
Aquisição de material de construção	Tijolos				R\$ -
Aquisição de material de construção	Telhas	Unidade	1000	R\$ 0,48	R\$ 480,00
Aquisição de material de construção	Tinta				R\$ -
Aquisição de material de construção	Piso	M	22	R\$ 16,00	R\$ 352,00
Aquisição de material de construção	Argamassa	Saco	5	R\$ 22,00	R\$ 110,00
Aquisição de material de construção	Rejunte	Kilo	4	R\$ 10,00	R\$ 40,00
Perfuração de poço artesiano ou cisterna					R\$ -
Colocação de bomba elétrica					R\$ -
Caixa d'água					R\$ -
Pia (conjunto completo)					R\$ -
Vaso sanitário completo					R\$ -
Aquisição de utensílios	Panela tipo caldeirão 20l	Unidade	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00
Aquisição de material escolar	Papel sulfite A4	Pacote	2	R\$ 220,00	R\$ 440,00
Aquisição de material de construção	Fio flexível 10mm	M	100	R\$ 2,00	R\$ 200,00
Aquisição de material de construção	Padrão elétrico	Unidade	1	R\$ 183,00	R\$ 183,00
					R\$ -
					R\$ -

RECURSOS DE CAPITAL		DISPONÍVEL		R\$ 0,00	
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Bomba elétrica					R\$ -
Bebedouro					R\$ -
Fossa séptica					R\$ -
Equipamentos de cozinha	Fogão	Unidade	1	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Equipamentos de cozinha	Geladeira	Unidade	1	R\$ 1.640,00	R\$ 1.640,00
Equipamentos de cozinha					R\$ -
Equipamentos de cozinha					R\$ -
Mobiliário Escolar	Carteira de estudante				R\$ -
Mobiliário Escolar	Mesa de professor	Unidade	1	R\$ 180,00	R\$ 180,00
Mobiliário Escolar	Quadro	Unidade	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00

Mobiliário Escolar	Estante	Unidade	1	R\$ 140,00	R\$ 140,00
Mobiliário Escolar	Cadeira do professor	Unidade	1	R\$ 120,00	R\$ 120,00
Mobiliário Escolar					R\$ -
Aquisição de motor rabeta de poupa					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -











Ministério da Educação
Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras
Coordenação Geral de Educação Indígena, Quilombola e do Campo.

ANEXO - TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, a *(Secretaria de Educação Municipal) de Boa Nova _Ba_* inscrita no CNPJ sob o nº 31024055/0001-65, declara que a Escola Municipal Nivaldina Mendonça Magalhães, inscrita no censo escolar sob o nº 29268958, funciona em prédio próprio e compromete-se a prestar toda assistência técnica necessária para a boa e regular aplicação dos recursos financeiros que forem destinados à referida escola sob a égide da **RESOLUÇÃO CD/FNDE nº. 32**, de 2 de agosto de 2013, em conformidade com o estabelecido no Guia de Orientações – PDDE Escola do Campo.

Dados do (a) Secretário (a) de Educação
CPF: 008.722.675-80

Nome Completo:

Anderson de Souza Dias

Boa Nova _Ba,
(local)

10 de julho de 2020.
(data)

Assinatura do(a) Secretário(a) de Educação

fi
Anderson de Souza Dias
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 0033/2018



ESCOLA MUNICIPAL NIVALDINA MENDONÇA MAGALHÃES
ATO DE CRIAÇÃO: 093/95
CNPJ: 19.336.132/0001-90
INEP: 29268958

Ata da Assembleia geral de definição do Plano de Aplicação para contratação de mão de obra de obra e outras despesas necessárias à manutenção, conservação e pequenos reparos nas instalações da escola.

Aos nove dias do mês de julho de dois mil e vinte reuniu-se a comunidade escolar, formada por professores, funcionários, pais de estudantes e residentes na comunidade da Escola Nivaldina Mendonça Magalhães para deliberarem sobre as ações a serem realizadas com os recursos do PDDE Escola de Campo. A reunião foi presidida pela Senhora Sílvia Helena Quirino França que designou a Senhora Flavia Maria Costa como secretária desta reunião. Iniciados os trabalhos, foram esclarecidos aos participantes os principais pontos sobre o Programa, tais como valor dos recursos a receber (R\$ 11.600,00), sendo 8.120 para custeio e 3.480 para capita, o objetivo e como pode ser gasto. Em seguida, foram discutidas as ações prioritárias a serem custeadas com os recursos, sendo cada participante ouvido em suas sugestões e argumentos. Após os debates, os participantes da reunião decidiram por custear com o dinheiro do programa os seguintes serviços e equipamentos a serem adquiridos: obra da cobertura do espaço na frente da escola para fazer uma área de lazer para os estudantes, pagamento de mão de obras (serviços de pedreiro e auxiliar de pedreiro) aquisição de material de construção (telhas, madeiras, ripas, pregos, cimento, areia, brita, tinta) recursos de capital: estante de madeira e liquidificador industrial.

Foi esclarecido aos participantes sobre o cumprimento do prazo para a realização das ações de acordo com o estabelecido no plano de ação da escola e a apresentação da prestação de contas até 31 de dezembro do ano do recebimento dos recursos e que devem ser indicados representantes da comunidade dentre os presentes à reunião para acompanhar as obras e a aquisição e entrega dos

equipamentos, de modo a verificar o cumprimento das ações. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 11:00 horas.

Eu, Flavia Maria Costa, secretária da reunião, subscrevo-me.

Flavia Maria Costa

Assinatura da Secretária

Assinatura de todos os presentes à reunião.

Kelly Oliveira Teixeira

x Geiza Santos Lopes

x Márcia Oliveira Costa

Sérvio Guilherme A. Lacerda

Erica Souza Gomes

Luísa Oliveira de Souza

x Silvane Oliveira Santos

Janira Rodrigues Lisboa

x Helena Pereira dos Santos Souza

x Luizeteiro Veríssimo Pereira

Guilherme Maria Costa

Anexo II. Plano de Aplicação - PDDE Campo

Preencha as células em vermelho de acordo com as necessidades de Custeio e de Capital, conforme os valores delimitados.

* Preenchimento obrigatório

CÓDIGO INEP DA ESCOLA*:	29268958
CNPJ DA ESCOLA*:	19.336.032/0001-90
NOME DA ESCOLA*:	ESCOLA MUNICIPAL NIVALDINA MENDONÇA MAGALHAES
Nº DE ALUNOS (Conforme Censo/Inep)*:	

Preencha o número de alunos para saber o valor de custeio e de capital

Valor Máximo de Custeio	R\$ 0,00	Disponível	-R\$ 8.120,00
Valor Máximo de Capital	R\$ 0,00	Disponível	-R\$ 3.480,00

RECURSOS DE CUSTEIO		DISPONÍVEL		-R\$ 8.120,00		
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
Realizar instalação de rede hidráulica					R\$	-
Realizar instalação de rede elétrica					R\$	-
Obras de reparo nas paredes internas e externas					R\$	-
Obras de reparo ou de ampliação na rede hidráulica					R\$	-
Oras de reparo no piso					R\$	-
Obras de reparo nas janelas					R\$	-
Obras de reparo nos telhados					R\$	-
Obras de reparo na rede elétrica					R\$	-
reforma dos equipamentos de cozinha					R\$	-
Reforma de mobiliário escolar					R\$	-
Pagamento de mão de obra	Pedreiro	dia	20	R\$ 90,00	R\$	1.800,00
Pagamento de mão de obra	Auxiliar de pedreiro	dia	20	R\$ 45,00	R\$	900,00
Pagamento de mão de obra	Marceneiro				R\$	-
Pagamento de mão de obra	Eletricista				R\$	-
Pagamento de mão de obra	Bombeiro hidráulico				R\$	-
Pagamento de mão de obra					R\$	-
Pagamento de mão de obra					R\$	-
Pagamento de mão de obra					R\$	-
Aquisição de material de construção	Areia	m ²	25	R\$ 30,00	R\$	750,00
Aquisição de material de construção	Brita	M ³	25	R\$ 30,00	R\$	750,00
Aquisição de material de construção	Cimento	saco	11	R\$ 25,00	R\$	275,00
Aquisição de material de construção	Tijolos	UNIDADE	26/set	R\$ 0,70	R\$	700,00
Aquisição de material de construção	Telhas	UNIDADE	2.000	R\$ 0,54	R\$	1.080,00
Aquisição de material de construção	Tinta	latas	3	R\$ 144,00	R\$	432,00
Aquisição de material de construção	Azuleijo/ cerâmica	m ²	10	R\$ 25,00	R\$	250,00
Aquisição de material de construção	madeira	m ²	200	R\$ 3,00	R\$	600,00
Aquisição de material de construção	Argamassa	sacos	4	R\$ 13,90	R\$	55,60
Perfuração de poço artesiano ou cisterna					R\$	-
Colocação de bomba elétrica	Instalação da bomba elétrica		1	R\$ 150,00	R\$	150,00
Caixa d'água					R\$	-
Pia (conjunto completo)					R\$	-
Vaso sanitário completo					R\$	-
Aquisição de utensílios					R\$	-
Aquisição de material escolar	JOGOS DE ALFABETIZAÇÃO	CX	4	R\$ 94,35	R\$	377,40
					R\$	-
					R\$	-
					R\$	-
					R\$	-

RECURSOS DE CAPITAL		DISPONÍVEL		-R\$ 3.480,00		
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
Bomba elétrica					R\$	-
Bebedouro	Bebedouro	Unidade	1	R\$ 800,00	R\$	800,00
Fossa séptica					R\$	-
Equipamentos de cozinha	Fogão				R\$	-
Equipamentos de cozinha	Geladeira				R\$	-
Equipamentos de cozinha	Liquidificador industrial	unidade	1	R\$ 890,00	R\$	890,00
Equipamentos de cozinha					R\$	-
Mobiliário Escolar	Carteira de estudante				R\$	-
Mobiliário Escolar	Mesa de professor				R\$	-
Mobiliário Escolar	Quadro				R\$	-

Mobiliário Escolar	Estante	UNIDADE	2	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00
Mobiliário Escolar	Armario de aço	Unidade	1	R\$ 590,00	R\$ 590,00
Mobiliário Escolar	Armario de cozinha				R\$ -
Aquisição de motor rabeta de poupa					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA ESCOLA

ÁREA EXTERNA ONDE SERÁ FEITA A COBERTURA PARA AS CRIANÇAS BRINCAREM.





TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, a Secretaria Municipal de Belmonte, estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 31.108.498/0001 – 34, declara que a **Escola Municipal Angelina Paternostro** inscrita no Censo Escolar sob nº 29294428, funciona em prédio próprio e compromete-se a prestar toda assistência técnica necessária para a boa e regular aplicação dos recursos financeiros que foram destinados à referida escola sob a égide da **RESOLUÇÃO CD/FNDE nº 32, de 02 de agosto de 2013**, em conformidade com o estabelecido na guia de Orientações – PDDE Escola do Campo.

Secretária – Valcineia Maria Galdeia

CPF – 927.787.985 – 87

e-mail – valcineiamariagaldeia@gmail.com

Belmonte-Ba, 17 de Dezembro de 2020

Valcineia Maria Galdeia

Valcineia Maria Galdeia

Secretária de Educação

Decreto de Nomeação nº 120/2020

Matricula: 458818

Ata da assembleia geral de definição do Plano de Aplicação para contratação de mão de obra e outras despesas necessárias à manutenção, conservação e pequenos reparos nas instalações da escola.

Aos vinte (20) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte(2020) reuniram-se a comunidade escolar, formada por professores, funcionários, estudantes maiores, pais de estudantes e residentes na comunidade da Escola Municipal Angelina Paternostro para deliberarem sobre as ações a serem realizadas com os recursos do PDDE Escola do Campo. A reunião foi presidida pela Sra. Edivanda Figueredo Santos, que designou a Sra. Bianca Paiva Ramos como Secretária desta reunião. Iniciados os trabalhos, foram esclarecidos aos participantes os principais pontos sobre o Programa, tais como valor dos recursos a receber (R\$ 11.600,00 para as escolas de até 50 estudantes), o objetivo e como pode ser gasto. Em seguida, foram discutidas as ações prioritárias a serem custeadas como os recursos, sendo cada participante ouvido em suas sugestões e argumentos. Após os debates, os participantes da reunião decidiram por listar os serviços a serem feitos e/ou os equipamentos a serem adquiridos) Concerto do telhado, reposição do forro retelhamento concerto do banheiro, piso e pintura em geral, portas e janelas, fechaduras em todas as portas, instalação elétrica, uma mesa para o professor, uma geladeira. Foi esclarecido aos participantes sobre o cumprimento o prazo para a realização das ações de acordo como o estabelecido no plano de ação da escola e a apresentação da prestação de contas até o dia 31 de dezembro do ano do recebimento dos recursos e que devem ser indicados representantes da comunidade dentre os presentes à reunião para acompanhar as obras e a aquisição e entrega dos equipamentos, de modo a verificar a o cumprimento das ações. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião as 15h00 horas.

Eu Bianca Paiva Ramos Secretária da reunião subscrevo-me. Bianca Paiva Ramos

Ruiciane Neri dos Reis Lopes de Carvalho, Vinícius Alves Sales, Silvia Nascimento de Carvalho, Valdomina Oliveira de Carvalho
 Wackson Luiz Nascimento de Souza, Marcio Santos, Thiago de Santana
 Jackson Oliveira dos Santos, Marcia Lopes Carvalho, NARIFA
 DO CARMO MACHADO, Amilton Santos Correa Nascimento,
 Dora Nascimento, Genete Correia de Carvalho,
 Nelson Oliveira, Danielle Maria Cordeiro de Oliveira
 Admarco Joaquim Lopes, Edivanda Figueredo Santos

Anexo II. Plano de Aplicação - PDDE Campo

Preencha as células em vermelho de acordo com as necessidades de Custeio e de Capital, conforme os valores delimitados.

* Preenchimento obrigatório

CÓDIGO INEP DA ESCOLA*:	29294428
CNPJ DA ESCOLA*:	07.522.649/0001-11
NOME DA ESCOLA*:	ESCOLA MUNICIPAL ANGELINA PATERNOSTRO
Nº DE ALUNOS (Conforme Censo/Inep)*:	10

Valor Máximo de Custeio	R\$ 8.120,00	Disponível	R\$ 0,00
Valor Máximo de Capital	R\$ 3.480,00	Disponível	R\$ 0,00

RECURSOS DE CUSTEIO		DISPONÍVEL		R\$ 0,00	
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Realizar instalação de rede hidráulica					R\$ -
Realizar instalação de rede elétrica					R\$ -
Obras de reparo nas paredes internas e externas					R\$ -
Obras de reparo ou de ampliação na rede hidráulica					R\$ -
Oras de reparo no piso	AQUISIÇÃO DE TINTA PARA PISO	GALÃO	2	R\$ 295,00	R\$ 590,00
Obras de reparo nas janelas					R\$ -
Obras de reparo nos telhados	AQUISIÇÃO DE FORRO PVC	MT	40	R\$ 17,95	R\$ 718,00
Obras de reparo na rede elétrica	FIO, BOCAL, LAMPADAS	UNID.	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00
reforma dos equipamentos de cozinha					R\$ -
Reforma de mobiliário escolar					R\$ -
Pagamento de mão de obra	Pedreiro	DIA	7	R\$ 120,00	R\$ 840,00
Pagamento de mão de obra	Auxiliar de pedreiro	DIA	7	R\$ 50,00	R\$ 350,00
Pagamento de mão de obra	Marceneiro	DIA	5	R\$ 100,00	R\$ 500,00
Pagamento de mão de obra	Eletricista	DIA	3	R\$ 100,00	R\$ 300,00
Pagamento de mão de obra	Bombeiro hidráulico				R\$ -
Pagamento de mão de obra	PINTOR	DIA	7	R\$ 100,00	R\$ 700,00
Pagamento de mão de obra					R\$ -
Pagamento de mão de obra					R\$ -
Aquisição de material de construção	Areia	MT	2	R\$ 65,00	R\$ 130,00
Aquisição de material de construção	Brita	MT	2	R\$ 155,00	R\$ 310,00
Aquisição de material de construção	Cimento	UNID.	6	R\$ 27,00	R\$ 162,00
Aquisição de material de construção	Tijolos	UNID	500	R\$ 0,60	R\$ 300,00
Aquisição de material de construção	Telhas	UNID.	50	R\$ 0,85	R\$ 42,50
Aquisição de material de construção	Tinta	GALÃO	6	R\$ 175,00	R\$ 1.050,00
Aquisição de material de construção	Massa Corrida	UNID.	4	R\$ 35,00	R\$ 140,00
Aquisição de material de construção	Pregos sem cabeça (forro)	PCT	2	R\$ 7,00	R\$ 14,00
Aquisição de material de construção	canos, torneira etc...	UNID	1	R\$ 250,00	R\$ 250,00
Perfuração de poço artesiano ou cisterna					R\$ -
Colocação de bomba elétrica					R\$ -
Caixa d'água					R\$ -
Pia (conjunto completo)		UNID	1	R\$ 138,90	R\$ 138,90
Vaso sanitário completo		UNID	1	R\$ 178,00	R\$ 178,00
Aquisição de utensílios					R\$ -
Aquisição de material escolar					R\$ -
Aquisição de porta		UNID	2	R\$ 287,50	R\$ 575,00
Aquisição de fechaduras		UNID	2	R\$ 66,00	R\$ 132,00
Aquisição de janela completa		UNID	1	R\$ 299,60	R\$ 299,60
					R\$ -

RECURSOS DE CAPITAL		DISPONÍVEL		R\$ 0,00	
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Bomba elétrica					R\$ -
Bebedouro					R\$ -
Fossa séptica					R\$ -
Equipamentos de cozinha	Fogão				R\$ -
Equipamentos de cozinha	Geladeira	UNID	1	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
Equipamentos de cozinha	Armario para cozinha	UNID	1	R\$ 1.078,00	R\$ 1.078,00
Equipamentos de cozinha	Liquidificador industrial	UNID	1	R\$ 842,00	R\$ 842,00
Mobiliário Escolar	Carteira de estudante				R\$ -
Mobiliário Escolar	Mesa de professor	UNID	1	R\$ 260,00	R\$ 260,00

Mobiliário Escolar	Quadro				R\$ -
Mobiliário Escolar	Estante				R\$ -
Mobiliário Escolar					R\$ -
Mobiliário Escolar					R\$ -
Aquisição de motor rabeta de poupa					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -

ESCOLA MUNICIPAL ANGELINA PATERNOSTRO – BELMONTE – BAHIA INEP 29294428









Ministério da Educação
Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras
Coordenação Geral de Educação Indígena, Quilombola e do Campo

ANEXO - TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, a *Secretaria Municipal de Educação de Wenceslau Guimarães - Bahia*, inscrita no CNPJ sob o nº13.758.842/0001-59, declara que a Escola Municipal Vicente José dos Santos, inscrita no Censo Escolar sob o nº 29317096, funciona em prédio próprio e compromete-se a prestar toda assistência técnica necessária para a boa e regular aplicação dos recursos financeiros que forem destinados à referida escola sob a égide da **RESOLUÇÃO CD/FNDE nº. 32**, de 2 de agosto de 2013, em conformidade com o estabelecido no Guia de Orientações – PDDE Escola do Campo.

CPF: 382.302.325-04

Marcos Antonio Bomfim Pereira

Wenceslau Guimarães-Bahia, 30 de julho de 2020.

Assinatura do Secretário de Educação

MARCOS ANTONIO B. PEREIRA
CPF: Nº 382.302.325-04
Secretário Municipal de Educação
Portaria/GP Nº008/2017

Anexo I

Ata da assembleia geral de definição do Plano de Aplicação para contratação de mão de obra e outras despesas necessárias à manutenção, conservação e pequenos reparos nas instalações da escola.

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de 2020 reuniu-se a comunidade escolar, formada por professores, funcionários, estudantes maiores, pais e/ou responsáveis de estudantes e residentes na comunidade, onde está localizada a Escola Municipal Vicente José dos Santos, para deliberarem sobre as ações a serem realizadas com os recursos do PDDE Escola do Campo. A reunião foi presidida pelo Sr. Eliel Batista de Souza, que designou a Sra. Adélia Santos de Jesus como Secretária desta reunião. Iniciados os trabalhos, foram explicados aos participantes os principais pontos sobre o Programa, tais como o valor dos recursos a receber (R\$ 11.000,00 para escolas de até 50 estudantes, R\$ 13.000,00 para escolas de até 150 estudantes ou R\$ 15.000,00 para escolas com mais de 150 estudantes), o objetivo e como pode ser gasto. Em seguida, foram discutidas as ações prioritárias a serem custeadas com os recursos, sendo cada participante ouvido em suas sugestões e argumentos. Após os debates, os participantes decidiram por aplicar o dinheiro do Programa da seguinte forma 70% em custeio e 30% em capital que serão detalhados no plano de ação com os respectivos preços após pesquisas de mercado. Plano de Custeio, aplicação dos seguintes serviços e aquisições: substituição de tomadas e lâmpadas, instalação de tubulação PVC, reparo do telhado com proteção de argamassa, instalação de fechadura, pintura do prédio, instalação de lavatório e instalação de torneira inox. Aquisição de tinta, massa corrida, argamassa, areia, brita, cimento, telhas, ripas, caibros, lavatório com coluna, fechadura e torneira inox. Contratação de profissionais para realização dos serviços: pedreiro, auxiliar de pedreiro, eletricista, marceneiro e pintor. Plano de Capital, aquisição dos seguintes equipamentos e utensílios: Bebedouro industrial inox, fogão industrial de 02 bocas com forno, liquidificador industrial de 4 L, mesa do professor, quadro branco sala de aula, armário de aço sala de aula 02 portas. Foi esclarecido ainda sobre o prazo para a realização das ações e para a apresentação da prestação de contas até o dia 31 de dezembro do ano do recebimento do recurso e que devem ser indicados representantes da comunidade dentre os presentes à reunião para acompanhar as obras e a aquisição e entrega dos equipamentos, de modo a verificar o cumprimento das ações. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 16:40 horas com ata lavrada e assinada por mim, Adélia Santos de Jesus e por todos presentes.

Adélia Santos de Jesus

Assinatura da Secretária

Assinatura de todos os presentes à reunião:

Ivoni das nascermentas Santos, Selma de Jesus Santos, Marivan Gonçalves Santos, Maria Nalva dos Santos, Arduya de Jesus Miranda, Narelene dos Santos, Eliel Batista de Souza.

Anexo II. Plano de Aplicação - PDDE Campo

Preencha as células em vermelho de acordo com as necessidades de Custeio e de Capital, conforme os valores delimitados.

* Preenchimento obrigatório

CÓDIGO INEP DA ESCOLA*:	29317096
CNPJ DA ESCOLA*:	03787514/0001-27
NOME DA ESCOLA*:	VICENTE JOSÉ DOS SANTOS
Nº DE ALUNOS (Conforme Censo/Inep)*:	18

Valor Máximo de Custeio	R\$ 8.120,00	Disponível	R\$ 0,00
Valor Máximo de Capital	R\$ 3.480,00	Disponível	R\$ 0,00

RECURSOS DE CUSTEIO		DISPONÍVEL		R\$ 0,00	
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Realizar instalação de rede hidráulica					R\$ -
Realizar instalação de rede elétrica	TOMADAS E LAMPADAS	UNIDADE	8	R\$ 36,00	R\$ 288,00
Obras de reparo nas paredes internas e externas					R\$ -
Obras de reparo ou de ampliação na rede hidráulica	TUBULAÇÃO/ TORNEIRA	M	19	R\$ 32,40	R\$ 615,60
Oras de reparo no piso					R\$ -
Obras de reparo nas janelas					R\$ -
Obras de reparo nos telhados	PROTEÇÃO COM ARGAMASSA	M ²	39	R\$ 15,65	R\$ 610,35
Obras de reparo na rede elétrica					R\$ -
reforma dos equipamentos de cozinha					R\$ -
Reforma de mobiliário escolar					R\$ -
Pagamento de mão de obra	Pedreiro	DIA	8	R\$ 120,00	R\$ 960,00
Pagamento de mão de obra	Auxiliar de pedreiro	DIA	8	R\$ 60,00	R\$ 480,00
Pagamento de mão de obra	Marceneiro	DIA	10	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
Pagamento de mão de obra	Eletricista	DIA	2	R\$ 150,00	R\$ 300,00
Pagamento de mão de obra	Bombeiro hidráulico				R\$ -
Pagamento de mão de obra	PINTOR	DIA	7	R\$ 120,00	R\$ 840,00
Pagamento de mão de obra					R\$ -
Pagamento de mão de obra					R\$ -
Aquisição de material de construção	Areia	M ³	3	R\$ 80,00	R\$ 240,00
Aquisição de material de construção	Brita	M ³	3	R\$ 120,00	R\$ 360,00
Aquisição de material de construção	Cimento	UNIDADE	5	R\$ 25,00	R\$ 125,00
Aquisição de material de construção	Tijolos				R\$ -
Aquisição de material de construção	Telhas	UNIDADE	300	R\$ 1,65	R\$ 495,00
Aquisição de material de construção	Tinta	GALÃO	3	R\$ 169,90	R\$ 509,70
Aquisição de material de construção	RIPAS/ CAIBROS	UNIDADE	22	R\$ 26,30	R\$ 578,60
Aquisição de material de construção	MASSA CORRIDA	UNIDADE	10	R\$ 16,90	R\$ 169,00
Aquisição de material de construção					R\$ -
Perfuração de poço artesiano ou cisterna					R\$ -
Colocação de bomba elétrica					R\$ -
Caixa d'água					R\$ -
Pia (conjunto completo)	LAVATÓRIO COM COLUNA	UNIDADE	1	R\$ 156,29	R\$ 156,29
Vaso sanitário completo					R\$ -
Aquisição de utensílios					R\$ -
Aquisição de material escolar					R\$ -
REPAROS NAS PORTAS	FECHADURA	UNIDADE	1	R\$ 82,90	R\$ 82,90
PIA	TORNEIRA INOX	UNIDADE	1	R\$ 109,56	R\$ 109,56
					R\$ -
					R\$ -

RECURSOS DE CAPITAL		DISPONÍVEL		R\$ 0,00	
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Bomba elétrica					R\$ -
Bebedouro	bebedouro indutrial inox	UNIDADE	1	R\$ 625,00	R\$ 625,00
Fossa séptica					R\$ -
Equipamentos de cozinha	Fogão	UNIDADE	1	R\$ 635,00	R\$ 635,00
Equipamentos de cozinha	Geladeira	UNIDADE			R\$ -
Equipamentos de cozinha	líquidificador industrial 4L	UNIDADE	1	R\$ 350,00	R\$ 350,00
Equipamentos de cozinha					R\$ -
Mobiliário Escolar	Carteira de estudante				R\$ -
Mobiliário Escolar	Mesa de professor	UNIDADE	1	R\$ 336,00	R\$ 336,00
Mobiliário Escolar	Quadro	UNIDADE	1	R\$ 675,00	R\$ 675,00

Mobiliário Escolar	Estante				R\$ -
Mobiliário Escolar	armario de aço duas portas	UNIDADE	1	R\$ 859,00	R\$ 859,00
Mobiliário Escolar					R\$ -
Aquisição de motor rabeta de poupa					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -



RELATÓRIO TÉCNICO/FOTOGRAFICO

OBJETIVO DO RELATÓRIO:	Este relatório tem como finalidade apresentar as imagens da atual situação da ESCOLA MUNICIPAL VICENTE JOSÉ DOS SANTOS junto ao plano de Aplicação PDDE- CAMPO
Endereço: Fazenda Socorro – Região da Socorro – Zona Rural	
INEP - 29317096	
CNPJ: 03787514/0001-27	
FOTOGRAFIAS DA ESCOLA MUNICIPAL VICENTE JOSÉ - tiradas em 13/02/2020	



Figura 01 – FACHADA

Necessidade de pintura em paredes, portas e janelas.



Figura 02 – VISTA LATERAL

Pintura



Figura 03 – SALA DE AULA

Pintura e Revisão do Telhado



Figura 04 – FORRO SALA DE AULA

Revisão telhado



Figura 05 – COZINHA



Figura 06– DETALHE PIA DA COZINHA

Troca De Torneira E Sifão



Figura 07 – PÁTIO COBERTO



Figura 08 – BANHEIRO

NECESSIDADE DE PIA (CONJUNTO COMPLETO)



Figura 09 – INSTALAÇÃO HIDRAULICA

Reparo na TUBULAÇÃO



Ministério da Educação
 Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
 Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras
 Coordenação Geral de Educação Indígena, Quilombola e do Campo

ANEXO - TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, a *(Secretaria de Educação de Estado, Municipal ou do Distrito Federal)* de MUNDO NOVO, inscrita no CNPJ sob o nº 08.018.499 / 0001-76, declara que a Escola *(nome da Escola)* CRECHE MUNICIPAL JAIRO MOREIRA DE ALMEIDA, inscrita no censo escolar sob o nº 29409136, funciona em prédio próprio e compromete-se a prestar toda assistência técnica necessária para a boa e regular aplicação dos recursos financeiros que forem destinados à referida escola sob a égide da **RESOLUÇÃO CD/FNDE nº. 32**, de 2 de agosto de 2013, em conformidade com o estabelecido no Guia de Orientações – PDDE Escola do Campo.

Dados do (a) Secretário (a) de Educação *(de Estado, Municipal ou do Distrito Federal)*

CPF: 806 . 467 . 515 - 49

Nome Completo:

Juliane Maria Silva de Cerqueira leal

Mundo Novo - Ba , 28 de janeiro de 2020
 (local) (data)


Juliane M. S. Cerqueira Leal
 Assinatura do(a) Secretário(a) de Educação

Juliane M^a S. Cerqueira Leal
 Sec. Mun. de Educação
 Cultura, Desporto e Turismo
 Pref. Mun. de Mundo Novo/BA
 Decreto: 204/2017

Ata da assembleia geral de definição do Plano de Aplicação para contratação de mão de obra e outras despesas necessárias à manutenção, conservação e pequenos reparos nas instalações da escola.

Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e vinte reuniu-se a comunidade escolar, formada por professores, funcionários, estudantes maiores, pais de estudantes e residentes na comunidade da Escola Municipal Helena Soares de Almeida para deliberarem sobre as ações a serem realizadas com os recursos do PDDE Escola do Campo. A reunião foi presidida pela Sr^a Jadna Mendes Lopes Oliveira, Secretária desta reunião. Iniciados os trabalhos, foram esclarecidos aos participantes os principais pontos sobre o Programa, tais como o valor dos recursos a receber (R\$ 11.600,00 para escolas de até 50 estudantes, R\$ 13.000,00 para escolas de até 150 estudantes ou R\$ 15.000,00 para escolas com mais de 150 estudantes), o objetivo e como pode ser gasto. Em seguida, foram discutidas as ações prioritárias a serem custeadas com os recursos, sendo cada participante ouvido em suas sugestões e argumentos. Após os debates, os participantes da reunião decidiram por: **Forrar com forro pvc a sala, banheiros e pátio, fazer os retoques nas paredes, reparos nas fiações e lâmpadas, concertos das mesas e cadeiras, comprar um armário de cozinha, dois quadros e duas estantes de sala.** Foi esclarecido aos participantes sobre o cumprimento o prazo para a realização das ações de acordo com o estabelecido no plano de ação da escola e a apresentação da prestação de contas até o dia 31 de dezembro do ano do recebimento dos recursos e que devem ser indicados representantes da comunidade dentre os presentes à reunião para acompanhar as obras e a aquisição e entrega dos equipamentos, de modo a verificar o cumprimento das ações. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às nove horas e trinta minutos.

Eu Jadna Mendes Lopes Oliveira, secretária da reunião, subscrevo-me.


Assinatura do (a) Secretário(a).

Assinatura de todos os presentes à reunião.

Maria Conceição Durado Maia, Carol de Jesus
 Mota Pereira, Geniceleia Albuquerque Machado,
 Paloma da Mota Ferreira, Claudia Bento Lopes Oliveira,
 Marina de Jesus dos Santos, Catiene
 da Silva Santos Passos, Jaione Souza Cerqueira,
 Larissa Lima de Carvalho Santos,
 Alessandra Pereira da Silva, Bianca Lopes da Silva
 Lima, famulle Pereira Loupes, Lidiane Nunes dos
 Santos Oliveira, Karina Truncao de Lima,
 Natiane da Silva Santos Machado, Ilma
 Mota Bernardino, Marcia Rabelo Silva de Araujo
 Maria Nilza da Silva Araujo Paixão

Anexo II. Plano de Aplicação - PDDE Campo

Preencha as células em vermelho de acordo com as necessidades de Custeio e de Capital, conforme os valores delimitados.

* Preenchimento obrigatório

CÓDIGO INEP DA ESCOLA*:	29409136
CNPJ DA ESCOLA*:	8018499000176
NOME DA ESCOLA*:	CRECHE MUNICIPAL JAIRO MOREIRA DE ALMEIDA
Nº DE ALUNOS (Conforme Censo/Inep)*:	36

Preencha o número de alunos para saber o valor de custeio e de capital

Valor Máximo de Custeio	R\$ 8.120,00	Disponível	R\$ 0,00
Valor Máximo de Capital	R\$ 3.480,00	Disponível	R\$ 0,00

RECURSOS DE CUSTEIO		DISPONÍVEL		R\$ 0,00		
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
Realizar instalação de rede hidráulica					R\$ -	
Realizar instalação de rede elétrica					R\$ -	
Obras de reparo nas paredes internas e externas	Retoques			R\$ 400,00	R\$ 400,00	
Obras de reparo ou de ampliação na rede hidráulica					R\$ -	
Oras de reparo no piso					R\$ -	
Obras de reparo nas janelas				R\$ 370,00	R\$ 370,00	
Obras de reparo nos telhados					R\$ -	
Obras de reparo na rede elétrica	Trocar fiação			R\$ 300,00	R\$ 300,00	
reforma dos equipamentos de cozinha					R\$ -	
Reforma de mobiliário escolar					R\$ -	
Pagamento de mão de obra	Pedreiro	1	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	
Pagamento de mão de obra	Auxiliar de pedreiro	1	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00	
Pagamento de mão de obra	Marceneiro				R\$ -	
Pagamento de mão de obra	Eletricista			R\$ 300,00	R\$ 300,00	
Pagamento de mão de obra	Bombeiro hidráulico				R\$ -	
Pagamento de mão de obra					R\$ -	
Pagamento de mão de obra					R\$ -	
Pagamento de mão de obra					R\$ -	
Pagamento de mão de obra					R\$ -	
Aquisição de material de construção	Areia				R\$ -	
Aquisição de material de construção	Brita				R\$ -	
Aquisição de material de construção	Cimento	3	3	R\$ 28,00	R\$ 84,00	
Aquisição de material de construção	Tijolos				R\$ -	
Aquisição de material de construção	Telhas				R\$ -	
Aquisição de material de construção	Tinta	9	9	R\$ 70,00	R\$ 630,00	
Aquisição de material de construção	Forro			R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	
Aquisição de material de construção	Madeira			R\$ 700,00	R\$ 700,00	
Aquisição de material de construção					R\$ -	
Perfuração de poço artesiano ou cisterna					R\$ -	
Colocação de bomba elétrica					R\$ -	
Caixa d'água					R\$ -	
Pia (conjunto completo)		3	3	R\$ 112,00	R\$ 336,00	
Vaso sanitário completo		5	5	R\$ 140,00	R\$ 700,00	
Aquisição de utensílios					R\$ -	
Aquisição de material escolar					R\$ -	
					R\$ -	
					R\$ -	
					R\$ -	
					R\$ -	

RECURSOS DE CAPITAL		DISPONÍVEL		R\$ 0,00	
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Bomba elétrica					R\$ -
Bebedouro					R\$ -
Fossa séptica					R\$ -
Equipamentos de cozinha	Fogão				R\$ -
Equipamentos de cozinha	Geladeira				R\$ -
Equipamentos de cozinha	Armário de cozinha	1	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00
Equipamentos de cozinha	Mes de cozinha	1	1	R\$ 350,00	R\$ 350,00
Mobiliário Escolar	Carteira de estudante	10	10	R\$ 135,00	R\$ 1.350,00
Mobiliário Escolar	Mesa de professor				R\$ -
Mobiliário Escolar	Quadro	2	2	R\$ 400,00	R\$ 800,00
Mobiliário Escolar	Estante	2	2	R\$ 190,00	R\$ 380,00
Mobiliário Escolar					R\$ -
Mobiliário Escolar					R\$ -
Aquisição de motor rabeta de poupa					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -
					R\$ -



DAIRY
FARMER
IN PROGRESS
07/20











Ministério da Educação
 Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
 Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras
 Coordenação Geral de Educação Indígena, Quilombola e do Campo

ANEXO - TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, a *Secretaria de Educação de Barreiras, Bahia*, inscrita no CNPJ sob o nº 30.667.266/0001-53, declara que a **Escola Municipal Manoel Rocha Filho**, inscrita no censo escolar sob o nº 29427495, funciona em prédio próprio e compromete-se a prestar toda assistência técnica necessária para a boa e regular aplicação dos recursos financeiros que forem destinados à referida escola sob a égide da **RESOLUÇÃO CD/FNDE nº. 32**, de 2 de agosto de 2013, em conformidade com o estabelecido no Guia de Orientações – PDDE Escola do Campo.

Dados do (a) Secretário (a) de Educação (de Estado, Municipal ou do Distrito Federal)

CPF: 285.155.605-34

Nome Completo: Cátia Pereira Aires de Alencar

BARREIRAS, BA, 07 de DEZEMBRO de 20 20.
 (local) (data)

Assinatura do(a) Secretário(a) de Educação

Cátia Pereira A. de Alencar
 Secretária Mun. de Educação
 Cultura, Esporte e Lazer
 Port. nº 301/2017 de 16.03.2017

Anexo I

Modelo de Ata de reunião da comunidade para definição do plano de ação

Ata da assembleia geral de definição do Plano de Aplicação para contratação de mão de obra e outras despesas necessárias à manutenção, conservação e pequenos reparos nas instalações da escola.

Aos Sete dias do mês de Dezembro de 2020 reuniu-se a comunidade escolar, formada por professores, funcionários, estudantes maiores, pais de estudantes e residentes na comunidade da Escola Mun. Manoel Rocha Filho para deliberarem sobre as ações a serem realizadas com os recursos do PDDE Escola do Campo. A reunião foi presidida pelo(a) Sr.(a) Luzete M. Soares, que designou o Sr.(a) Genice de Barros Santos como Secretário(a) desta reunião. Iniciados os trabalhos, foram esclarecidos aos participantes os principais pontos sobre o Programa, tais como o valor dos recursos a receber (R\$ 11.600,00 para escolas de até 50 estudantes, R\$ 13.000,00 para escolas de até 150 estudantes ou R\$ 15.000,00 para escolas com mais de 150 estudantes), o objetivo e como pode ser gasto. Em seguida, foram discutidas as ações prioritárias a serem custeadas com os recursos, sendo cada participante ouvido em suas sugestões e argumentos. Após os debates, os participantes da reunião decidiram por (listar os serviços a serem feitos e/ou os equipamentos a serem adquiridos)


Pedreiro, auxiliar de pedreiro, marceneiro, eletricitista, bombeiro hidráulico, areia, brita, cimento, tijolo, telha e tintas.

Foi esclarecido aos participantes sobre o cumprimento o prazo para a realização das ações de acordo com o estabelecido no plano de ação da escola e a apresentação da prestação de contas até o dia 31 de dezembro do ano do recebimento dos

RECURSOS E QUE DEVEM SER

Apolônio de Jesus Cardoso
 Waldemira Aires
 Alzira da Cruz Santos Barros
 Juliana do conceição Santos
 Monaliza Pereira Borboza
 Mainahra Oliveira da Silva
 SUZANA PEREIRA DE OLIVEIRA
 Nela Pereira da Silva Schimem
 Francisca Rodrigues
 Arsonge de e do Amor Santa
 Ru marinho
 Vanderleia e Lina Jumpt
 Gabriela Pereira de Souza
 Emílio Nels de Rocha
 Talanda das Flores Pereira
 Mirza Almeida
 Jaciana dos S L Oliveira
 Roselene de Aguiar Couto
 Samara M. de L. Barros
 Patricia da Silva

~~Julia~~
 Mariza M. B. Almeida
 Alécia Rocha de Silva.
 Juane D. Maria Rocha


 Jakeline Maciel dos Santos
 Jussara Oliveira da Cruz

Zilda das Chagas e Silva

Maria Helena Pereira

Silvaneide Santos Oliveira

Rosângela Maria dos Santos Menezes

Maria Neusa Rosa Santos

Dois de Santos.

Sidália Junia de Oliveira Souza

Maria Aparecida Mendes de Araújo

Maria da Conceição Ferreira Souza

Keite Kethone Ferreira Keite

Leuzete Macedo Soares

Luciana Hacedo Soares

Anexo II. Plano de Aplicação - PDDE Campo

Preencha as células em vermelho de acordo com as necessidades de Custeio e de Capital, conforme os valores delimitados.

* Preenchimento obrigatório

CÓDIGO INEP DA ESCOLA*:	29427495
CNPJ DA ESCOLA*:	34.265.073/0001-27
NOME DA ESCOLA*:	ESCOLA MUNICIPAL MANOEL ROCHA FILHO
Nº DE ALUNOS (Conforme Censo/Inep)*:	196

Valor Máximo de Custeio	R\$ 10.500,00	Disponível	R\$ 0,00
Valor Máximo de Capital	R\$ 4.500,00	Disponível	R\$ 0,00

RECURSOS DE CUSTEIO		DISPONÍVEL		R\$ 0,00		
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
Realizar instalação de rede hidráulica					R\$	-
Realizar instalação de rede elétrica					R\$	-
Obras de reparo nas paredes internas e externas					R\$	-
Obras de reparo ou de ampliação na rede hidráulica					R\$	-
Oras de reparo no piso					R\$	-
Obras de reparo nas janelas					R\$	-
Obras de reparo nos telhados					R\$	-
Obras de reparo na rede elétrica					R\$	-
reforma dos equipamentos de cozinha					R\$	-
Reforma de mobiliário escolar					R\$	-
Pagamento de mão de obra	Pedreiro	Diária	5	R\$ 200,00	R\$	1.000,00
Pagamento de mão de obra	Auxiliar de pedreiro	Diária	5	R\$ 100,00	R\$	500,00
Pagamento de mão de obra	Marceneiro	Diária	6	R\$ 190,00	R\$	1.140,00
Pagamento de mão de obra	Eletricista	Diária	4	R\$ 100,00	R\$	400,00
Pagamento de mão de obra	Bombeiro hidráulico				R\$	-
Pagamento de mão de obra					R\$	-
Pagamento de mão de obra					R\$	-
Pagamento de mão de obra					R\$	-
Aquisição de material de construção	Areia	Mt	3	R\$ 90,00	R\$	270,00
Aquisição de material de construção	Brita	Mt	3	R\$ 96,00	R\$	288,00
Aquisição de material de construção	Cimento	Unidade	30	R\$ 24,00	R\$	720,00
Aquisição de material de construção	Tijolos				R\$	-
Aquisição de material de construção	Telhas	Milhar	4	R\$ 400,00	R\$	1.600,00
Aquisição de material de construção	Tinta	Unidade	1	R\$ 322,00	R\$	322,00
Aquisição de material de construção	Colunas pré-moldadas	Unidade	6	R\$ 710,00	R\$	4.260,00
Aquisição de material de construção					R\$	-
Aquisição de material de construção					R\$	-
Perfuração de poço artesiano ou cisterna					R\$	-
Colocação de bomba elétrica					R\$	-
Caixa d'água					R\$	-
Pia (conjunto completo)					R\$	-
Vaso sanitário completo					R\$	-
Aquisição de utensílios					R\$	-
Aquisição de material escolar					R\$	-
					R\$	-
					R\$	-
					R\$	-
					R\$	-

RECURSOS DE CAPITAL		DISPONÍVEL		R\$ 0,00		
Item Financiável	Subitem	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
Bomba elétrica					R\$	-
Bebedouro					R\$	-
Fossa séptica					R\$	-
Equipamentos de cozinha	Fogão				R\$	-
Equipamentos de cozinha	Geladeira				R\$	-
Equipamentos de cozinha					R\$	-
Equipamentos de cozinha					R\$	-
Mobiliário Escolar	Carteira de estudante				R\$	-
Mobiliário Escolar	Mesa de professor				R\$	-

Mobiliário Escolar	Quadro				R\$	-
Mobiliário Escolar	Estante				R\$	-
Mobiliário Escolar					R\$	-
Mobiliário Escolar					R\$	-
Aquisição de motor rabeta de poupa					R\$	-
Equipamentos	Notebook	Unidade	1	R\$ 2.700,00	R\$	2.700,00
Equipamentos	Impressora	Unidade	1	R\$ 1.800,00	R\$	1.800,00
					R\$	-
					R\$	-









